



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASSENGE

1. OBJETO

1.1. Em atendimento ao disposto no artigo 14 da Lei n. 8.666/1993, no artigo 3º, incisos I a III, da Lei n. 10.520/2002 e no artigo 8º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019, bem como o disposto no Decreto n. 7.892/2013, elaborou-se o presente termo de referência, para que, através do procedimento pertinente, seja formalizado Registro de Preços para contratação de empresa de engenharia apta **a executar o fornecimento e a instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid, e subestações abrigada e áreas, conforme o Anexo I – Caderno de especificações (Evento [0952709](#))**, para as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, especificadas no **Anexo V deste TR (Evento [0952712](#))**.

1.2. O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de empresa de engenharia para o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid, compreende o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem e ativação, dentre os quais se destacam os seguintes:

- a) elaboração dos **Projetos Executivos** dos sistemas contratados, que resulte na máxima eficiência de geração de energia elétrica;
- b) fornecimento dos **módulos fotovoltaicos** (placas solares) e dos inversores;
- c) aprovação de Projeto Executivo dos sistemas na concessionária local de energia;
- d) fornecimento de todos os demais **materiais, sistema de aterramento e ferramentas** necessários à instalação dos sistemas;
- e) execução dos serviços de montagem e instalação dos sistemas;
- f) eventuais adaptações necessárias nos quadros elétricos que servirão de pontos de conexão com a rede elétrica da concessionária;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- g) fornecimento e instalação do sistema de gerenciamento e monitoramento para atender todos os sistemas instalados, incluindo a estrutura física de comunicação e hardware de controle e supervisão;
- h) realização de configurações, testes, comissionamento, startup, entrega técnica das instalações e do monitoramento remoto dos sistemas;
- i) treinamento operacional para cada sistema;
- j) Manutenção preventiva e monitoramento;
- k) elaboração do “As-Built” e do manual de operação e manutenção dos sistemas;
- l) todos demais serviços indicados neste documento e aqueles que mesmo não listados vierem a ser exigidos para atender a melhor técnica, com a utilização dos melhores equipamentos e soluções pela CONTRATADA para plena execução do projeto, cumprindo as exigências da concessionária de energia elétrica local.

1.2.1. Unidade requisitante: Assessoria de Engenharia – ASSENGE.

1.3. É vedada a contratação de empresa da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha direta ou colateral até o terceiro grau, inclusive de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou magistrados do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

1.4. Em função do objeto a ser contratado ser classificado como serviço comum de engenharia, impõe-se ressaltar que a contratação deverá recair em empresa de engenharia e/ou profissional com formação na área de engenharia elétrica, em conformidade com as especificações técnicas constantes deste instrumento.

1.5. O fornecimento e a instalação dos equipamentos a serem realizados nos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia deverão estar em conformidade com as plantas de cobertas e com as especificações técnicas elaboradas pela Assessoria de Engenharia – ASSENGE, conforme documentação técnica em anexo:

1.5.1. **ANEXO I** – Cadernos de especificações técnicas (Evento [0965673](#));

1.5.2. **ANEXO II** – Planilha de Formação de Preços de Referência (Evento [0952710](#));

1.5.3. **ANEXO III** – Memórias de Cálculo (Evento [0952711](#));



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.5.4. **ANEXO IV** – Plantas das Cobertas das Unidades onde serão instalados os sistemas fotovoltaicos (Evento [0952712](#));

1.5.5. **ANEXO V** – Unidades Administrativas passíveis de instalação do Sistema de Energia Solar Fotovoltaica, *On-Grid* (Evento [0952713](#));

1.5.6. **ANEXO VI** – Modelo de proposta comercial (Evento [0952714](#)).

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Tal iniciativa também está em harmonia com a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia contida na Lei Federal nº 10.295, de 17 de outubro de 2001, que preconiza a alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente.

2.2. O investimento em energia solar fotovoltaica se justifica em face das inúmeras vantagens no seu emprego e uso, pois deve ser levado em consideração que o Brasil possui recurso solar abundante (1.550 a 2.350 kWh/m² por ano) (Fonte: <https://www.portalsolar.com.br/o-que-e-geracao-distribuida.html>). E segundo o Atlas Brasileiro de Energia Solar, 2ª Edição, Publicado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE, em 2017, disponível para consulta em [http://ftp.cptec.inpe.br/labren/publ/livros/Atlas Brasileiro Energia Solar 2ª Edicao.pdf](http://ftp.cptec.inpe.br/labren/publ/livros/Atlas_Brasileiro_Energia_Solar_2a_Edicao.pdf), “No local menos ensolarado do Brasil, é possível gerar mais eletricidade solar do que no local mais ensolarado da Alemanha”.

2.3. O Brasil vem evoluindo sua legislação de modo favorável à energia solar fotovoltaica junto com o conceito de geração distribuída. Com a criação da Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022, foi instituído o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS); alterou as Leis nºs 10.848, de 15 de março de 2004, e 9.427, de 26 de dezembro de 1996. Além da Resolução Normativa nº 482/2012, revisada pela Resolução Normativa nº 687/2015, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica – que criou o Sistema de Compensação de Energia Elétrica.

2.4. Quando a quantidade de energia gerada for superior à quantidade de energia consumida, os créditos gerados poderão ser compensados pelo prazo de até 60 meses. Isso significa que a energia gerada em períodos de sol pode ser utilizada para compensar o consumo dos períodos sem sol, de forma que o gasto final de energia da edificação seja reduzido a apenas uma taxa mínima (em sistemas de baixa tensão) ou à demanda contratada (em sistemas de média tensão).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.4.1. Caso o consumidor possua uma outra instalação em seu CPF/CNPJ, ele poderá utilizar os créditos excedentes para compensar nessa outra unidade consumidora. Essa modalidade de compensação é denominada autoconsumo remoto. Desta forma, uma unidade consumidora da Justiça Eleitoral de Rondônia, pode ter um gerador solar fotovoltaico instalado, dimensionado para o atendimento do seu consumo, de forma integral ou parcial, e até mesmo sendo possível, em caso de geração excedente, a utilização dos créditos para abater os valores das contas de outras edificações da Justiça Eleitoral de Rondônia, dentro da mesma área de abrangência de cada concessionária.

2.5. Além disso, esclarece-se que o sistema de usina fotovoltaica dimensionado no **ANEXO I** – Cadernos de especificações técnicas (Evento [0965673](#)) será projetado para ser executado em 2023 (nos limites da disponibilidade orçamentária).

2.5.1. Nessa direção, verificou-se a possibilidade técnica de execução parcelada do sistema, já que os módulos são projetados em quantas partes necessárias, os quais funcionam de forma independentes, mas compondo um único sistema. Os módulos são formados basicamente por placas solares (geradores fotovoltaicos), ligados a um ou mais inversores (equipamento que converte a energia solar em energia consumida). Esses módulos, por sua vez, são conectados a rede elétrica da unidade consumidora e ao medidor de energia da concessionária pública. Desta forma, cada unidade consumidora poderá instalar tantos módulos possíveis, a medida de sua oportunidade e conveniência.

2.6. O presente instrumento teve como base o Estudo Técnico Preliminar - ETP (Evento [0952478](#)) da ASSENGE e está alinhado com o Plano de Obras 2020-2023.

2.7. É interessante destacar que o modelo de negócio proposto pelas empresas que atuam nesse nicho de mercado é feito com base no emprego de mecanismos próprios de formação de preços e forma de execução do negócio, que são inerentes a essa nova contratação, de modo que compreende também a elaboração do Projeto Executivo, situação esta que vem de encontro à regra prevista no art. 9º, I, da Lei n. 8.666/93. Entretanto, há de se observar que o mecanismo obstrutivo legal é uma vedação de natureza MORAL, tem o escopo de vedar o favorecimento de informações privilegiadas a uma empresa ou grupo econômico para participar de uma licitação. Contudo, em face dessa determinação normativa, a Administração Pública, "lato sensu", tem feito a aquisição por meio de POTÊNCIA INSTALADA, ou seja, a unidade de referência para orçamentação da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação utilizada pelo mercado é o valor do KWp (quilowatt pico), sendo que o custo da implantação do sistema é obtido por meio do consumo registrado nas contas de energia, dado e disponibilizado pelas concessionárias de fornecimento de energia elétrica da rede normal, estas condições possibilitam mitigar ou modular a regra legal e assim a Administração poderá contratar o serviço almejado, sem ofender aos princípios do art. 37, XXI, da CRFB.

2.7.1. Assim, não há ação contrária à lei, mas sim um movimento para se adequar às exigências apontadas pelo mercado, local ou nacional, ou seja, a atividade econômica estabelece quais são os procedimentos que serão seguidos para a aquisição deste tipo de serviço, que é objeto do presente TR. Se não for seguido, caso não siga tal modelo de negócio, haverá dificuldade na obtenção do serviço por não haver rotina mercadológica para tal aquisição, o que dificultará ou privilegiará uma ou outra empresa. Ta situação foi devidamente pensada e analisada para que o resultado final seja exitoso, com um equipamento entregue e que tenha o desempenho estipulado neste TR. Há sim preocupação em torno do equipamento a ser disponibilizado, mas ele terá que atingir o rendimento mínimo almejado nos itens 9.3.1.6 e 16.1, alínea "z", estes aspectos mais técnicos são abordados no Anexo I - Caderno de especificações (Evento [0965673](#)).

2.7.2. Apesar da liberdade de aquisição, há regras que devem ser seguidas para a execução da atividade objeto do contrato, no qual cabe definir como, por quem, quando e onde o serviço será realizado e qual sua finalidade; podendo dizer que as regras de negócio são limites impostos às operações, de forma que elas sigam corretamente na direção objetivo a ser contratado. A atividade deve ser completa, com início, meio e fim, tendo-se unicidade, ou seja, como serviço único; passível de quantificação e medição do potencial instalado; respeitando-se a legislação atinente ao objeto contratado, sendo que sua aquisição deve estar de acordo com o menor preço do kWp (quilovatt pico) do mercado e melhor qualidade disponível ao cliente, portanto de acordo com os princípios que se busca com a licitação pública, entre outros.

2.7.3. Nessa direção, foi verificada a existência de algumas empresas aptas para o fornecimento e a instalação de usinas de geração fotovoltaicas o que permite a concorrência. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais via internet, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atendessem às necessidades da Administração Pública, de modo que o mercado estabelece regras às quais a própria Administração também deve se adequar. Assim, foi seguido o padrão de contratação ora exposto no subitem 2.7.2, com suas regras peculiares.

2.7.4. Tais regras identificadas previamente, foram incorporadas à contratação em comento, com algumas diferenças devido às diferenças mencionadas no item 3.5 deste TR. E para a instalação das usinas solares fotovoltaicas, ora pretendida, foi constatado que tanto as empresas como os contratantes, efetivam a compra de forma semelhante a que se pretende adotar aqui nesse Regional, de modo a cumprir as respectivas exigências legais, normativas e editalícias. O setor de geração de energia solar apresenta um mercado bastante pulverizado atualmente, com várias empresas que atuam nesse segmento. por isso, pode-se afirmar que existem no mercado desde pequenas empresas até grandes corporações que estariam aptas a atender as necessidades da Administração. As contratações feitas em outros órgãos da Administração Pública, em sua maioria, assemelham-se à presente formatação de contratação pretendida por este Regional.

2.8. Assim, foram observadas as seguintes contratações feitas por Órgãos Públicos que serviram de base a este Termo de Referência:

a) IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul (Processo SEI Nº 23419.002779/2022-13) - Edital do Pregão Eletrônico n. 82/2022: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/10/Edital_pregao_eng-52.2022_anexos.pdf; **www.comprasgovernamentais.gov.br** – Portal de compras do Governo Federal (UASG: 158141)

b) TRT6 - Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região (Processo n. 13.188/21) - Edital do Pregão Eletrônico n. 24/2021: **www.trt6.jus.br** (links: Transparência – Aquisições – Licitações); **www.comprasgovernamentais.gov.br** – Portal de compras do Governo Federal (UASG: 080006). Nessa contratação Há uma arquivo chamado MAPA DE PREÇOS que tem a memória de cálculo e preços praticados no âmbito da Administração Pública aos moldes do formato adotado neste Órgão referenciador, cuja planilha aponta os seguintes: Câmara dos Deputados, TRT23, UFDG e UFR.

c) TJ AC - Tribunal de Justiça do Estado do Acre - (Processo SEI Nº 0005472-46.2021.8.01.0000) - Edital do Pregão Eletrônico n.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

45/2022: www.tjac.jus.br (Transparência - Administração) e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG: 925509

d) TRF 1 - Seção Judiciária do Acre (Processo Administrativo n. 0001392-91.2022.4.01.8001) - Edital do Pregão Eletrônico n. 13/2022 - www.trf1.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG: 090024.

e) Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - AMRJ Processo Administrativo n. 63014.001976/2022-84) - Edital do Pregão Eletrônico n. 33/2022 - www.bancodeprecos.com.br e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG: 741000.

2.8.1. É possível apontar que nem todas tiveram valores iguais ao que o TRE-RO pretende, mas há um padrão de contratação a ser seguido, seja pela descrição dos serviços, unidade de contratação

3. VALOR DE REFERÊNCIA

3.1. O valor unitário para a execução do objeto pretendido, que será considerado o valor máximo para fins de aceitação, é de **R\$ 5.940.844,18 (cinco milhões, novecentos e quarenta mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos)**, conforme detalhamento abaixo:

LOTE ÚNICO					
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID	POTÊNCIA NOMINAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltáica ON-GRID, TETO	KWp	373,50 KWp	R\$ 4.253,62	R\$ 1.588.725,44
02	Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltáica On-grid, SOLO	KWp	470,25 KWp	R\$ 5.872,01	R\$ 2.761.314,27
03	Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltáica On-grid, GARAGEM	KWp	57 KWp	R\$ 7.148,62	R\$ 407.471,15
04	SUBESTAÇÃO ABRIGADA DE 500 Kva	Und	1	R\$ 663.333,33	R\$ 663.333,33



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05	SUBESTAÇÃO AÉREA DE 300 Kva	Und	1	R\$ 193.333,33	R\$ 193.333,33
06	SUBESTAÇÃO AÉREA DE 150 Kva	Und	2	R\$ 163.333,33	R\$ 163.333,33
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 5.940.844,18

3.2 O preço estimado nesta cláusula, foi estipulado a partir das cotações do mercado local, e compreende todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à perfeita execução do objeto do presente termo, inclusive o BDI para serviços e equipamentos, nos termos do **Anexo II – Planilha de Formação de Preços de Referência** (Evento [0952710](#)).

3.3. Detalhamento da proposta para os serviços indicados nos itens 4 a 6 da planilha de preços acima.

3.4. Os sistemas de microgeração serão instalados sobre os telhados, solo ou teto dos estacionamentos das unidades, sendo que as características e locais destes estão elencadas nos **ANEXOS III** (Evento [0952711](#)) e **V** (Evento [0952713](#)) do Termo de Referência.

3.5. Os preços praticados nos Órgãos Públicos, com destaque aos Órgãos mencionados no item 2.8 e alíneas, não se enquadram no formato de contratação adotado por este Regional, em vista de haver uma diferenciação por local de instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica, se será no TETO (cobertura), na GARAGEM (cobertura) ou no SOLO (sobre o terreno). Por isso que os valores são diferentes, enquanto naqueles editais mencionados a solução é única, nesse caso ela será adequada ao tipo de terreno e melhor forma de obter um maior rendimento na produção da energia elétrica a partir dos sistema de geração contratado.

3.5.1. A solução proposta pela ASSENGE levou em consideração as diferentes localidades que serão instaladas e melhor perspectiva para a uma maior captação da energia solar, as quais são elencadas no Anexo V - Plantas das Unidades Administrativas (Evento [0952713](#)) que contém um levantamento de disponibilidade para a instalação do sistema fotovoltaico de geração de energia.

3.5.2. Em termos da formação de preços, tem-se que foi feita com base no art. 6º da IN 73/2020, de modo que as médias de preço correspondem aos valores adotados no item 3.1 deste TR e que stão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demonstrados no Anexo II - Planilha de Formação de Preços (Evento [0952710](#)).

4. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DO TIPO DE LICITAÇÃO, DO REGIME DE EXECUÇÃO E CONTRATAÇÃO: DA FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO: O objeto do termo de referência enquadra-se na definição de aquisições/ serviços comuns de engenharia, em conformidade com as orientações técnicas estabelecidas na OT-IBR 002/2009 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP, visto que se trata de instalação, montagem e operação da usina fotovoltaica, razão pela qual entende-se que a contratação poderá ser realizada por meio de Pregão Eletrônico, com amparo no artigo 1º da Lei 10.520/2002, no Decreto n. 10.024/2019 e na Súmula 257 do Tribunal de Contas da União, podendo ser elaborada Ata de Registro de preços.

4.1.1. Assim, esta licitação será na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, por se tratar de aquisição de serviço comum de engenharia, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 10.520/2002 e o teor do art. 1º, §3º do Decreto nº 10.024/2019.

4.1.2. A licitação será para ampla concorrência, diante da possibilidade de participação direta de diversas empresas no certame licitatório, ampliando assim a concorrência, com a possibilidade de obtenção de maiores descontos, tudo com base no art. 49, III, da Lei 123/2006.

4.2. DO TIPO DE LICITAÇÃO: Sugere-se a que o tipo de licitação, como critério de julgamento, seja o de **MENOR VALOR DO LOTE**, observados os valores unitários discriminados no item 2.1.

4.3. PADRONIZAÇÃO DA SOLUÇÃO

4.3.1. O TRE/ RO pretende contratar a implantação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, durante a validade da Ata de Registro de Preços, em suas unidades administrativas de forma alternada (na medida da sua disponibilidade orçamentária) e padronizada.

4.3.2. Na presente licitação se impõe a **necessidade de uniformização** dos materiais para que não se frustre a padronagem operacional pretendida, conforme o **princípio da padronização das compras públicas**, disposto no art. 15, inciso I, da Lei n. 8.666/93. No mais, o estabelecimento de cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte também poderia prejudicar a execução do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

objeto, **difícultando a gestão e a fiscalização contratual**, como também **reduziria a economia de escala**. Por essas razões, entende-se que a contratação deverá ocorrer em **lote único** buscando **ganho de escala e redução nos custos da contratação**.

4.3.3. Dessa forma, não se mostra vantajosa, do ponto de vista técnico-operacional, a adoção do parcelamento da solução, tendo em vista que o projeto executivo e a instalação do sistema requerem especificações e detalhamento que impõem uniformidade de tecnologia e execução dos serviços, em especial no que se refere aos painéis fotovoltaicos e inversores especificados, como também no tocante à configuração do gerador fotovoltaico e dos acessórios necessários. É importante ressaltar que faz parte da presente contratação a instalação de sistema capaz de realizar o monitoramento e gerenciamento da produção de energia fotovoltaica em cada uma das unidades do Tribunal. Deve-se considerar também que cabe à CONTRATADA realizar o treinamento da equipe técnica do Regional, para capacitá-la a executar as manutenções necessárias e o monitoramento, bem como a aferição da *performance* do sistema, além do acompanhamento pelo tempo de garantia dos serviços e componentes. Assim, não é recomendável que sejam contratadas empresas diferentes, que utilizem sistemas diversos, oferecidos no mercado.

4.3.4. Por todos os argumentos acima expostos, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar n. 123/06 e do inciso II do art. 10 do Decreto 8.538/2015, **não se revela vantajoso à Administração** o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na presente aquisição, uma vez que, caso empresas diferentes registrem os preços de um mesmo item na ata decorrente da licitação poderá haver prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

4.4. DO REGIME DE EXECUÇÃO: A execução dos serviços será feita na forma INDIRETA sob regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme apresentado pela licitante vencedora em sua proposta comercial.

4.4.1. Justifica-se a execução dos serviços na sua forma indireta, por ausência de recursos materiais e humanos nesta Administração para realizá-lo diretamente, sendo imprescindível a contratação de empresa especializada. Ademais, quanto a definição do regime de execução, a empreitada por preço unitário é a mais indicada para este objeto, já que a empresa fará a elaboração do projeto executivo total da demanda, mas com possibilidade de execução por módulos a medida da disponibilidade orçamentária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.5. DA NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.5.1. Sugere-se a realização de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico (Lei n. 10.520/2002), para Registro de Preços, haja vista que a aquisição se enquadra nas hipóteses do art. 3º, inciso II do Decreto nº 7.892/2013.

4.5.2. Justifica-se por não haver disponibilidade orçamentária imediata para a contratação total da demanda neste presente exercício, de forma que a concepção do sistema será projetado para execução em pelo menos dois módulos, um sendo de, no mínimo 50%, a ser executado no primeiro semestre de 2023, e o outro do restante, a ser executado no segundo semestre de 2023.

4.5.3. Ademais, a formação de registro de preços independe de indicação da dotação orçamentária (art. 7º, § 2º, do Decreto n. 7.892/2013). Isso implica em dizer que a Administração não precisa reservar os créditos orçamentários para deflagrar o certame. A formação de registro de preços, de imediato, permite que as aquisições ocorram com celeridade, tão logo haja a indicação da fonte orçamentária, resultando em eficiência nas atividades administrativas.

4.5.4. Importante ressaltar que não há registro de preços vigente para eventual aquisição do objeto em questão dentro das peculiaridades exigidas neste edital.

4.5.5. Os equipamentos pretendidos para registro de preços são considerados como bem comum, usualmente fabricados ou importados e comercializados pelo país.

4.5.6. **Validade do Registro de Preços:** a ata de registro de preços terá vigência pelo período de **12 (doze) meses**, a contar da data da respectiva assinatura

4.6. DA NÃO DIVULGAÇÃO DA IRP

4.6.1. Em atenção ao disposto no art. 4º do Decreto n. 7.892/2013, a ASSENTE manifesta-se pela dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP), visto que se trata de demanda em formato de negócio específico e personalizado com parcelas exclusivas, consistente em usinas de microgeração com subestações, que atenderá as unidades administrativas deste Regional, que dispõem de terrenos adequados e prontos a receber os equipamentos e serviços a serem contratados. De modo que a divulgação de IRP implicaria no atraso de pelo 30 (trinta)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dias corridos da contratação, caso houvesse manifestação de interesse por parte de outros órgãos públicos.

4.7. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS NÃO PARTICIPANTES DO CERTAME

4.7.1. Outrossim, durante sua vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal ou órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais que não tenham participado do certame licitatório, mediante anuência deste órgão gerenciador e aceitação do fornecedor.

4.7.2. JUSTIFICATIVA exigida pelo Acórdão n. 495/2018 - TCU - Plenário, dessa forma justifica-se a possibilidade de adesão:

a) em razão das especificações dos serviços, que têm sido buscados por muitos Órgãos, sendo certo que sua disseminação no mercado é muito ampla em face de haver várias empresas que prestam tais serviços na forma aqui proposta (Item 2.5 a 2.7). Além de que, devido ao modelo de negócio adotado ser em KWp (quilo Watt pico) este fator permitirá a adesão de outros Órgãos da Administração, desde que respeitem as características adotadas neste TR e que se adaptem à proposta feita nesta contratação (Item 3.1);

b) a previsão de fornecimento para órgãos aderentes tornará o certame mais atrativo aos fornecedores, o que refletirá de forma positiva na sua competitividade e a obtenção de proposta mais vantajosa à Administração.

4.7.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, conforme disposto no artigo 22 do Decreto n. 7.892/2013.

4.7.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro 100% (cem por cento) - do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme disposto no artigo 22 do Decreto n. 7.892/2013.

4.7.5. Ademais, para o procedimento de adesão à ARP, será observado o disposto no Decreto n. 7.892/2013.

4.8. JUSTIFICATIVA PARA AGRUPAMENTO EM LOTE ÚNICO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.8.1. Existem motivos de ordem técnica e administrativa que justificam o não desmembramento do objeto (**Usina Microgeradora e Subestações**) e mantem a opção feita por essa Assessoria para manter o Lote Único, ou seja, a opção de unicidade do objeto, tendo em vista as seguintes considerações:

4.8.2. Para que a Usina Microgeradora Fotovoltáica possa injetar a energia excedente - também denominada “sobra” - da produção de energia na rede da concessionária, por conseguinte, torna-se necessário a compatibilização de equipamentos de potência e parâmetros elétricos (tensão, corrente, potência de transformação e outros), que é realizado através da subestação, ramal de entra e saída até o QGBT. Logo, a eficiência e o correto funcionamento do sistema (**Usina Microgeradora e Subestações**), dependerá do equilíbrio de cargas e parâmetros elétricos do conjunto indicado.

4.8.3. Além dessa situação mencionada, tem-se que destacar que está previsto também no objeto, a padronização do gerenciamento remoto dos equipamentos componentes da Usina Microgeradora Fotovoltáica, bem como o seu monitoramento. A unificação de lote possibilitará a padronização do monitoramento, a ser feito por um sistema ou aplicativo comum a todas as Usinas Microgeradoras, o que facilitará, sobremaneira, o controle, acompanhamento da geração, onde ter-se-á uma visão macro do sistema num terminal de computador. Ao contrario senso, se tivermos diferentes plataformas, a operação do sistema trará grandes dificuldades com a capacitação da equipe e manutenção de diferentes sistemas nas Usinas Microgeradoras previstas no objeto, conforme Anexo V ([0952712](#)) e no Item 10.1.

4.8.4. A gestão e fiscalização do contrato decorrente será bem mais efetiva e célere, onde não terá a necessidade de gerir, ao menos 21 (vinte e um) contratos com empresas e, possivelmente, diferentes sistemas de monitoramento, bem como suas respectivas tecnologias adotadas para gerenciamento e monitoramento.

4.8.5. Em razão do exposto e no caso da contratação em questão, **não se mostra conveniente à Administração Pública que seja adotado o parcelamento do objeto, tanto sob o ponto de vista técnico**, conforme demonstrado nos itens 4.8.1 a 4.8.3, nem sob a ótica operacional, item 4.8.4. De modo que também não atenderia à orientação da boa gestão/fiscalização e administração que se pretender ter para obter resultados positivos e um excelente serviço prestado, entre outros, pelo dever **de zelo e economicidade**, a saber:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Unicidade do sistema - consoante asseverado, apesar de conter vários componentes, trata-se de um único e complexo sistema, onde as Usinas Microgeradoras e as Subestações estão interligadas. Desse modo, nos parece contraproducente, física e tecnicamente, tentar subdividi-lo em partes para compor uma contratação por itens;

b) Operacionalidade – Por ser um sistema complexo, com interligação indissociável dos componentes sequenciais, caso o objeto fosse parcelado, e houver mais de uma licitante vencedora, a depender da quantidade de itens, a operacionalização da execução contratual seria temerária, eis que, pela natureza do objeto, o gestor não teria como saber, por assim dizer, em eventual hipótese de um contratado de parte do objeto alegar que o problema de mau funcionamento do sistema solar seria de responsabilidade do outro contratado, vencedor de outro item. Não se trata de cogitação hipotética, mas de situações capazes de serem previstas pelo administrador público, caso se optasse pela subdivisão do objeto no presente caso.

5. CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. O horário de funcionamentos das unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia é das 08 h às 18 h nos dias úteis, conforme norma institucional, exceto fins de semana e feriados. Fora destes casos, a possibilidade de serviços extraordinários será analisada individualmente pela Gestão do Contrato.

5.2. Os serviços que produzam ruído elevado, desligamentos de energia elétrica, ou qualquer outro que interfira no ambiente de trabalho de magistrados, servidores e jurisdicionados, deverão ser realizados, a princípio, fora do horário de expediente da Unidade.

5.3. Em situações extraordinárias e havendo necessidade para tal, poderá a fiscalização solicitar interrupção temporária dos trabalhos, o que deverá ser imediatamente acatado pela CONTRATADA.

5.4. A equipe técnica da CONTRATADA deverá ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- a) um Engenheiro Eletricista, legalmente habilitado, que será o Responsável Técnico pela execução dos serviços;
- b) Encarregado geral e auxiliares operacionais que farão as instalações, auxiliados e acompanhados pelo engenheiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.5. A qualquer tempo, a fiscalização poderá exigir a troca de qualquer membro da administração de modo a garantir o bom e efetivo andamento na execução dos serviços contratados.

5.6. No caso de substituição do responsável técnico ao longo do contrato, por qualquer motivo, deverá ser comunicado de imediato à CONTRATANTE e efetuada a baixa ou substituição da ART, conforme indicação do Conselho respectivo. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme o Edital de Licitação, devendo ser submetido à Fiscalização seus atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico do CREA.

5.7. O Responsável Técnico pela execução dos serviços deverá acompanhar a Fiscalização durante as visitas aos locais de instalação do objeto e quando solicitado pelo Fiscal deste TRT, sempre que devidamente comunicado previamente.

5.8. Na execução dos serviços deverá ser observado o cuidado com a integridade das instalações existentes.

5.9. Deverão ser colocadas tábuas sobre as telhas, ou item semelhante, durante a execução dos serviços de instalação das estruturas e painéis, de forma a evitar que a intensa movimentação dos funcionários danifique o telhado.

5.10. Os materiais deverão ser adequadamente acondicionados de modo a evitar acidentes.

5.11. A CONTRATADA será responsável pelo transporte até os locais de cada instalação de todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para execução das instalações, assim como a sua guarda e bom acondicionamento, não podendo transferir para a CONTRATANTE qualquer responsabilidade do transporte, descarregamento, acondicionamento e vigilância dos materiais, ferramentas e equipamentos.

5.12. Todas as ocorrências estranhas ao andamento dos trabalhos deverão ser comunicadas por e-mail pela CONTRATADA, com o detalhamento necessário e com a devida identificação do subscrevente.

5.13. A CONTRATADA fará um Diário de Acompanhamento dos Serviços, que poderá ser feito por meio eletrônico, onde serão inseridas todas as informações relevantes com respeito à execução de cada etapa dos serviços feitos. Deverá constar no Diário o registro diário do andamento da execução dos serviços, todas as possíveis intercorrências, assim como as formas de soluções para elas. Deverá ser assinado pelo engenheiro da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATADA responsável e ratificado pela Fiscalização da CONTRATANTE.

6. DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A CONTRATADA deverá apresentar o Relatório de Serviços Executados (medição) conforme as etapas concluídas para a FISCALIZAÇÃO conferir, servindo o mesmo como fundamento da Nota Fiscal de cobrança, a ser emitida pela CONTRATADA.

6.2. Serão efetuadas as medições das etapas, nos prazos previsto no Item 8 deste TR, para cada contrato, com percentuais de pagamento abaixo estipulados.

6.3. O serviço se dividirá em 4 etapas:

ITEM	ETAPA	PORCENTAGEM
1	Elaboração de projeto Executivo com aprovação na concessionária	10%
2	Fornecimento dos equipamentos e Implantação	60%
3	Interligação – Comissionamento – aprovação na concessionária e início da produção com medições e relatórios	27,50%
4	Manutenção/ Monitoramento	2,50%

a) Na etapa de **Elaboração de projeto Executivo com aprovação na concessionária** a empresa deverá elaborar todo o projeto executivo, com os detalhamentos exigidos neste Termo de Referência e submeter previamente à análise da Fiscalização do TRE-RO que emitirá parecer sobre o projeto, solicitando, ou não, alterações e adequações. Após aprovado pela Fiscalização, a empresa deverá aprovar o projeto na concessionária de energia, nos prazos estipulados no item 8.2 deste Termo de Referência.

b) Na etapa de **Fornecimento e Implantação da Usina Fotovoltaica**, a empresa deverá adquirir e instalar todos os equipamentos, quadros, cabos, materiais, acessórios, peças, conectores, inclusive o gerenciamento remoto e demais itens



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessários e essenciais à ativação de todo o sistema, com prazo máximo estipulado no item 8.2 deste Termo de Referência.

c) Na etapa de **Interligação à rede da concessionária e início da produção com medições e relatórios** a empresa deverá colocar em funcionamento, testes, relatórios de ativação, comissionamento, configuração de sistemas, ajustes de erros, etc. Somente após o correto funcionamento de todo sistema como um todo, é que será solicitada da concessionária a interligação e início da produção de energia. Após aval e vistoria da concessionária é que será dado por concluída esta etapa, permitindo sua medição final concomitantemente com a elaboração do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e medição desta etapa nos percentuais estipulados no quadro acima. Inclusa nesta etapa está o **Teste do Sistema**, a empresa utilizará o prazo concedido para fins de teste no sistema para o completo funcionamento antes do recebimento definitivo.

d) Nesta Etapa de **Manutenção/ Monitoramento** a empresa apresentará relatórios mensais de operação, manutenção e eficiência do sistema. Manutenção preventiva consiste na limpeza (lavagem das placas), entre outros serviços pormenorizados no **Anexo I – Caderno de Especificações (Evento [0965673](#))**.

6.4. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com os projetos e as modificações expressa e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE.

7. A CONFORMIDADE AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E AOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

7.1. DO PLANEJAMENTO E OBJETIVIDADE DA CONTRATAÇÃO

7.1.1. Com relação ao planejamento e a objetividade, de observância obrigatória, nos termos do **art. 2º da Instrução Normativa n. 04/2008 deste Tribunal**, este Termo de Referência leva em consideração as necessidades reais, históricas e futuras relacionadas, de acordo com as justificativas descritas neste Termo de Referência, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário, conforme abaixo:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Do Planejamento: Este Termo de Referência está sendo elaborado com as justificativas técnicas que permitem à Administração conhecer as necessidades e identificar o objeto a ser licitado dimensionado nos limites de sua realidade orçamentária.

b) Da Objetividade: Os serviços pretendidos visam dotar a Justiça Eleitoral de Rondônia de condições de atender adequadamente suas demandas na área de suprimento e geração energia fotovoltaica.

7.1.2. Esta contratação integra o Planejamento Estratégico Institucional (PEI 2021/2026) e o PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS para o Exercício 2023, documentos publicados e disponíveis na página da intranet deste Tribunal e está alinhado com o MACRODESAFIO estratégico de PROCESSOS INTERNOS, em relação ao indicador "**Promoção da sustentabilidade**".

7.2. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

7.2.1. A CONTRATADA deverá observar as disposições da NBR ISO 14064:2007, partes 1, 2 e 3, NBR ISO 14066:2012 e NBR 15833:2010;

7.2.2. Todos os eventuais agentes para limpeza que sejam empregados deverão ser notificados ou registrados na ANVISA, conforme determina a legislação vigente;

7.2.3. A utilização dos equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento deve atender necessariamente a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994;

7.2.4. Plano de descarte para óleos oriundos de manutenções preventivas e corretivas atentando para os procedimentos previstos na Resolução CONAMA nº 340, de 25 de setembro de 2003 e Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005;

7.2.5. Plano de descarte ou reciclagem de demais restos de materiais oriundos de manutenções preventivas e corretivas, em observância ao decreto nº 5.940/2006 e a da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995, Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, no que couber.

7.2.6. A CONTRATADA deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho editadas pelo Ministério do Trabalho.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.7. A CONTRATADA deve promover, sempre que possível, curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço.

7.2.8. Não será CONTRATADA empresa inscrita no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004.

7.2.9. Observando as prerrogativas elencadas na Instrução Normativa n.º 01 de 19 de janeiro de 2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento e Gestão, a Contratada deverá observar critérios de sustentabilidade ambiental, visando aperfeiçoar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, adotando as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

7.2.9.1. Orientar seus empregados para realizar os serviços procurando reduzir o consumo de energia elétrica, o consumo de água e a produção de resíduos sólidos;

7.2.9.2. Observar as orientações do órgão contratante para a correta separação dos resíduos recicláveis;

7.2.9.3. Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

7.2.9.4. Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;

7.2.9.5. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;

7.2.9.6. Observe a Resolução Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA nº 20, de 07 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

7.2.9.7. Respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.9.8. Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução do CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

7.2.9.9. Adotar ou desenvolver procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores.

8. DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

8.1. O contrato terá **prazo de vigência** pelo período mínimo de até **570 (quinhentos e setenta) dias**, de acordo com a tabela abaixo, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93.

8.2. O **prazo para execução dos serviços** para cada contrato será de acordo com a capacidade de microgeração, **conforme etapas abaixo**, admitindo-se prorrogação, desde que previamente solicitada pela CONTRATADA, devendo ser motivada por caso fortuito ou força maior registrados no Diário de Serviço ou por meio de documentos hábeis:

MICROGERAÇÃO ATÉ 75 KWP		
ETAPA	PRAZO DE EXECUÇÃO	PRAZO DE VIGÊNCIA
Elaboração de projeto Executivo com aprovação na concessionária	30 dias corridos	-
Fornecimento dos equipamentos e Implantação	40 dias corridos	
Interligação – Comissionamento – aprovação na concessionária e início da produção com medições e relatórios	20 dias corridos	
Manutenção/ Monitoramento	360 dias corridos	
PRAZO TOTAL	540 dias corridos	570 dias corridos
MICROGERAÇÃO ACIMA DE 75 KWP		
ETAPA	PRAZO DE EXECUÇÃO	PRAZO DE VIGÊNCIA
Elaboração de projeto Executivo com aprovação na concessionária	30 dias corridos	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fornecimento dos equipamentos e Implantação	70 dias corridos	
Interligação – Comissionamento – aprovação na concessionária e início da produção com medições e relatórios	20 dias corridos	
Manutenção/ Monitoramento	360 dias corridos	
PRAZO TOTAL	570 dias corridos	600 dias corridos

8.3. O prazo para **elaboração do projeto executivo com aprovação na concessionária** considera os seguintes prazos, todos em dias corridos:

8.3.1. Elaboração do Projeto Executivo pela CONTRATADA – 10 (dez) dias.

8.3.2. Análise por parte da Fiscalização – 02 (dois) dias.

8.3.3. Adequação do projeto conforme solicitação da fiscalização – 03 (três) dias.

8.3.4. Aprovação do projeto na Concessionária de Energia – 15 (quinze) dias.

8.4. O prazo para **Fornecimento dos equipamentos e Implantação da Usina fotovoltaica** é de 40 (quarenta) dias ou 70 (setenta) dias, a depender da capacidade de microgeração, conforme tabela acima. Esta etapa consiste na aquisição e instalação de todo o sistema, estrutura, equipamentos, conectores, softwares, gerenciamento etc.

8.5. O prazo para **Interligação à rede da concessionária, homologação e início da produção com medições e relatórios** será de 20 (vinte) dias e engloba a interligação, o comissionamento, todos os trâmites de solicitação de vistoria e aprovação junto à concessionária, adequações na rede, e quaisquer outras atividades necessárias para colocar a usina em pleno funcionamento. Concluída essa etapa, será realizado o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO nos termos do item 14.2 deste termo de referência;

8.6. Todos os prazos da tabela do item 8.2 referem-se ao prazo total de execução dos serviços.

8.7. Após o recebimento definitivo de cada contrato, inicia-se a **manutenção e monitoramento** em todos os sistemas, equipamentos,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acessórios, peças e demais componentes, que terá a duração de **360 (trezentos e sessenta) dias corridos**.

8.8. Em caso de atraso na execução dos serviços, por ato imputado exclusivamente a CONTRATADA, esta deverá suportar os ônus decorrentes das despesas associadas à dilação da execução dos serviços, como por exemplo, taxa de administração e controle, consumo de água e energia da unidade administrativa.

8.9. O término do prazo de vigência da contratação não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas com relação às garantias oferecidas.

8.10. Nos prazos definidos na tabela acima, já estão inclusos os serviços de instalação da Subestação quando forem contratados e comprovada a sua necessidade durante a elaboração do projeto executivo.

8.11. Após a assinatura do Contrato, a empresa contratada deverá comprovar que possui escritório de representação no Estado de Rondônia e registro no CREA-RO, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

8.12. Após a assinatura do Contrato, a empresa contratada terá o prazo de 10 (dez) dias para iniciar a execução dos serviços.

9. DOS CRITÉRIOS DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA E DA FORMA DE ADJUDICAÇÃO

9.1. Na elaboração da proposta deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos inerentes aos procedimentos de elaboração de projeto executivo, fornecimento e instalação dos equipamentos/materiais e serviços a serem adquiridos/executados, serviços de manutenção e monitoramento de todo o sistema pelo período exigido no item 8.2, como também tributos, alíquotas, serviços, encargos sociais, trabalhistas, frete, lucro e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

9.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da licitação.

9.3. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão indicar o VALOR UNITÁRIO do kWp (quilowatt-pico) e o valor total da proposta referente aos sistemas a serem instalados, conforme **Anexo VI – Modelo de Proposta Comercial** (Evento [0952714](#)). No que se refere às subestações, deverá apresentar o detalhamento da proposta em vista da unidade considerada ser serviço.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.3.1. Na proposta comercial os licitantes deverão indicar:

9.3.1.1. Preço unitário do kwp instalado e o valor total da proposta referente aos sistemas a serem instalados.

9.3.1.2. Preço total das subestações e o respectivo detalhamento.

9.3.1.3. Marca dos equipamentos abaixo listados com todas as informações técnicas aplicáveis: marca, modelo, potência, eficiência, etc.:

a) Geradores fotovoltaicos, com potência individual das placas.

b) Inversores.

c) Quadros de proteção.

d) Sistema de gerenciamento.

9.3.1.4. Declarar explicitamente, no corpo da proposta, que a proposta engloba os custos da **manutenção preventiva e monitoramento** de todos os sistemas, equipamentos, acessórios, peças e demais componentes, por um **período de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos** a contar do termo de recebimento definitivo de cada contrato.

9.3.1.5. Declarar explicitamente, no corpo da proposta, que a proposta engloba todas as quantidades necessárias de serviços, materiais, insumos, equipamentos para realização completa do objeto.

9.3.1.6. **Declarar explicitamente, no corpo da proposta, que a produção efetiva de energia será de no mínimo 80% da capacidade nominal (potência instalada), conforme ANEXO I – Cadernos de especificações técnicas (Evento 0952709).**

9.3.2. É de responsabilidade da CONTRATADA a correta valoração de cada etapa, considerando os reais custos de implantação de todos os insumos, equipamentos, materiais, etc. Não serão admitidos acréscimos de serviços em face de erro de proposta, valores, quantitativos.

9.5. Sagrar-se-á vencedor do certame o licitante que ofertar o **MENOR VALOR PARA O LOTE**.

9.6. Deverão ser cotados todos os itens previstos no projeto e nas especificações, independentemente de constarem ou não neste termo de referência, devendo a licitante incluir na sua proposta de preços todos os materiais/serviços que julgue necessário à perfeita execução dos serviços, inclusive custos de instalações de canteiro e acampamento e de mobilização



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e desmobilização dos serviços, não podendo reclamar ou pleitear no futuro, sob alegação de erro, lapso, esquecimento ou qualquer outro pretexto.

9.7. Os serviços deverão ser planejados, orçados e executados tendo como base as dimensões, cotas e volumes indicados nos desenhos dos projetos básicos. Os quantitativos considerados pela licitante impõem a execução total dos serviços previstos para o item, independente de divergirem do real, de forma que o licitante poderá alterar as quantidades estimadas de acordo com a peculiaridade do seu projeto.

9.8. O PREÇO GLOBAL DO LOTE proposto será de exclusiva e total responsabilidade da participante, não lhe assistindo direito de pleitear qualquer alteração dos preços sob alegação de erro, lapso, omissão ou outro qualquer pretexto.

9.9. Nos preços ofertados na proposta deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de custos, tais como: materiais, mão-de-obra para execução dos serviços e movimentação dos mobiliários, EPI's, equipamentos, transportes, cargas, seguro, encargos sociais e trabalhistas, limpeza durante a execução dos serviços, custos e benefícios, taxas, licenças e impostos, inclusive alvarás, ligações provisórias e definitivas, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, finais de semana e feriados para cumprimento do prazo e regime de execução e quaisquer outras que ocorram, direta ou indiretamente, relacionadas com a consecução do objeto desta licitação.

9.10. A proposta deverá indicar, necessariamente:

9.10.1. O nome do Responsável Técnico da licitante;

9.10.2. E, ainda, as comprovações técnicas conforme item 11 deste instrumento.

9.11. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

10. DA VISTORIA AOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

10.1. As empresas interessadas poderão vistoriar o local dos serviços – **Anexo V** (Evento [0952713](#)) e Tabela abaixo, acompanhadas por servidor da CONTRATANTE, e receber a DECLARAÇÃO DE VISTORIA DE SERVIÇOS EM LICITAÇÃO, de que conhecem as características que

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

interfiram nos serviços especificados e orçados, admitindo-se, consequentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.

SISTEMA	EDIFICAÇÕES
MICROGERAÇÃO SOLAR INSTALADO NO SOLO	1) Ariquemes
	2) Alta Floresta do Oeste
	3) Colorado do Oeste
	4) Cerejeiras
	5) Pimenta Bueno
	6) Costa Marques
	7) Machadinho do Oeste
MICROGERAÇÃO SOLAR INSTALADO EM COBERTURAS	1) Ariquemes
	2) Porto Velho (SET)
	3) Alta Floresta do Oeste
	4) Colorado do Oeste
	5) Cerejeiras
	6) Cacoal
	7) Presidente Médici
MICROGERAÇÃO SOLAR INSTALADO EM GARAGEM (GARAGEM SOLAR)	1) Ariquemes
	2) Alta Floresta do Oeste
	3) Porto Velho (Forum)
SUBESTAÇÃO ABRIGADA DE 500 KVA	1) Ariquemes
SUBESTAÇÃO AÉREA DE 300 KVA	1) Porto Velho (SET)
SUBESTAÇÃO AÉREA DE 150 KVA	1) Alta Floresta do Oeste
	2) Colorado do Oeste



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10.2. Por força da Resolução nº 114 de 20 de Abril de 2010, do CNJ, art. 18, o licitante pode substituir a vistoria por uma declaração afirmando que já conhece previamente as condições locais para a execução do objeto.

10.3. A vistoria pela empresa interessada, para efeito de cumprimento da exigência acima, deverá ser previamente marcada através do e-mail assenge@tre-ro.jus.br, (Assessoria de Engenharia), de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 18h, feita por profissional habilitado que represente a empresa, até 01 (um) dia útil anterior à data fixada para abertura do certame.

10.4. A empresa licitante fica ciente de que, optando ou não por realizar a Visita Técnica, posteriormente não será admitida qualquer alegação de desconhecimento das condições para a execução do objeto da Licitação.

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1. Da qualificação técnico-operacional:

11.1.1. **As empresas interessadas** deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Certidão de Registro e Quitação de PESSOA JURÍDICA junto ao Conselho de Classe Profissional, comprovando que exerce atividade semelhante ao objeto deste certame;

b) Atestado (s) de Capacidade Técnica em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem que a licitante tenha executado Implantação de Usinas de Microgeração de Energia Fotovoltaica de, no mínimo, 261(duzentos e sessenta e um) Kwp (quilo watt pico) e Posto de Transformação Trifásico com potência nominal mínima de 250 (duzentos e cinquenta) KVA, com proteção e medição na MT (Média Tensão). Os quantitativos mínimos especificados, por sua vez, representam 50% (conquenta por cento) dos itens de maior relevância que integram o lote único, estando assim de acordo com a jurisprudência do TCU.

c) JUSTIFICATIVA por exigir Atestados de Capacidade Técnica relativos à parcela de maior relevância: O dimensionamento de capacidades técnica mínima para comprovação pelos atestados tem como justificativa as características técnicas do objeto, de acordo com o Anexo III deste Edital – Tabela inserta no documento A4, onde está prevista



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a necessidade de, ao menos, 7 (sete) usinas distribuídas em diferentes localidades do Estado de Rondônia.

d) Desse conjunto de usinas, os serviços de instalação que requerem maior complexidade técnica é a usina de Ariquemes, que tem capacidade total de 523 (quinhentos e vinte e três) kwp. Para implantação dessa usina, faz-se necessário a instalação conjunta - parte integrante obrigatória - de subestação abrigada de 500 kva, de acordo com as regras da Energisa S/A – ente normatizador que detém, em exclusividade, a concessão de distribuição de energia elétrica no Estado de Rondônia.

e) Tanto a usina quanto a subestação caracterizam-se como de parcela de maior relevância técnica e financeira. Não apenas pela potência agrupada, como também pela crescente complexidade técnica exponencial, visto que na proporção que se amplia a capacidade da instalação da usina e subestação, tem-se a necessidade de acréscimo de equipamentos, dispositivos de proteção, exigência de detalhamento de projeto junto a concessionária dentre outros.

i) Não será permitida a soma de diferentes atestados para fins de se obter a potência total de cada subsistemas (Usina e Subestação). **JUSTIFICATIVA:** A vedação do somatório de atestados de capacidade técnica justifica-se pela semelhança das características técnicas que determinaram a exigência de comprovação de quantitativos mínimos de 50 % de serviços compatíveis à parcela maior relevância do objeto. Assim, havendo a permissão de soma dos atestados, o licitante poderia apresentar inúmeros atestados e/ ou certidões de acervos técnicos que não comprovem as características técnicas exigidas pela parcela de maior relevância técnica. Isso porque, como registrado na alínea “c” deste subitem, as usinas solares, na proporção que aumentam a sua capacidade, incorporam componentes e acrescentam equipamentos relevantes, sob o aspecto técnico, e obrigatórios, sob o aspecto normativo da concessionária Energisa - de acordo com a NORMA DE DISTRIBUIÇÃO UNIFICADA – NDU-001 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO SECUNDÁRIA e NORMA DE DISTRIBUIÇÃO UNIFICADA – NDU-002, que trata do FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO PRIMÁRIA – culminando até mesmo na necessidade de instalação de uma subestação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ii) O atestado poderá ser expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devendo constar do atestado a assinatura do representante legal da emitente, em caso de pessoa Jurídica de direito privado, ser reconhecida em cartório, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade por parte do pregoeiro.

iii) O atestado deverá ser apresentado conjuntamente com a referida ART/ ou CAT, referente ao serviço constante do Atestado de Capacidade Técnico-Operacional.

iv) Justifica-se tal exigência pelo acréscimo consideravelmente da segurança quanto à documentação apresentada pelas licitantes, maior rapidez nas contratações e atendimento às normas abaixo listadas:

Art. 1º da Lei 6.496 de 7 de dezembro de 1977: "Todo contrato, escrito ou verbal, para a execução de obras ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia fica sujeito à "Anotação de Responsabilidade Técnica" (ART)" (grifo nosso).

Art. 13 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009: "Para os efeitos legais, somente será considerada concluída a participação do profissional em determinada atividade técnica a partir da data da baixa da ART correspondente" (grifo nosso).

Art. 14 da Resolução 1.025 de 30 de outubro de 2009: "O término da atividade técnica desenvolvida obriga à baixa da ART de execução de obra, prestação de serviço ou desempenho de cargo ou função" (grifo nosso).

11.2. Capacidade Técnico-Profissional

11.2.1. Os profissionais deverão apresentar a seguinte documentação:

a) Certidão de Registro e Quitação de PESSOA FÍSICA perante o Conselho de Classe Profissional, relativa ao profissional indicado como Responsável Técnico.

b) Comprovação de que o profissional indicado é detentor de **Certidão de Acervo Técnico – CAT**, que comprove que este profissional indicado tenha executado a implantação Usina de Microgeração de Energia Fotovoltaica de, no mínimo, 261(duzentos e sessenta e um) Kwp (quilo watt pico) e Posto de Transformação Trifásico com potência nominal mínima de 250 (duzentos e cinquenta) KVA, com proteção e medição na MT (Média Tensão). Os quantitativos mínimos especificados, por sua vez, representam 50% dos itens de maior relevância que integram o lote único, estando assim de acordo com a jurisprudência do TCU.

c) JUSTIFICATIVA por exigir Certidões de Acervo Técnicos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

relacionadas à parcela de maior relevância: O dimensionamento de capacidades técnica mínima para comprovação pelas certidões CAT's tem como justificativa as características técnicas do objeto, de acordo com o Anexo III deste Edital – Tabela inserta no documento A4, onde está prevista a necessidade de, ao menos, 7 (sete) usinas distribuídas distribuídas em diferentes localidades do Estado de Rondônia.

d) Desse conjunto de usinas, os serviços de instalação que requerem maior complexidade técnica é a usina de Ariquemes, com capacidade total de 523 (quinhentos e vinte e três) kw. Para implantação dessa usina, faz-se necessário a instalação conjunta - parte integrante obrigatória - de subestação abrigada de 500kva, de acordo com as regras da Energisa S/A – ente normatizador que detém, em exclusividade, a concessão de distribuição de energia elétrica no Estado de Rondônia.

e) Tanto a usina quanto a subestação caracterizam-se como de parcela de maior relevância técnica e financeira. Não apenas pela potência agrupada, como também pela crescente complexidade técnica exponencial, visto que na proporção que se amplia a capacidade da instalação da usina e subestação, tem-se a necessidade de acréscimo de equipamentos, dispositivos de proteção, exigência de detalhamento de projeto junto a concessionária, dentre outros.

i) Não será permitida a soma de diferentes certidões para fins de se obter a potência total de cada subsistemas (Usina Microgeradora e Subestação). **JUSTIFICATIVA:** A vedação do somatório de certidões CAT's justifica-se pela semelhança das características técnicas que determinaram a exigência de comprovação de quantitativos mínimos de 50% de serviços compatíveis à parcela maior relevância do objeto. Assim, havendo a permissão de soma das certidões CAT's, o licitante poderia apresentar inúmeras atestados e/ou certidões de acervos técnicos que não comprovem as características técnicas exigidas pela parcela de maior relevância técnica. Isso porque, como registrado na alínea “c” deste subitem, as usinas solares, na proporção que aumentam a sua capacidade, incorporam componentes e acrescentam equipamentos relevantes, sob o aspecto técnico, e obrigatórios, sob o aspecto normativo da concessionária Energisa - de acordo com a NORMA DE DISTRIBUIÇÃO UNIFICADA – NDU-001 - FORNECIMENTO DE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO SECUNDÁRIA e NORMA DE DISTRIBUIÇÃO UNIFICADA – NDU-002, que trata do FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO PRIMÁRIA – culminando até mesmo na necessidade de instalação de uma subestação.

ii) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

c) Declaração do profissional aceitando o exercício da função de Responsável Técnico pelos serviços.

d) Os profissionais com atribuições pertinentes para exercerem a função de responsável técnico somente poderão assumir tal condição relativamente a um licitante, portanto, serão inabilitadas aquelas licitantes que apresentarem o mesmo profissional para exercer tal função.

e) Apenas será admitida a indicação de profissional reconhecido pelos respectivos Conselhos de Classe Profissional com atribuição compatível com o objeto.

f) Caso o profissional indicado como responsável técnico para a execução dos serviços não pertença ao quadro permanente da licitante no momento do certame, deverá apresentar a cópia da ficha de registro de empregado ou do contrato particular de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da declaração de anuência do profissional, ou, ainda, outro documento idôneo da comprovação do vínculo (Acórdãos- TCU 800/08-Plenário e 1.762/2010-Plenário).

g) A comprovação de vínculo entre o profissional e a empresa licitante poderá ser demonstrada a partir da Certidão de Registro e Quitação do Profissional ou da Empresa junto ao Conselho de Classe que conste o profissional indicado na licitação como um dos responsáveis técnicos pela licitante.

h) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma ou menção expressa como responsável técnico pela empresa na Certidão de Registro e Quitação do Profissional ou da Empresa junto ao Conselho de Classe.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. DO CONTRATO E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

12.1. A execução dos serviços deste Termo de Referência será regulada através da lavratura de Termo de Contrato, conforme art. 62 da Lei n. 8.666/93.

12.1.1. O início dos serviços terá seu termo inicial de execução contado em até 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato.

12.2. Como condição para assinatura do contrato, a adjudicatária deverá ter situação de regularidade perante a Fazenda Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Trabalhista (TST), além de certidão junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e a Lista de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União - TCU.

12.3. Para efetivar a contratação, a adjudicatária deverá assinar o Termo de Contrato, que seguirá a ordem abaixo:

a) Após a autorização da contratação, a empresa será convocada pela Seção de Contratos(SECONT), através de mensagem eletrônica (e-mail), para, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, realizar seu cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI de seu representante legal;

b) Após a realização do cadastro de Usuário Externo no SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÃO – SEI, a empresa será convocada, através de mensagem eletrônica (e-mail), para assinatura do contrato, devendo realizar a assinatura eletrônica no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da convocação pela Seção de Compras e Licitações.

12.4. Se a adjudicatária recusar-se a assinar, injustificadamente, ou se não apresentar situação regular no ato da assinatura do Termo de Contrato, garantida prévia e ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 05 (cinco) anos.

12.5. A execução dos serviços deverá ser realizada de acordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Memorial Descritivo, no Contrato e na proposta da CONTRATADA, podendo ser recusados os serviços que estiverem em desacordo com esses instrumentos ou apresentem qualquer vício ou defeito que inviabilizem a utilização do objeto e contrariem o fim a que se destina a contratação.

12.6. O prazo de execução dos serviços será contado a partir da assinatura do contrato pela CONTRATADA, cujo período será de 10 (dez) dias.

12.7. O prazo de apresentação da ART dos serviços será de 5 (cinco) dias após o início dos serviços.

12.8. A CONTRATADA deverá indicar, até a data da assinatura do contrato, PREPOSTO para representá-la junto ao CONTRATANTE, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, podendo este não executar suas tarefas nas dependências da CONTRATANTE.

12.9. O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos no contrato. A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA. Os dados previstos neste item devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA pelo e-mail assenge@tre-ro.jus.br.

12.10. O descumprimento injustificado, pela compromissária, das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, situação em que os licitantes remanescentes poderão ser chamados na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e condições (§ 2º do art. 64 da Lei n. 8.666/93), sujeitando-se a compromissária, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei n. 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Nos termos do que estabelece o artigo 72 da Lei n. 8.666/93, com suas alterações, admitir-se-á a subcontratação dos serviços, desde que previamente aprovada pelo CONTRATANTE, até o limite de 30% (trinta por cento).

13.2. A CONTRATADA submeterá à apreciação da CONTRATANTE a proposta de subcontratação, com a descrição dos serviços e comprovação do respectivo limite fixado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

13.3. Para tanto deverá submeter à apreciação do CONTRATANTE a(s) empresa(s) que executará(ão) os serviços, a(s) qual(ais) deverá(ão) fazer prova de regularidade de débitos com a Fazenda Federal e Trabalhista, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito, e da inexistência de impedimento da SUBCONTRATADA em participação de licitações, bem como apresentar comprovação de aptidão técnico operacional para a parte dos serviços subcontratados.

13.4. As faturas emitidas por eventuais SUBCONTRATADAS deverão sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra o CONTRATANTE

14. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

14.1. Os equipamentos e materiais deverão ser entregues e instalados pela empresa CONTRATADA nos endereços listados no **ANEXO V – Unidades Administrativas passíveis de instalação do Sistema de Energia Solar Fotovoltaica, On-Grid** (Evento [0952713](#)), sem custo adicional, nos prazos determinados no item 8, a contar da data inicial constante do contrato.

14.2. **O Recebimento Provisório** do serviço de cada contrato será realizado da seguinte forma:

14.2.1. O recebimento provisório é o que se efetua em caráter experimental, relativamente à totalidade do serviço executado após a realização de vistoria, objetivando a verificação do fiel cumprimento de todos os aspectos técnicos e das obrigações contratuais, providenciando, se necessário, sua adequação aos termos do contrato.

14.2.2. Cabe à CONTRATADA comunicar formalmente, por intermédio da Fiscalização, dentro do prazo contratual de execução dos serviços, a conclusão do serviço, solicitar o seu recebimento e apresentar a fatura ou nota fiscal correspondente, conforme contrato.

14.2.3. Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço, não pode ser efetuado seu recebimento provisório ou definitivo, podendo nesse caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento.

14.2.4. No caso de recebimento parcial, as parcelas são recebidas em caráter provisório, sendo necessário o recebimento definitivo que ocorrerá junto com os das parcelas restantes.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.2.5. O recebimento dos serviços deve ser feito pelo responsável pela sua fiscalização e gestor do contrato, mediante a termo circunstanciado e assinado pelos fiscais e gestor, dentro de 10 (dez) dias corridos da comunicação escrita da CONTRATADA, após o aprovação da concessionária.

14.2.6. Após o recebimento da notificação da CONTRATADA sobre a conclusão do objeto do contrato, a fiscalização deverá vistoriar previamente o serviço e verificar se foram atendidas ou não pela CONTRATADA, todas as condições contratuais, observando que:

- a) Se tiverem sido atendidas as condições contratuais, a fiscalização deve adotar as medidas necessárias à realização do recebimento provisório como marcação de data e comunicação a CONTRATADA;
- b) Em caso de não finalização dos serviços ou da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, a fiscalização deve impugnar o serviço, apontando as omissões, falhas ou irregularidades que motivaram a impugnação.

14.2.7. A CONTRATADA deve ser notificada, por escrito, da data em que será realizada a vistoria, para fins do recebimento provisório, podendo acompanhar a sua realização.

14.2.8. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais a fiscalização ou gestor do contrato deve:

- a) Lavrar relatório circunstanciado, apontando falhas ou defeitos encontrados durante a vistoria, bem como as providências necessárias à respectiva solução;
- b) Solicitar à CONTRATADA, por escrito, a respectiva regularização;
- c) Devolver à CONTRATADA a fatura porventura entregue para pagamento com informações dos motivos de sua rejeição.

14.2.9. A CONTRATADA deve sanar as falhas apontadas submetendo à nova verificação o serviço ou a parte impugnada, observando o prazo de execução dos serviços que não será interrompido.

14.2.10. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, por escrito, comunicado à Fiscalização solicitando a realização de nova vistoria.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.2.11. Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório, em até 05 (cinco) dias corridos da comunicação da CONTRATADA, para que sejam efetuadas as providências com vistas ao recebimento definitivo.

14.2.12. Se porventura, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

14.2.13. O recebimento provisório somente pode ser formalizado após finalizada o serviço e sanadas todas as pendências porventura constatadas durante a vistoria, devendo ser objeto do Termo de Recebimento Provisório.

14.3. O Recebimento Definitivo do serviço de cada contrato será realizado da seguinte forma:

14.3.1. O Recebimento Definitivo é o que se faz em caráter permanente, considerando o contrato regularmente executado, e somente deve ser efetivado se a CONTRATADA tiver cumprido as exigências do instrumento convocatório e do contrato.

14.3.2. O recebimento se dará no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, com observação do funcionamento/produtividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada vistoria por intermédio da Fiscalização designado, com vistas à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

14.3.3. A CONTRATADA deverá providenciar a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso e nos termos da legislação municipal:

- a) Os projetos "As Built", elaborado pelo responsável por sua execução, em mídia CAD; e
- b) As guias de comprovação de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas, tributários e, em especial, o comprovante de quitação de débitos relativos aos serviços/obra concluídos (INSS e FGTS) dos funcionários vinculados ao serviço.

14.3.4. Havendo indicação de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 10 (dez) dias corridos, contados da vistoria, a fim de efetuarem-se as correções necessárias, caracterizando atraso em caso de não cumprimento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14.3.5. Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da CONTRATADA, será efetuada vistoria final e após a verificação da perfeita adequação do serviço aos termos do objeto, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias da comunicação da CONTRATADA, bem como o prosseguimento ao pagamento total do serviço.

14.3.6. Independente do recebimento definitivo, deverá a CONTRATADA prestar todo e **qualquer apoio e serviço corretivo, ajustes técnicos e operacionais, bem como as manutenções preventivas, durante 360 (trezentos e sessenta) dias, após o recebimento PROVISÓRIO de cada contrato**, para que sejam sanados possíveis problemas de instalação, peças danificadas, problemas técnicos de montagem ou quaisquer outros problemas que somente podem ser detectados após a utilização dos equipamentos e estruturas.

15. DAS RESPONSABILIDADES

15.1. As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.

15.2. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:

- a) Sua negligência, imperícia e/ou omissão;
- b) Infiltração de qualquer espécie ou natureza;
- c) Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao serviço;
- d) Acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, no serviço ou em decorrência dele.

15.3. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro nas instalações, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.

15.4. A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.

15.5. À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução dos serviços. Igual responsabilidade também lhe caberá pelos serviços executados por terceiros sob sua administração, não havendo, desta forma, qualquer vínculo contratual entre o CONTRATANTE e eventuais SUBCONTRATADAS.

Constituem ainda responsabilidades da CONTRATADA sobre o serviço:

- a) Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, mão de obra e demais meios necessários à execução do objeto, sem nenhum ônus adicional à CONTRATANTE, disponibilizando pessoal com qualificação técnica, sempre em estrita observância às normas de segurança interna da CONTRATANTE e aquelas estipuladas pelo Ministério do Trabalho;
- b) Executar os serviços dentro das normas de segurança, com funcionários devidamente equipados com EPI;
- c) Assumir a responsabilidade exclusiva por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação que trata sobre acidente do trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;
- d) Solicitar autorização prévia para a execução do objeto fora do horário normal de expediente da CONTRATANTE, cadastrando todo o seu pessoal e reportando os equipamentos e as ferramentas particulares a serem utilizadas;
- e) Entregar o objeto em perfeito estado de uso e funcionamento, nos prazos estabelecidos;
- f) Dar garantia no material e no serviço de instalação;
- g) Reparar, corrigir e remover, às suas expensas, os defeitos ou incorreções resultantes da instalação dos produtos, ou, caso as incorreções vinculem-se ao material fornecido, substituí-lo por outro de melhor qualidade, reconstituindo o serviço;
- h) Assumir, com exclusividade, a responsabilidade pelos impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto contratado, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive as relativas à entrega do material.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.1. Caberá à CONTRATADA:

- a) Participar da Reunião Presencial, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, ou por Videoconferência, entre o CONTRATANTE (membros da Gestão e Fiscalização) e a CONTRATADA (representante legal da empresa e responsável técnico do contrato), para discussão/ definição de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
- b) Apresentar a garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo e condições estipuladas neste instrumento;
- c) Dar início aos serviços a partir da data fixada no contrato assinado pelas partes;
- d) Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n. 6.496/77;
- e) Executar os serviços dentro do prazo contratado obedecendo, integral e rigorosamente, no que for pertinente, às respectivas normas da ABNT, da legislação pertinente, dos projetos, detalhes, normas, memoriais e especificações e demais documentos que compõem este instrumento;
- f) Manter Livro Diário de Registro atualizado e à disposição da Fiscalização a qualquer momento, conforme sistema sugerido pelo CONTRATANTE;
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o equipamento/serviço/material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados;
- h) Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços de acordo com as normas e padrões adotados pela CONTRATANTE e demais órgãos/entidades competentes e apontados nas especificações técnicas e/ou pela ABNT;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- i) Fornecer todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização da CONTRATANTE;
- j) Executar os serviços durante o horário normal do expediente (das 8:00h às 18:00h) e mediante prévia solicitação da CONTRATADA, comprovada a necessidade, com autorização da CONTRATANTE, executar os serviços em horários estendidos, nos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno;
- k) Providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local dos serviços durante toda a execução e até o final, respeitando as normas de destinação aplicáveis, inclusive municipais;
- l) Informar, de imediato e por escrito, toda e qualquer ocorrência que venha a comprometer a execução do objeto;
- m) Prestar informações/esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, bem como atender as suas reclamações inerentes à execução do objeto;
- n) Responsabilizar-se pelos danos causados, direta e indiretamente à CONTRATANTE ou terceiros decorrentes de culpa ou dolo, quando da entrega, transporte e instalação dos materiais, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE;
- o) Incumbir-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- p) Manter seus empregados uniformizados, quando nas dependências da CONTRATANTE, sujeito às normas e orientações disciplinares desta, sem que isso configure qualquer vínculo empregatício;
- q) Responsabilizar-se e responder por todos os encargos, ônus e obrigações, em relação a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, tais como: salários; seguro de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte; encargos previdenciários e obrigações sociais e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

trabalhistas; seguros e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

r) Durante e após a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

s) Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, fornecer os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução, **além de máscaras individuais, álcool gel e demais itens de proteção para prevenção contra o COVID-19;**

t) Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

u) Apresentar, para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação;

w) Manter-se, durante o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da contratação;

x) Responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, no que couber, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo, conforme disposição constante no art. 618 da Lei n. 10.406/2002.

y) Considerando o previsto na [Lei 8.666/93](#), art. 40, § 5º, regulamentado pela Resolução 114/2010 do CNJ, artigo 8º,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

parágrafo único, a empresa deverá absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%.

z) **Garantir a performance mínima de 80% da usina**, conforme mencionada na proposta comercial, ao fim do prazo de manutenção/ monitoramento de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da aprovação na concessionária e início efetivo da geração;

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Caberá à CONTRATANTE:

- a) Realizar reunião presencial, na sede da Justiça Eleitoral de Rondônia, ou por videoconferência, entre o CONTRATANTE (membros da Gestão e Fiscalização) e a CONTRATADA (representante legal da empresa e responsável técnico do contrato), para discussão/definição de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
- b) Fiscalizar e orientar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte do CONTRATANTE não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
- c) Manifestar-se sobre a medição dos serviços executados pela CONTRATADA;
- d) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
- e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- f) Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- g) Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e repactuações;
- h) Permitir acesso dos empregados da empresa CONTRATADA, e eventuais SUBCONTRATADAS, às suas dependências para a execução dos serviços, portando obrigatoriamente os crachás funcionais da empresa;
- i) Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
- j) Exercer fiscalização e supervisão dos serviços prestados podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste instrumento;
- l) Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos serviços;
- m) Comunicar a empresa qualquer falha verificada no cumprimento do especificado neste instrumento;
- n) Cumprir e fazer cumprir o disposto nas disposições deste instrumento podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;
- o) Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação técnico-econômico-financeira, bem como as condições de habilitação exigidas na licitação (artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93).

18. DO CONTROLE, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

18.2. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

18.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

18.6. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

18.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

18.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

18.9. Durante a execução do objeto, a fiscalização do CONTRATANTE deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

18.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

18.12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.13. A administração do CONTRATANTE indicará de forma precisa, individual e nominal, os agentes responsáveis para acompanhar e fiscalizar o objeto contratado, a quem competirá as atribuições e responsabilidades do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

18.14. A Fiscalização e a Gestão, desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, serão exercidas Assessoria de Engenharia – ASSENGE.

18.14.1. A Fiscalização ficará a cargos servidores André Pimentel, Mirvaldo Moraes de Souza e Antônio Roberto dos Santos Ferreira.

18.14.2. A Gestão ficará a cargo da Assessoria de Engenharia deste Regional - ASSENGE.

18.15. Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá efetuar manutenções preditivas, preventivas e corretivas, enquanto perdurar o período de garantia, para tanto, deverá fornecer um número telefônico e um endereço eletrônico para abertura de chamados por parte da Assessoria de Engenharia – ASSENGE;

18.16 O CONTRATANTE poderá paralisar o serviço ou solicitar sua correção, quando executado em desconformidade com o planejamento, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

18.17. O CONTRATANTE poderá solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;

18.18. O CONTRATANTE exercerá rigoroso controle sobre os prazos de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18.19. O CONTRATANTE poderá verificar, mediante prévia análise e aprovar eventuais acréscimos ou decréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato;

18.20. Em caso de descumprimento parcial ou integral do contrato, tais como prazos de execução dos serviços, da entrega e instalação dos equipamentos, o gestor deve informar à Administração que adotará as providências cabíveis com vistas à aplicação das sanções impostas por lei;

18.21. Em situações extraordinárias e havendo necessidade para tal, poderá a fiscalização solicitar a interrupção temporária dos trabalhos, devendo a CONTRATADA acatar imediatamente essa decisão.

19. DA FORMA DE PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado, de acordo com as medições apuradas pela fiscalização, com base nos serviços efetivamente executados e aprovados, de acordo com o **item 6.3 deste instrumento**.

19.2. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária creditada em conta corrente, mediante a apresentação da respectiva fatura ou nota fiscal, em até 10 (dez) dias úteis, contados após o atesto da fiscalização.

19.2.1. O pagamento dos serviços de Manutenção/ Monitoramento tem forma diferenciada, pois foi destinado o percentual de 2,5% para ser pago durante o período de 360 (trezentos e sessenta) dias, prazo estabelecido para cumprimento de obrigações expostas no **Anexo I - Caderno de Especificações** (Evento [0965673](#)), e dar-se-á nas condições abaixo indicadas:

a) 1,25% dividido em 12 (doze) parcelas mensais, mediante a apresentação e aceitação do relatório mensal de manutenção/ monitoramento do sistema;

b) 1,25% após a apresentação e aceitação do relatório anual.

19.3. Para fins de pagamento consultar-se-á *on line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19.4. Por ocasião da emissão de nota fiscal/fatura para liquidação, a CONTRATADA deverá discriminar os percentuais e os valores dos tributos a que estiver obrigada a recolher em razão de norma legal, bem como indicar o código do Fundo da Previdência e Assistência Social – FPAS, no caso de recolhimento para o INSS, além de anexar e encaminhar à CONTRATANTE a correspondente documentação comprobatória de cada situação particularizada, inclusive quando se tratar de isenção/imunidade tributária.

19.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = $0,00016438 (6/100/365)$;

N = Números de dias entre a data prevista limite para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação do pagamento em atraso; EM = Encargos moratórios devidos.

19.5.1. Entende-se como data de efetivação do pagamento, a data de recebimento da Relação de Ordens Bancárias correspondente ao pagamento, pelo Banco do Brasil S.A.

19.6. O prazo para pagamento ficará interrompido enquanto houver pendências de responsabilidade da CONTRATADA.

19.7. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a) Descrição do serviço prestado, com sua quantidade, e valor total, conforme medição;
- b) Número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c) Nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e;
- d) Informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.

19.8. Para pagamento cada medição, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos complementares juntamente com a Nota Fiscal ou DANFE:

a) Guias de recolhimento de encargos previdenciários (GRPS, GFIP e ISSQN), com os devidos recolhimentos nas próprias guias.

19.9. Caso haja erro na Nota Fiscal, recusa do serviço ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a referida ficará pendente e o pagamento será susinado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias.

19.10. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

19.11. Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

19.12. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12 e suas alterações.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 2 do item 20.8, além daqueles determinados **pela gestão do contrato**, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

20.2. Será aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Justiça Federal, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- c) A qualquer tempo, se constatado atraso de serviços de até 20% (vinte por cento), comparando-se o que foi efetivamente executado pela CONTRATADA e o cronograma físico financeiro apresentado e aprovado pela fiscalização.

20.3. Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

- a) Nas ocorrências relacionadas na Tabela 2 do item 20.8;
- b) Caso haja a inexecução parcial do objeto, com ou sem abandono do serviço, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor não executado da etapa;
- c) Para o atraso injustificado na execução do objeto será aplicada a multa correspondente a 0,20% por dia de atraso, limitada a 10% do valor total da etapa.

20.4. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto, quando:

- a) A CONTRATADA deixar de executar, ao término do prazo fixado para a conclusão do serviço, 30% do valor total da etapa.
- b) Ocorrer a execução, a qualquer tempo, de percentual inferior a 50% do valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro vigente;
- c) A CONTRATADA abandonar a execução dos serviços, sem justificativa, por 05 (cinco) dias úteis consecutivos ou 10 (dez) dias úteis intercalados.

20.5. Será configurada a **inexecução total** do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias corridos em relação ao cronograma apresentado pela CONTRATADA.

20.6. Os percentuais referidos no item 20.4 acima serão apurados com base na fórmula abaixo:

$$PE = (VPCE/VPC) \times 100$$

PE = Percentual executado



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VPC = Valor a ser executado conforme previsto no cronograma

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma

20.7. Será configurado **atraso injustificado** na execução do serviço, quando:

- a) A CONTRATADA executar menos de 70% do previsto no cronograma físico-financeiro, no período de cada medição.
- b) A CONTRATADA não concluir o serviço no período previsto no cronograma físico-financeiro, exceto quando aprovada a prorrogação de prazo pela Fiscalização, mediante pedido prévio devidamente justificado pela CONTRATADA.

20.7.1. Os dias de atraso injustificado de que trata o item 20.7 serão calculados observando-se o seguinte critério:

$$Da = DPC \times (VPC - VPCE) / VPC$$

Da = dias de atraso

DPC = dias previstos no cronograma para a conclusão

VPC = Valor a ser executado conforme previsto no cronograma

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma

20.8. Além das multas previstas no item 20.3 poderão ser aplicadas multas, conforme previsto no *caput* desta cláusula, segundo graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 – Grau e correspondência da Penalidade

GRAU	Correspondência (%)
1	0,5%
2	0,75%
3	2,50%
4	5%
5	7,50%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6	10%
---	-----

Tabela 2 – Tipos de ocorrências e Grau de Penalidade

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	1
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia	1
3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência	2
4	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	2
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência	2
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada	3
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	3
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência	3
9	Utilizar as dependências da Justiça Federal para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência	4
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência	4
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência	6



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	6
<u>PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:</u>		
13	Reparar/ corrigir problemas na usina que interfiram na performance mínima de 80%, indicada na proposta comercial e identificada nos relatórios mensais/ anul de monitoramento.	6
14	Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços para início da execução, ou Relação de Empregados, por dia de atraso	1
15	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia; por ocorrência	1
16	Manter a documentação de habilitação atualizada; por ocorrência	1
17	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	1
18	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência	1
19	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência	2
20	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	2
21	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia	2
22	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	3
23	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pelo serviço, nas quantidades previstas no Edital e em seus anexos; por dia	4
24	Cumprir com quaisquer obrigações previstas em	4



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	cláusulas específicas deste instrumento; por ocorrência	
25	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, tíquetes refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência	5
26	Executar os serviços de reparos e ajustes pelo período de até 06 (seis) meses, após o recebimento definitivo, no prazo razoável definido pelo gestor do contrato, conforme item 18.2.6 deste instrumento; por ocorrência	5

20.8.1. As faltas cometidas pelos empregados/funcionários das SUBCONTRATADAS serão consideradas como se cometidas pela CONTRATADA.

20.9. O somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato. Atingido este limite, a CONTRATANTE poderá declarar a inexecução total do contrato.

20.10. Com fundamento no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto n. 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da etapa ou da contratação, conforme o caso, a CONTRATADA que:

- a) Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal; ou
- j) Deixar de executar a totalidade do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20.11. Para os fins do disposto na alínea "g", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/93.

O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE no caso de inexecução parcial e poderão ser aplicadas as sanções previstas neste contrato e em legislação específica.

20.12. A CONTRATANTE rescindir o contrato unilateralmente no caso de inexecução total, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista neste contrato e em legislação específica.

20.13. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com a União e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

20.14. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

20.14.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, a diferença será descontada da garantia contratual.

20.14.2. Se os valores do pagamento e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida através da GRU no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da comunicação oficial.

20.14.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em Dívida Ativa da União.

20.14.4. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia –SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

20.15. A CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

20.16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou CONTRATADA apresentar defesa prévia, não inferior



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

21.1. A CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia, modalidade “Garantia de Obrigações Contratuais do Executor, do Fornecedor e do Prestador de Serviços – Setor Público”; ou
- c) Fiança bancária.

21.1.1. Ao optar pelas modalidades de garantia, a empresa contratada estará livre de apresentar a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, nos termos do art. 31, § 2º, da Lei n. 8.666/93.

21.2. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica, devendo o interessado procurar a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SAOFC do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia para obter instruções de como efetuá-la.

21.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

21.4. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza ao CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos a CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

21.4.1. A retenção efetuada não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira a CONTRATADA.

21.4.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

21.5. A CONTRATADA, quando optar pelo seguro-garantia, a fim de garantir eventuais prejuízos indiretos causados à CONTRATANTE e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

21.6. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual de 60 (sessenta) meses.

21.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
- d) Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.

21.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.

21.9. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

21.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

21.12. Quanto houver atualização do valor contratado, por meio de reequilíbrios e reajustes, ou acréscimo por meio de aditamento de serviços, a CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total do contrato, devendo ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do termo aditivo ou apostilamento.

21.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21.14. A garantia será considerada extinta:

- a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e
- b) com o término da vigência do contrato que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

22. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

22.1. O valor do contrato, na parcela não executada, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data DA PROPOSTA, aplicável aos reajustes subsequentes.

22.2. O reajuste será concedido com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC-DI, setor “Materiais e Serviços”, da Fundação Getúlio Vargas, pela coluna “acumulado nos últimos 12 meses”.

22.3. Serão deduzidos o tempo de eventuais atrasos no cronograma físico financeiro motivados pela CONTRATADA.

22.4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, obedecendo sempre o CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO. Não serão reajustados serviços executados fora da previsão para que não seja caracterizado jogo de cronograma.

23. DA GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

23.1. A Garantia contra Defeitos de Fabricação deve ser atendido diretamente pela contratada até a conclusão do período de Manutenção/Monitoramento da performance das usinas.

23.1.1. Após este período de 12 meses, o acionamento será feito diretamente pela contratante aos respectivos fabricantes, nos prazos mínimos definidos para os Painéis e Inversores já definidos anteriormente como critério mínimo de especificação dos equipamentos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23.1.2. CONTRATADA deverá fornecera a garantia de todos os equipamentos e instalações, inclusive sobre a mão de obra conforme descritos nos itens anteriores.

23.2. Dentro do prazo de garantia dos materiais empregados, será obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e defeitos verificados, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo artigo 69 da Lei n. 8.666/93 e o artigo 12 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

24. DOS ANEXOS

24.1. São anexos desse Termo de Referência:

- a) **ANEXO I** – Cadernos de especificações técnicas;
- b) **ANEXO II** – Planilha de Formação de Preços de Referência;
- c) **ANEXO III** – Memórias de Cálculo;
- d) **ANEXO IV** – Plantas das Cobertas das Unidades onde serão instalados os sistemas fotovoltaicos;
- e) **ANEXO V** – Unidades Administrativas passíveis de instalação do Sistema de Energia Solar Fotovoltaica, *On-Grid*;
- f) **ANEXO VI** – Modelo de proposta comercial.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PIMENTEL, Técnico Judiciário**, em 16/05/2023, às 14:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA, Assessor(a) Chefe**, em 16/05/2023, às 14:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1002730** e o código CRC **F3ED45D9**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0002507-03.2022.6.22.8000

1002730v28



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002507-03.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - ASSENGE da Coordenadoria de Obras, Manutenções e Serviços Gerais - COMSEG

ASSUNTO: **Alterações no TR original** - Formação de registro de preços - Eventual contratação de empresa de engenharia para o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 105 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo iniciado pela Assessoria de Engenharia - ASSENGE da Coordenadoria de Obras, Manutenções e Serviços Gerais - COMSEG deste Tribunal, para a formação de registro de preços, com vistas à eventual contratação de empresa de engenharia para executar serviços de fornecimento e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede (tipo On-Grid) em alguns imóveis da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia, na forma descrita inicialmente no termo de abertura do processo ([0886759](#)) e solicitação da contratação ([0886760](#)).

02. O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico n. 14/2023 ([0973630](#)), oportunidade na qual opinou-se, entre outros aspectos, pela adoção do Sistema de **Registro de Preços** por meio de **Pregão Eletrônico**, com fundamento na **Lei n. 10.520/2002** e no **art. 1º, § 1º, do Decreto Federal n. 10.024/19**, sendo **inaplicável** o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, consoante incisos I e III do art. 48 da LC n. 123/06.

03. Pela Manifestação n. 74/2023 ([0974737](#)), o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade anuiu à autorização



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da contratação e pelo Despacho n. 168/2023 ([0981051](#)), da lavra da Diretora-Geral deste TRE/RO, foram aprovados o ETP e o TR 2/2023-ASSENGE e autorizada a licitação nos moldes sugeridos pela AJSAOFC, determinando-se, entre outros comandos, a aplicação de critérios de sustentabilidade indicados no TR e a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, nos termos do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

04. Dando continuidade ao procedimento, pelo Despacho n. 483/2023 ([0984755](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à ASLIC e à SECONT para continuidade. Não houve divulgação da Intenção de Registro de Preço justificado no item 4.6 do TR citado. A minuta do **Edital do Pregão Eletrônico** e seus anexos ([0987760](#)), bem como a **minuta do contrato** ([0984901](#)), foram aprovados por esta Assessoria Jurídica por meio do **Parecer Jurídico n. 44/2023** ([0987832](#)).

05. Após a publicação do Edital de Pregão Eletrônico SRP n. 6/2023 ([0989252](#)), houve solicitações de esclarecimentos acerca das regras de habilitação técnica ([0993451](#) e [0993454](#)), como também uma impugnação ao edital pela mesma razão ([0993454](#)). Em função disso, o Pregoeiro considerou que a redação do dispositivo questionado teria o potencial de gerar dúvidas, motivo pelo qual informou ([0993454](#)) que a **sessão do certame fora suspensa para adequação na redação ato regularmente publicado** ([0993873](#)). Registrou, ainda, que a impugnação não fora conhecida em virtude de a licitação ter sido suspensa. Todavia, o pedido foi recebido como INFORMAÇÃO, sugerindo a leitura previamente aos eventuais ajustes no TR, até porque, segundo, informa, haverá nova publicação do edital pelos mesmos meios anteriores e serão **reabertos os prazos** para recepção de propostas, pedidos de esclarecimentos e impugnações ([0993874](#)).

06. Por tal razão veio ao processo o novo Termo de Referência n. 3/2023 - ASSENGE ([0994595](#)), sobre o qual a unidade demandante esclareceu que foram realizados ajustes nos critérios de habilitação técnica, já previstos no Termo de Referência inicial n. 2/2023 ([0972706](#)) e melhorias na sua redação para evitar recursos equivocados. Por determinação do titular da SAOFC ([0994653](#)), o referido documento foi novamente avaliado pela SAC, que concluiu por sua regularidade ([0995155](#)).

07. Recebidos nesta unidade jurídica decidiu-se pela realização de diligências no intuito de elucidar ponto relevante acerca dos requisitos de qualificação técnica, notadamente quanto comprovação de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

serviços de instalação de **Subestação Abrigada** com potência superior 300 KVa, veja-se:

(...)

11. Como visto, o ponto central da vedação reside no fato de que a concessionária local (ENERGISA - RO) permite apenas a instalação de Subestação Abrigada com potência superior 300 KVa. Assim, como está sendo exigida a comprovação de serviços ou acervos técnicos de uma subestação de, no mínimo, 235 Kwp, não teria mesmo como somar os atestados.

12. Ocorre que esse raciocínio, aparentemente correto, pode produzir novos incidentes. Isso porque A ASSENGE faz referência à norma da ENERGISA RONDÔNIA. Tratando-se de uma regra restritiva, deve-se apontar exatamente qual é a norma, o artigo, enfim, demonstrar de forma cabal a regra que impõe a restrição competitiva.

13. E mais, deve ainda verificar se a norma que apenas permite a instalação de subestação abrigada com capacidade superior a 300 Kwp é uniforme ou de abrangência nacional, editada pela Agência Nacional de Energia elétrica - ANEEL, ou eventualmente, pode sofrer alteração em cada Estado da Federação ou ainda regulamento de cada uma das concessionárias de energia elétrica.

14. A ausência dessa certeza impedirá a adoção do critério porque, repita-se, ele materializa uma restrição na participação dos licitantes potenciais.

15. Por fim, como já registrado nestas diligências, o mesmo raciocínio deverá ser estendido à comprovação da capacidade técnico-profissional. Isso porque embora seja possível a exigência de quantitativos mínimos ou prazos máximos de serviços dos profissionais, são medidas excepcionais que exigem critérios de razoabilidade e justificativa técnica.

(...)

08. Em atendimento à referida diligência, a unidade demandante de engenharia teceu considerações e concluiu que a manutenção dessa regra poderia gerar restrições não relevantes à comprovação da qualificação técnica relacionada ao objeto que se pretende contratar, motivo pelo qual elaborou o novo Termo de Referência n. 4/2023-ASSENGE ([1001974](#)), no qual, segundo registra, apenas alterou a potência mínima que deverá ser comprovada pelo atestado de capacidade técnica da empresa e pelo acervo técnico do profissional em relação à parcela de maior relevância referente ao item subestação abrigada. Na sequência foi ainda juntado ao processo o **Termo de Referência n. 5/2023-ASSENGE** ([1002730](#)), com alguns outros ajustes de redação, havendo a unidade tornado sem efeito o documento anterior ([1010642](#)). É o necessário relato.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.1 Aplicação da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 ao procedimento da contratação pretendida - Possibilidade.

09. Registra-se que a presente contratação, inicialmente autorizada pela autoridade administrativa na data de 06/03/2023 ([0981051](#)) e que teve o edital certame publicado na data de 17/03/2023 ([0989253](#)) encontra-se formatada pelas regras da **Lei n. 10.520/2002** (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da **Lei n. 8.666/93** (Lei de Licitações e Contratos), tudo em harmonia com a redação original da **Lei 14.133, de 1º de abril de 2021**, que, nas disposições combinadas dos artigos 191 e 193, II, possibilitava a adoção desses regimes **até o dia 1º/04/2023**, data a partir da qual seriam revogados.

10. Todavia, na data de **31 de março de 2023** foi editada a **Medida Provisória n. 1.167**, que alterou os referidos dispositivos legais, concedendo à Administração a faculdade de continuar optando pelos regimes jurídicos das referidas leis, desde que a opção escolhida seja expressamente indicada no edital e a publicação do instrumento convocatório ocorra até 29 de dezembro de 2023. Veja-se:

Art. 191. Até o decurso do prazo de que trata o inciso II do caput do art. 193, a Administração poderá optar por licitar ou contratar diretamente de acordo com esta Lei ou de acordo com as leis citadas no referido inciso, desde que: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

I - a publicação do edital ou do ato autorizativo da contratação direta ocorra até 29 de dezembro de 2023; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

II - a opção escolhida seja expressamente indicada no edital ou no ato autorizativo da contratação direta. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

(...)

Art. 193. Revogam-se:

(...)

II - em 30 de dezembro de 2023: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

a) a [Lei nº 8.666, de 1993](#); [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

b) a [Lei nº 10.520, de 2002](#); e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 1.167, de 2023\)](#)

(...)

11. Nessa mesma esteira são também as conclusões do **Acórdão TCU n. 507/2023 – Plenário**, que estabeleceu que os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a **“opção por licitar ou contratar”** pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

31/3/2023, poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023, veja-se:

(...)

9.2. firmar o entendimento, com base no art. 16, inciso V, do Regimento Interno deste Tribunal, de que:

9.2.1. os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a “opção por licitar ou contratar” pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de 31/3/2023 poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023;

9.2.2. os processos que não se enquadrarem nas diretrizes estabelecidas no subitem anterior deverão observar com exclusividade os comandos contidos na Lei 14.133/21;

9.2.3. a expressão legal “opção por licitar ou contratar” contempla a manifestação pela autoridade competente que opte expressamente pela aplicação do regime licitatório anterior (Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011), ainda na fase interna, em processo administrativo já instaurado.

(...)

12. Dessa forma, já ocorrida a opção pelo regime jurídico anterior, tem-se como cristalina a existência de autorização legal, pela redação do art. 191 c/c 193, II, da Lei n. 14.133/2021, para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o processamento da contratação devendo, para tanto, realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023.

2.2 Das alterações promovidas no Termo de Referência n. 2/2023 - Questionamentos de licitantes potenciais - Adequações à Lei n. 8.666/93 e à jurisprudência do TCU - Possibilidade.

13. Como registrado no relato deste parecer, esta Assessoria Jurídica já se manifestou pela juridicidade da contratação por meio do Parecer Jurídico n. 14/2023 ([0973630](#)), havendo também manifestação favorável do titular da SAOFC ([0974737](#)), a necessária aprovação dos atos da fase interna do procedimento e autorização da autoridade administrativa ([0981051](#)). Tanto é assim que, após aprovação jurídica de sua minuta ([0987832](#)), o Edital de Pregão Eletrônico SRP n. 6/2023 ([0989252](#)) foi regularmente publicado ([0989253](#)), **ESTANDO O CERTAME SUSPENSO** após os questionamentos, também já relatados,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

para adequações na redação do termo de referência quanto a aspectos relacionados à qualificação técnica ([0993874](#)).

14. Tais adequações integraram a redação do Termo de Referência n. 3/2023 - ASSENGE ([0994595](#)), sobre o qual a unidade demandante esclareceu que foram realizados ajustes nos critérios de habilitação técnica, já previstos no Termo de Referência inicial n. 2/2023 ([0972706](#)) e melhorias na sua redação para evitar recursos equivocados. Por determinação do titular da SAOFC ([0994653](#)), o referido documento foi novamente avaliado pela SAC, que concluiu por sua regularidade ([0995155](#)). Fruto das diligências solicitadas por esta unidade ([0995697](#)), por fim, tem-se a versão final das regras da contratação por meio do Termo de Referência n. 5/2023-ASSENGE ([1002730](#)).

15. Nesse sentido, constatado que o termo de referência originário da contratação foi aprovado pela autoridade administrativa, entende-se que resta a esta Assessoria Jurídica pronunciar-se tão só sobre as alterações supervenientes ao documento pretérito, o que se fará adiante:

I - Pedido de Esclarecimento da empresa KR BUSINESS - KRIMATECH ([0991320](#)):

Em análise ao edital, em específico o item 9.3.1 – b.1, afirma que: Não será permitido a soma de diferentes atestados para fins de se obter a potência total de cada subsistemas (Usina e Subestação). Posso entender que esse somatório, refere-se APENAS aos atestados da empresa, porém, caso o ENGENHEIRO tenha ACERVO TÉCNICO, onde o somatório dê igual ou superior aos 300KVA e igual ao maior que os 235KWP, pode ser considerado válido, uma vez que é o próprio responsável técnico que terá esse "Know-how", correto?

Questionamento do Pregoeiro ([0992054](#)):

(...)

Compulsando os autos, verificamos que o Termo de Referência ([0972706](#)), em seu item 11.2.1, b.1, i e ii, trata do somatório de "atestados de capacidade técnica", que é exigência da pessoa jurídica, silenciando quanto ao somatório do acervo técnico da pessoa física, o que nos levaria a crer que não foi expressamente vedado pelo TR. Todavia, em se tratando de questão técnica, SOLICITO manifestação da unidade demandante quanto ao quesito apontado.

(...)

Resposta inicial da ASSENGE - Informação 37/2023 ([0992054](#)):



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em resposta a Solicitação nº 36/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0991323](#)), informamos que houve um erro na nomenclatura adotada no Termo de referência com o objetivo de vedar a somatória de Certidões de Acervos Técnicos - CAT.

Portanto, assim como na qualificação operacional quanto na profissional não deverá ser permitida o somatório de Atestados ou Certidões de Acervos Técnicos.

Réplica do Pregoeiro após a suspensão do certame

([0993874](#)):

(...)

Considerando que a redação do dispositivo questionado tem o potencial de gerar dúvidas;

e considerando a necessidade de segurança técnica, segurança jurídica e segurança na contratação, informo que a sessão do Pregão Eletrônico 06/2023 foi suspensa para adequação na redação ([0993873](#)).

*Oportunamente, informamos que a empresa AGROMOTORES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA apresentou impugnação ([0993459](#)), a qual não foi conhecida pelo Pregoeiro em virtude da licitação ter sido suspensa. Todavia, o pedido foi recebido como se INFORMAÇÃO fosse, razão pela qual sugerimos a leitura antes do ajuste redacional no TR, visto que haverá nova publicação do edital, pelos mesmos meios anteriores e serão **reabertos os prazos** para recepção de propostas, pedidos de esclarecimentos e impugnações.*

(...)

Redação do Termo de Referência n. 5/2023-ASSENGE

([1002730](#)):

11. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

11.1. Da qualificação técnico-operacional:

11.1.1. As empresas interessadas deverão apresentar a seguinte documentação:

a) ...

b) Atestado (s) de Capacidade Técnica em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem que a licitante tenha executado Implantação de Usinas de Microgeração de Energia Fotovoltaica de, no mínimo, 261(duzentos e sessenta e um) Kwp (quilo watt pico) e Posto de Transformação Trifásico com potência nominal mínima de 250 (duzentos e cinquenta) KVA, com proteção e medição na MT (Média Tensão). **Os quantitativos mínimos especificados, por sua vez, representam 50% (conquenta por cento) dos itens de maior relevância que integram o lote único, estando assim de acordo com**

a jurisprudência do TCU.

c) JUSTIFICATIVA por exigir Atestados de Capacidade Técnica relativos à parcela de maior relevância: O dimensionamento de capacidades técnica mínima para comprovação pelos atestados tem como justificativa as características técnicas do objeto, de acordo com o Anexo III deste Edital – Tabela inserta no documento



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A4, onde está prevista a necessidade de, ao menos, 7 (sete) usinas distribuídas em diferentes localidades do Estado de Rondônia.

d) Desse conjunto de usinas, os serviços de instalação que requerem maior complexidade técnica é a usina de Ariquemes, que tem capacidade total de 523 (quinhentos e vinte e três) kwp. Para implantação dessa usina, faz-se necessário a instalação conjunta - parte integrante obrigatória - de subestação abrigada de 500 kva, de acordo com as regras da Energisa S/A – ente normatizador que detém, em exclusividade, a concessão de distribuição de energia elétrica no Estado de Rondônia.

e) Tanto a usina quanto a subestação caracterizam-se como de parcela de maior relevância técnica e financeira. Não apenas pela potência agrupada, como também pela crescente complexidade técnica exponencial, visto que na proporção que se amplia a capacidade da instalação da usina e subestação, tem-se a necessidade de acréscimo de equipamentos, dispositivos de proteção, exigência de detalhamento de projeto junto a concessionária dentre outros.

i) Não será permitida a soma de diferentes atestados para fins de se obter a potência total de cada subsistemas (Usina e Subestação).

JUSTIFICATIVA: A vedação do somatório de atestados de capacidade técnica justifica-se pela semelhança das características técnicas que determinaram a exigência de comprovação de quantitativos mínimos de 50 % de serviços compatíveis à parcela maior relevância do objeto. Assim, havendo a permissão de soma dos atestados, o licitante poderia apresentar inúmeros atestados e/ ou certidões de acervos técnicos que não comprovem as características técnicas exigidas pela parcela de maior relevância técnica. Isso porque, como registrado na alínea “c” deste subitem, as usinas solares, na proporção que aumentam a sua capacidade, incorporam componentes e acrescentam equipamentos relevantes, sob o aspecto técnico, e obrigatórios, sob o aspecto normativo da concessionária Energisa - de acordo com a NORMA DE DISTRIBUIÇÃO UNIFICADA – NDU-001 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO SECUNDÁRIA e NORMA DE DISTRIBUIÇÃO UNIFICADA – NDU-002, que trata do FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO PRIMÁRIA – culminando até mesmo na necessidade de instalação de uma subestação. **(sem destaques no original)**

(...)

11.2. Capacidade Técnico-Profissional

11.2.1. Os profissionais deverão apresentar a seguinte documentação:

a) ...

b) Comprovação de que o profissional indicado é detentor de *Certidão de Acervo Técnico – CAT*, que comprove que este profissional indicado tenha executado a implantação Usina de Microgeração de Energia Fotovoltaica de, no mínimo, 261(duzentos e sessenta e um) Kwp (quilo watt pico) e Posto de Transformação Trifásico com potência nominal mínima de 250 (duzentos e cinquenta) KVA, com proteção e medição na MT (Média Tensão). Os quantitativos mínimos especificados, por sua vez, representam 50% dos itens de maior relevância que integram o lote único, estando assim de acordo com a jurisprudência do TCU.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*c) **JUSTIFICATIVA por exigir Certidões de Acervo Técnicos relacionadas à parcela de maior relevância:** O dimensionamento de capacidades técnica mínima para comprovação pelas certidões CAT's tem como justificativa as características técnicas do objeto, de acordo com o Anexo III deste Edital – Tabela inserta no documento A4, onde está prevista a necessidade de, ao menos, 7 (sete) usinas distribuídas em diferentes localidades do Estado de Rondônia.*

d) Desse conjunto de usinas, os serviços de instalação que requerem maior complexidade técnica é a usina de Ariquemes, com capacidade total de 523 (quinhentos e vinte e três) kw. Para implantação dessa usina, faz-se necessário a instalação conjunta - parte integrante obrigatória - de subestação abrigada de 500kva, de acordo com as regras da Energisa S/A – ente normatizador que detém, em exclusividade, a concessão de distribuição de energia elétrica no Estado de Rondônia.

e) Tanto a usina quanto a subestação caracterizam-se como de parcela de maior relevância técnica e financeira. Não apenas pela potência agrupada, como também pela crescente complexidade técnica exponencial, visto que na proporção que se amplia a capacidade da instalação da usina e subestação, tem-se a necessidade de acréscimo de equipamentos, dispositivos de proteção, exigência de detalhamento de projeto junto a concessionária, dentre outros.

i) Não será permitida a soma de diferentes certidões para fins de se obter a potência total de cada subsistemas (Usina Microgeradora e Subestação).

JUSTIFICATIVA: A vedação do somatório de certidões CAT's justifica-se pela semelhança das características técnicas que determinaram a exigência de comprovação de quantitativos mínimos de 50% de serviços compatíveis à parcela maior relevância do objeto. Assim, havendo a permissão de soma das certidões CAT's, o licitante poderia apresentar inúmeras atestados e/ ou certidões de acervos técnicos que não comprovem as características técnicas exigidas pela parcela de maior relevância técnica. Isso porque, como registrado na alínea “c” deste subitem, as usinas solares, na proporção que aumentam a sua capacidade, incorporam componentes e acrescentam equipamentos relevantes, sob o aspecto técnico, e obrigatórios, sob o aspecto normativo da concessionária Energisa - de acordo com a NORMA DE DISTRIBUIÇÃO UNIFICADA – NDU-001 - FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO SECUNDÁRIA e NORMA DE DISTRIBUIÇÃO UNIFICADA – NDU-002, que trata do FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM TENSÃO PRIMÁRIA – culminando até mesmo na necessidade de instalação de uma subestação. (sem destaques no original)

(...)

JURÍDICA: ANÁLISE DAS QUESTÕES PELA ASSESSORIA

I - Pedido de esclarecimento da empresa KR BUSINESS - KRIMATECH ([0991320](tel:0991320)):

a) Quanto à abrangência da vedação de soma dos atestados de capacidade técnica: As novas redações dos itens 11.1.1, alínea "i" e 11.2.1, alínea "i" registram de forma clara que regra da vedação da soma de atestados será aplicada tanto para a comprovação da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

qualificação técnico-operacional da empresa, quanto à capacidade técnico-profissional dos responsáveis técnicos indicados.

b) Quanto à vedação de soma dos atestados de capacidade técnica: Por outro lado, deve-se registrar que, nas licitações em que são exigidos, a regra é permitir o somatório de atestados de capacidade técnica operacional das empresas com vistas a ampliar a competitividade, ou seja, aceitar o somatório de atestados para fins de qualificação técnica.

Mediante o somatório faculta-se ao interessado que não lograria êxito em demonstrar sua capacidade por meio de um único atestado que o faça conjugando experiências diversas. Nesse sentido é o entendimento do TCU, cuja jurisprudência pacífica considera possível o somatório de atestados independentemente de previsão editalícia (TCU: **Acórdão n. 1.983/2014-Plenário; Acórdão n. 1.231/2012-Plenário e; Acórdão n. 1.890/2006-Plenário**).

Em relação à **capacidade técnico-profissional**, após divergências o TCU também passou a admitir quantitativos mínimos de serviços ou de períodos para fins de aferição e comprovação da qualificação técnica profissional (**Acórdão TCU 3070/2013**), desde que mediante (...) *motivação dessa decisão administrativa, evidenciando que a exigência é indispensável à garantia do cumprimento da obrigação a ser assumida pela vencedora do certame*.

Essa possibilidade de quantitativos mínimos também trouxe com ela a discussão acerca da vedação de somas dos acervos profissionais para a comprovação das exigências técnicas dos editais.

Para os dois casos encontra-se pacificado na doutrina e na jurisprudência do TCU que o impedimento ao somatório de atestados é medida excepcional que deve estar amparada em justificativa de ordem técnica e exige vedação expressa no edital da licitação.

Como visto acima pela reprodução dos dispositivos do TR, notadamente dos **itens 11.1.1, alínea "c" e 11.2.1, alínea "c"**, a unidade de engenharia cuidou de inserir as devidas justificativas técnicas para fundamentar a vedação, motivo pelo qual entende-se que, sob o aspecto formal, a exigência está em harmonia com a Lei n. 8.666/93 e a jurisprudência atual do TCU, sem qual a restrição seria irregular. Veja-se:

ACÓRDÃO 1101/2020-PLENÁRIO

É irregular, quando não tecnicamente justificada, a limitação do número de atestados para fins de comprovação dos quantitativos mínimos exigidos para



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

demonstrar a capacidade técnico-operacional da empresa na execução dos serviços de maior complexidade e relevância do objeto licitado (Súmula TCU 263).

De notar-se que a justificativa apresentada pela unidade de engenharia traz elementos que, sob o prisma técnico, não recomenda a soma dos atestados em função das peculiaridades do objeto e sua forma de execução - o que significa dizer que a comprovação de parcelas de serviços inferiores aos quantitativos mínimos especificados, **não configuraria experiência anterior similar**. Sobre o tema, veja-se a lição de **Marçal**:

(...)

Logo, não cabe indagar se é cabível ou não o somatório de atestados. Está pergunta está mal formulada. O relevante reside em investigar se o objeto a ser executado caracteriza-se por unidade e indissociabilidade, de modo que a execução anterior de parcelas não configura experiência na execução de um objeto similar. Logo, a pergunta adequada envolve a possibilidade de dissociação do objeto licitado em unidades autônomas, sem que isso produza a sua desnaturação. Somente caberá o somatório quando o objeto licitado comportar fracionamento dessa ordem - (Marçal Justem Filho - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 14ª ed, São Paulo, Dialética, 2012, p. 511 - sem destaque no original).

Dessa forma, existindo justificativa técnica para o ato, tem-se que a vedação está em harmonia com o entendimento pacífico do TCU como, vg, no **Acórdão 1101/2020 - Plenário**.

c) Exigência de quantitativos mínimos: Por sua vez, os quantitativos mínimos foram agora alterados na redação do TR 5/2023 para 50% (cinquenta por cento) dos serviços de maior relevância daqueles que integram **lote único**, exigindo-se, no mínimo, serviços de implantação de usinas de micro geração de energia Fotovoltaica de 261 Kwp e serviços de execução de posto de transformação trifásico com potência nominal mínima de 250 KWA.

De acordo com a justificativa que consta do TR, **item 11.1, "c"**, os quantitativos foram definidos em função dos serviços de instalação que requerem maior complexidade técnica, representado pela usina de Ariquemes, (...) *que tem capacidade total de 523 (quinhentos e vinte e três) kwp. Para implantação dessa usina, faz-se necessário a instalação conjunta - parte integrante obrigatória - de subestação abrigada de 500 kva, de acordo com as regras da Energisa S/A – ente normatizador que detém, em exclusividade, a concessão de distribuição de energia elétrica no Estado de Rondônia.*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nessa linha, verifica-se que os quantitativos mínimos foram dimensionados em harmonia com a jurisprudência do TCU, veja-se:

SÚMULA	TCU	Nº	263
<i>Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, <u>é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.</u></i>			

ACÓRDÃO	1251/2022	-	SEGUNDA	CÂMARA:
<i>9.2.1. a exigência prevista no item 7.6.3 do edital, para a comprovação da qualificação por meio de atestados de capacidade técnica sem a necessária correspondência, contudo, com os itens em maior relevância e em valor significativo no objeto da futura contratação, afronta a legislação aplicável como evidenciado pela Súmula n.º 263 do TCU;</i>				

(...)

*9.2.3. a exigência para a qualificação técnica, como previsto no item 7.6.3 do edital, **para os quantitativos mínimos em percentual superior a 50% do previsto no orçamento-base, afronta a legislação aplicável como evidenciado pela jurisprudência fixada pelo TCU a partir, por exemplo, do Acórdão 244/2015-TCU-Plenário**;*

(...)

ACÓRDÃO 244/2015 - PLENÁRIO

*28.2.2. fixação de quantitativos mínimos de serviços, para efeito de comprovação da capacidade técnico-operacional, em valores idênticos aos quantitativo totais previstos no orçamento base para execução desses serviços, em desacordo com a jurisprudência dessa Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 1.284/2003, 2.088/2004 e 2383/2007, todos do TCU-Plenário, **a qual estabelece, como regra, o teto de 50%, devidamente justificado**;*

(...)

II - Impugnação da empresa AGROMOTORES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA. ([0993459](#)):

Conforme informou o Pregoeiro ([0993874](#)), a empresa AGROMOTORES apresentou impugnação ([0993459](#)) que não foi conhecida em virtude de a licitação ter sido suspensa. Contudo, o pleito foi recebido como *informação*. Em função disso, o Pregoeiro sugeriu à unidade demandante a leitura dos argumentos da impugnante, previamente ao ajuste na redação no TR. Isso porque haverá nova publicação do edital e reabertura de prazos para recepção de propostas, pedidos de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

esclarecimentos e impugnações. **O que significa dizer que a impugnação poderá ser também renovada pelos mesmos motivos.**

Em função disso, esta unidade jurídica alertou à unidade demandante de engenharia para as questões arguidas na referida impugnação, notadamente aquela ainda não elucidadas pelas alterações atreladas ao pedido de esclarecimento.

De notar-se que a impugnante questiona as seguintes regras do edital:

i. Exigência de atestado único para energia solar e subestação, sob a seguinte alegação:

a) É sabido que existe no mercado empresa que são especialista em fornecimento e instalação de energia fotovoltaica e que não possuem em se rol de comércio de fornecimento e instalação de subestação, e vice-versa, dessa forma o edital está beneficiando e direcionado a empresa que fazem os dois tipos de serviços, excluindo do certame licitatório empresa especialistas e qualificadas no fornecimento e instalação de sistema de geração de energia solar, no caso em tela esta empresa que somente para o Ministério Público do estado de Rondônia, implantou em média cinco sistema, RESTRIGINDO A PARTICIPAÇÃO desta impugnante e de outras empresas.

...

Para que empresas que trabalham com Instalação de sistema de energia solar ou empresa que trabalham com instalação de subestação, e que não seja impedidas e restringidas de participar do certame em tela, requeremos QUE A LICITAÇÃO SEJA DESMEMBRADA DE MENOR PREÇO POR LOTE PARA MENOR PREÇO POR ITEM.

Verifica-se que a exigência de atestados, NÃO ÚNICOS, mas para ambos os serviços, que podem ser provenientes de serviços executados de forma conjunta ou separadamente, fora elucidada pela ASSENGE no evento [0994633](#) estando agora disciplinada de maneira bastante didática pela redação dos novos itens **11.1.1 "i"** e **11.2.1 "i"** do Termo de Referência n. 5/2023-ASSENGE ([1002730](#)), os quais já foram reproduzidos neste parecer.

Por sua vez, a justificativa para a exigência de atestados de qualificação técnica empresarial e profissional para ambos os serviços está atrelada à modelagem da contratação que não apenas definiu a junção de todos os itens de serviços em um LOTE ÚNICO, mas também pela UNICIDADE dos serviços de implantação de usinas de micro geração de energia fotovoltaica e dos postos de transformação. Tais opções estão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

embasadas pelos seguintes elementos técnicos e de racionalidade descritos no termo de referência, veja-se:

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

(...)

2.7. É interessante destacar que o modelo de negócio proposto pelas empresas que atuam nesse nicho de mercado é feito com base no emprego de mecanismos próprios de formação de preços e forma de execução do negócio, que são inerentes a essa nova contratação, de modo que compreende também a elaboração do Projeto Executivo, situação esta que vem de encontro à regra prevista no art. 9º, I, da Lei n. 8.666/93. Entretanto, há de se observar que o mecanismo obstrutivo legal é uma vedação de natureza MORAL, tem o escopo de vedar o favorecimento de informações privilegiadas a uma empresa ou grupo econômico para participar de uma licitação. Contudo, em face dessa determinação normativa, a Administração Pública, "lato sensu", tem feito a aquisição por meio de POTÊNCIA INSTALADA, ou seja, a unidade de referência para orçamentação da contratação utilizada pelo mercado é o valor do KWp (quilowatt pico), sendo que o custo da implantação do sistema é obtido por meio do consumo registrado nas contas de energia, dado e disponibilizado pelas concessionárias de fornecimento de energia elétrica da rede normal, estas condições possibilitam mitigar ou modular a regra legal e assim a Administração poderá contratar o serviço almejado, sem ofender aos princípios do art. 37, XXI, da CRFB.

2.7.1. Assim, não há ação contrária à lei, mas sim um movimento para se adequar às exigências apontadas pelo mercado, local ou nacional, ou seja, a atividade econômica estabelece quais são os procedimentos que serão seguidos para a aquisição deste tipo de serviço, que é objeto do presente TR. Se não for seguido, caso não siga tal modelo de negócio, haverá dificuldade na obtenção do serviço por não haver rotina mercadológica para tal aquisição, o que dificultará ou privilegiará uma ou outra empresa. Ta situação foi devidamente pensada e analisada para que o resultado final seja exitoso, com um equipamento entregue e que tenha o desempenho estipulado neste TR. Há sim preocupação em torno do equipamento a ser disponibilizado, mas ele terá que atingir o rendimento mínimo almejado nos itens 9.3.1.6 e 16.1, alínea "z", estes aspectos mais técnicos são abordados no Anexo I - Caderno de especificações (Evento [0965673](#)).

2.7.2. Apesar da liberdade de aquisição, há regras que devem ser seguidas para a execução da atividade objeto do contrato, no qual cabe definir como, por quem, quando e onde o serviço será realizado e qual sua finalidade; podendo dizer que as regras de negócio são limites impostos às operações, de forma que elas sigam corretamente na direção objetivo a ser contratado. **A atividade deve ser completa, com início, meio e fim, tendo-se unicidade, ou seja, como serviço único;** passível de quantificação e medição do potencial instalado; respeitando-se a legislação atinente ao objeto contratado, sendo que sua aquisição deve estar de acordo com o menor preço do kWp (quilovatt pico) do mercado e melhor qualidade disponível ao cliente, portanto de acordo com os princípios que se busca com a licitação pública, entre outros.

2.7.3. Nessa direção, foi verificada a existência de algumas empresas aptas para o fornecimento e a instalação de usinas de geração fotovoltaicas o que permite a concorrência. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais via internet, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração Pública, de modo que o mercado estabeleça regras às quais a própria Administração também deve se adequar.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, foi seguido o padrão de contratação ora exposto no subitem 2.7.2, com suas regras peculiares.

2.7.4. Tais regras identificadas previamente, foram incorporadas à contratação em comento, com algumas diferenças devido às diferenças mencionadas no item 3.5 deste TR. E para a instalação das usinas solares fotovoltaicas, ora pretendida, foi constatado que tanto as empresas como os contratantes, efetivam a compra de forma semelhante a que se pretende adotar aqui nesse Regional, de modo a cumprir as respectivas exigências legais, normativas e editalícias. O setor de geração de energia solar apresenta um mercado bastante pulverizado atualmente, com várias empresas que atuam nesse segmento. por isso, pode-se afirmar que existem no mercado desde pequenas empresas até grandes corporações que estariam aptas a atender as necessidades da Administração. As contratações feitas em outros órgãos da Administração Pública, em sua maioria, assemelham-se à presente formatação de contratação pretendida por este Regional.

2.8. Assim, foram observadas as seguintes contratações feitas por Órgãos Públicos que serviram de base a este Termo de Referência:

a) IFRS - Instituto Federal do Rio Grande do Sul (Processo SEI Nº 23419.002779/2022-13) - Edital do Pregão Eletrônico n. 82/2022: https://ifrs.edu.br/wp-content/uploads/2022/10/Edital_pregao_eng-52.2022_anexos.pdf; www.comprasgovernamentais.gov.br – Portal de compras do Governo Federal (UASG: 158141)

b) TRT6 - Tribunal Regional do Trabalho 6ª Região (Processo n. 13.188/21) - Edital do Pregão Eletrônico n. 24/2021: www.trt6.jus.br (links: Transparência – Aquisições – Licitações); www.comprasgovernamentais.gov.br – Portal de compras do Governo Federal (UASG: 080006). Nessa contratação Há uma arquivo chamado MAPA DE PREÇOS que tem a memória de cálculo e preços praticados no âmbito da Administração Pública aos moldes do formato adotado neste Órgão referenciador, cuja planilha aponta os seguintes: Câmara dos Deputados, TRT23, UFDG e UFR.

c) TJ AC - Tribunal de Justiça do Estado do Acre - (Processo SEI Nº 0005472-46.2021.8.01.0000) - Edital do Pregão Eletrônico n. 45/2022: www.tjac.jus.br (Transparência - Administração) e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG: 925509

d) TRF 1 - Seção Judiciária do Acre (Processo Administrativo n. 0001392-91.2022.4.01.8001) - Edital do Pregão Eletrônico n. 13/2022 - www.trf1.jus.br e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG: 090024.

e) Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - AMRJ Processo Administrativo n. 63014.001976/2022-84) - Edital do Pregão Eletrônico n. 33/2022 - www.bancodeprecos.com.br e www.comprasgovernamentais.gov.br - UASG: 741000.

2.8.1. É possível apontar que nem todas tiveram valores iguais ao que o TRE-RO pretende, mas há um padrão de contratação a ser seguido, seja pela descrição dos serviços, unidade de contratação. (sem destaques no original)

...

4.2. DO TIPO DE LICITAÇÃO: Sugere-se a que o tipo de licitação, como critério de julgamento, seja o de **MENOR VALOR DO LOTE**, observados os valores unitários discriminados no item 2.1.

4.3. PADRONIZAÇÃO DA SOLUÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

4.3.1. O TRE/ RO pretende contratar a implantação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, durante a validade da Ata de Registro de Preços, em suas unidades administrativas de forma alternada (na medida da sua disponibilidade orçamentária) e padronizada.

*4.3.2. Na presente licitação se impõe a **necessidade de uniformização** dos materiais para que não se frustre a padronagem operacional pretendida, conforme o **princípio da padronização das compras públicas**, disposto no art. 15, inciso I, da Lei n. 8.666/93. No mais, o estabelecimento de cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte também poderia prejudicar a execução do objeto, **dificultando a gestão e a fiscalização contratual**, como também **reduziria a economia de escala**. Por essas razões, entende-se que a contratação deverá ocorrer em **lote único** buscando **ganho de escala e redução nos custos da contratação**.*

4.3.3. Dessa forma, não se mostra vantajosa, do ponto de vista técnico-operacional, a adoção do parcelamento da solução, tendo em vista que o projeto executivo e a instalação do sistema requerem especificações e detalhamento que impõem uniformidade de tecnologia e execução dos serviços, em especial no que se refere aos painéis fotovoltaicos e inversores especificados, como também no tocante à configuração do gerador fotovoltaico e dos acessórios necessários. É importante ressaltar que faz parte da presente contratação a instalação de sistema capaz de realizar o monitoramento e gerenciamento da produção de energia fotovoltaica em cada uma das unidades do Tribunal. Deve-se considerar também que cabe à CONTRATADA realizar o treinamento da equipe técnica do Regional, para capacitá-la a executar as manutenções necessárias e o monitoramento, bem como a aferição da performance do sistema, além do acompanhamento pelo tempo de garantia dos serviços e componentes. Assim, não é recomendável que sejam contratadas empresas diferentes, que utilizem sistemas diversos, oferecidos no mercado.

*4.3.4. Por todos os argumentos acima expostos, nos termos do inciso III do art. 49 da Lei Complementar n. 123/06 e do inciso II do art. 10 do Decreto 8.538/2015, **não se revela vantajoso à Administração** o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na presente aquisição, uma vez que, caso empresas diferentes registrem os preços de um mesmo item na ata decorrente da licitação poderá haver prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.*

Como visto, a unidade técnica/demandante de engenharia, optou, lastreada em vasta fundamentação, pela **UNICIDADE DOS SERVIÇOS**, ou seja, pela **junção** dos serviços de implantação das usinas de micro geração de energia fotovoltaica e dos serviços de instalação dos posto de transformação elétrica. Na verdade, a leitura do TR revela que não foram apenas esses os serviços que foram aglutinados, mas diversos outros, veja-se o rol no item 1.2 do TR. A impugnação se resume a esses dois porque desses foram exigidos atestados de capacidade técnica empresarial e profissional.

Optou também pela formação de **LOTE ÚNICO** para a contratação de todos os sistemas de geração de energia solar fotovoltaica que serão instalados nas localidades descritas nos **ANEXOS III** (Evento [0952711](#)) do Termo de Referência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A licitação por itens ou com formação de lotes tem seus contornos definidos pela legislação e pela jurisprudência do TCU, inclusive sumulada, veja-se:

Lei 8.666/93:

Art. 23. *As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:*

(...)

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

(...)

Súmula TCU 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade. (sem destaque no original)

Como visto, conquanto a divisão dos serviços em parcelas ou do objeto em itens seja algo bastante comum no âmbito das contratações públicas, **essa modelagem comporta variações que permitem o seu agrupamento em lotes.** Assim, na busca do melhor atendimento do interesse público - dado sua supremacia frente ao interesse dos particulares - quando a Administração concluir pela necessidade da licitação deverá sopesar o melhor caminho a ser trilhado.

O Tribunal de Contas da União recomenda que a licitação seja realizada por itens ou lotes (no sentido também de divisão) sempre que econômica e tecnicamente viável, cabendo a Administração, justificadamente, demonstrar a vantagem da opção feita. Assim, a divisão do objeto em vários itens ou lotes não pode culminar na elevação do custo da contratação de forma global, nem tampouco afetar a integridade do objeto pretendido ou comprometer a sua perfeita execução do mesmo. Isso porque em determinadas situações a divisão do objeto pode desnaturá-lo ou mesmo mostrar-se mais gravosa para a Administração, fatos esses que devem ser verificados e justificados pela Administração licitante.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, a divisão do objeto não pode causar prejuízo ao conjunto ou complexo licitado, situação que foi analisada pela unidade de engenharia e que culminou na opção pela junção dos serviços (unicidade) e a formação de lote único, mediante as justificativas inseridas no item 4.3 do TR, que podem ser resumidas:

a) na necessidade de **uniformização dos materiais** para que não se frustre a padronagem operacional pretendida;

b) racionalidade da gestão e fiscalização contratual;

c) ganho de escala e redução nos custos da contratação;

d) sob o **aspecto técnico-operacional**:

d1) que o projeto executivo e a instalação do sistema requerem especificações e detalhamento que impõem uniformidade de tecnologia e execução dos serviços, em especial no que se refere aos painéis fotovoltaicos e inversores especificados, como também no tocante à configuração do gerador fotovoltaico e dos acessórios necessários;

d2) integra a contratação a instalação de sistema capaz de realizar o monitoramento e gerenciamento da produção de energia fotovoltaica em cada uma das unidades do Tribunal;

d3) que caberá à contratada realizar o treinamento da equipe técnica do Regional, para capacitá-la a executar as manutenções necessárias e o monitoramento, bem como a aferição da *performance* do sistema, além do acompanhamento pelo tempo de garantia dos serviços e componentes, não sendo recomendável que sejam contratadas empresas diferentes, que utilizem sistemas diversos, oferecidos no mercado.

Como visto, a unidade, ao menos sob o aspecto formal, atendeu às exigências demandadas pela jurisprudência do TCU para essa modelagem de contratação, veja-se:

ACÓRDÃO TCU 1592/2013 - PLENÁRIO:

(...)

9.3.1. a opção de se licitar por itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem da escolha, em atenção aos artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei 8.666/1993;

(...)

9.3.4. a pesquisa de mercado, prevista no art. 7º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, deverá se conformar às características do objeto a ser licitado, possíveis de impactar no preço pesquisado, a exemplo das quantidades a serem adquiridas, do agrupamento de produtos e do critério de regionalização dos lotes, definidos no Pregão SRP 96/2012;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...).

Assim, diante das vastas justificativas apresentadas pela unidade técnica de engenharia, não haveria razão para a alteração do tipo da licitação de menor preço por lote para menor preço por item, como requerido pela impugnante.

ii. Exigência de SOMENTE UM ÚNICO ATESTADO, ou seja, a vedação de soma de atestados de capacidade técnico-operacional das empresas e acervos dos profissionais (item 9.3.1, "b" e 9.3.2 "b", do edital):

Outro ponto que esta restringindo e ocasionando direcionamento do instrumento convocatório é a exigência de SOMENTE UM ÚNICO ATESTADO, tanto para empresa quanto para o Profissional, com potência mínima de 235 Kwp e não aceitando a soma de atestados para que se atinja a potencia mínima exigida (exige um único atestado), ora nobre pregoeiro, com base na alínea "a" cima fica claro que tal exigência restringe e limita a participação e potenciais participantes, estando o certame licitatório direcionado.

A vedação da soma dos atestados de capacidade técnico-operacional das empresas e dos acervos técnicos dos profissionais foi devidamente justificada pela unidade de engenharia e tida como regular por esta Assessoria Jurídica quando da análise do pedido de esclarecimentos da empresa KR BUSINESS - KRIMATECH ([0991320](#)), registrada no item I acima.

III – CONCLUSÃO

16. Pelo exposto, trazendo a este também as conclusões do Parecer Jurídico n. 14/2023 ([0973630](#)), e considerando que o edital de Pregão Eletrônico n. 6/2023 ([0989252](#)) deverá ser republicado em função das alterações das regras de qualificação técnica exigidas das licitantes, opina esta Assessoria Jurídica:

I - De forma preliminar, como analisado na seção 2.1 deste parecer, como já ocorreu a opção pelo regime jurídico anterior (0981051), tem-se como cristalina a existência de autorização legal, pela redação do art. 191 c/c 193, II, da Lei n. 14.133/2021, para que a Administração continue a utilizar os regimes da Lei n. 10.520/2002 e da Lei n. 8.666/93 para o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

processamento da contratação devendo, para tanto, realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023;

II – considerando os elementos que constam do Termo de Referência n. 5/2023 – ASSENGE ([1002730](#)), que, na sua essência, também foi analisado e considerado regular pela SAC ([0995155](#)), o referido instrumento parece conter em sua forma os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação (inciso II do art. 14 do mesmo regulamento);

III – pela possibilidade da eventual contratação dos serviços de engenharia pretendidos, por meio da modalidade licitatória do pregão, na sua forma eletrônica, tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19**, tratando-se da **formação de registro de preços**, tem-se como dispensada a indicação de dotação orçamentária, para a deflagração do certame, consoante a regra expressa contida no **§ 2º do art. 7º do Decreto n. 7.892/2013**;

IV – o edital de licitação, caso aprovada a pretensão da formação de registro de preços pela autoridade superior do órgão, deverá estabelecer o **tipo de licitação menor preço para o único LOTE**, em conformidade com o que determina o § 1º do art. 45 da Lei n. 8.666/1993. Destaca-se que **não** foi indicado pela ASSENGE o modo de disputa e o intervalo mínimo entre os lances, na forma do Parágrafo único do Art. 31 c/c o Art. 32 do Decreto Federal n. 10.024/2019, o que poderá ser definido pelo Pregoeiro quando da elaboração dos termos do edital;

V – em razão do preço estimado e pelas características do objeto explicitados nos itens 55 a 58 deste parecer, será **inaplicável ao certame o regime de exclusividade na participação de ME/EPP's** na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC n. 123/06.

V – Na busca da proposta mais vantajosa e não se tratando de critério de julgamento pelo maior desconto - e também por não conter no TR justificativa em sentido contrário – pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**.

17. Destaca-se que a minuta do contrato que regulará os termos da contratação juntada no evento [0984901](#) - e que não sofrerá alteração por conta da nova redação do TR 5/2023, encontra-se aprovada por esta unidade por meio do Parecer Jurídico n. 44/2023 ([0987832](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

18. Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 17/05/2023, às 15:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1011307** e o código CRC **962F69AB**.

0002507-03.2022.6.22.8000

1011307v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002507-03.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - ASSENGE

ASSUNTO: Contratação de empresa de engenharia para o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid – Formação de Registro de Preços.

DESPACHO Nº 573 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Assessoria de Engenharia - ASSENGE com o objetivo de eventual contratação de empresa de engenharia para executar serviços de fornecimento e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede (tipo On-Grid) nos imóveis da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia, via Sistema de Registro de Preços, a fim



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, no que diz respeito à alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente.

Após autorização administrativa para continuidade da tramitação do feito ([0981051](#)), houve o início da fase externa do certame com a publicação do Edital no DOU n. 53/2023 ([0989253](#)), ocasião em que a empresa KR BUSINESS KRIMATECH ([0991320](#)) apresentou pedido de esclarecimento culminando com a **suspensão do certame** ([0993873](#)).

Houve, também, impugnação ao edital pela empresa AGROMOTORES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA ([0993459](#)), não sendo conhecida pelo progeiro em razão da suspensão da licitação, contudo recebida como informação e analisada, tendo em vista que seu teor poderia ser objeto de nova impugnação na ocasião da nova publicação do edital.

Analisados os questionamentos interpostos, juntou-se nova versão do Termo de Referência (TR n. 3/2023 - [0994595](#)) contendo as alterações referentes a habilitação técnica (item 11 do TR), bem como melhoria na redação a fim de evitar eventuais interposição de recursos.

O Secretário da SAOFC remeteu o feito à SAC para análise das alterações efetuadas no novo Termo de Referência e, posteriormente, à AJSAOFC para emissão de parecer jurídico ([0994653](#)).

A SAC registrou que os critérios essenciais de regularidade já haviam sido analisados anteriormente nos termos do evento [0966466](#), extensiva a atual análise. Já no que diz respeito às alterações referente à qualificação técnica, objeto do pedido de esclarecimento e impugnação ao edital, apurou-se que todas atendem aos requisitos legais com o objetivo de melhorar a redação da seção 11 do TR, de forma que o **TERMO DE REFERÊNCIA N° 3/2023 PRES/DG/SAOFC/ASSENGE** (evento [0963763](#)) encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002, art. 3º, XI do Decreto Federal n. 10.024/2019, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 004/2008 ([0995155](#)).

De posse dos autos, a AJSAOFC baixou o feito em diligência para dilucidação dos pontos objeto de pedido de esclarecimento/impugnação, culminando com a **juntada de nova e última versão do TR** (evento [1002730](#)), contendo alteração pontual, mais precisamente em relação a potência mínima do Atestado e Acervo técnico quanto à parcela de maior relevância referente ao item Subestação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Mediante o Parecer Jurídico nº 105/2023 ([1011307](#)), a AJSAOFC analisou individualmente todas as alterações incidentes no Termo de Referência, opinando ao final pela possibilidade de aprovação do Termo de Referência n. 5/2023 – ASSENGE ([0972706](#)) pela autoridade competente, para atendimento do inciso II do art. 14 do Decreto Federal n. 10.024/2019, pela formação de registro de preços, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço para o único lote, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19, pela inaplicabilidade ao certame do regime de exclusividade na participação de ME/EPP's, e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação.

A SAOFC manifestou-se ([1011392](#)), em síntese, pela: a) aprovação do novo TR ([1002730](#)); b) Pela republicação do Pregão nº 6 - ASLIC (atualmente suspenso), em decorrência das alterações das regras de qualificação técnica exigidas das licitantes; c) autorização de licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica, por “menor preço”, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço unitário; d) utilização do Sistema de Registro de Preços, sem a divulgação da Intenção de Registro de Preços; e) Inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's; f) aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante item 7 e 7.2 do Termo de Referência ([0972706](#)); g) pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação, conforme disciplinado no [art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/19](#).

Assim, vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente verifica-se do caderno processual que **já foram carreados aos autos todos os documentos de cunho obrigatório exigidos na fase de planejamento da pretensa contratação**, tais como Solicitação de Contratação ([0886760](#)), Estudo Técnico Preliminar para Obras, bens e serviços especiais ([0952478](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0952496](#)) e, **nesta ocasião, após a suspensão do certame, versão final do Termo de Referência (TR n. 5/2023-ASSENGE - [1002730](#))**, formatado após ajustes apontados em sede de pedido de esclarecimento, impugnação/informação ao edital e diligências da AJSAOFC, com detalhada especificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critério de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Conforme relatado, a presente contratação, estimada em R\$ 5.940.844,18 (cinco milhões, novecentos e quarenta mil oitocentos e quarenta e quatro reais e dezoito centavos), **já foi analisada em momento anterior nesta Diretoria-Geral**, sendo exarada decisão administrativa para deflagração do certame, ocasião em que apurou-se a justificativa da contratação pleiteada, sua adequação a modalidade de licitação pretendida, a questão do agrupamento dos itens em lote único, inaplicabilidade do regime de exclusividade da participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte considerando que o valor estimado (R\$ 5.940.844,18) é superior ao estabelecido para o regime de exclusividade.

Contudo **em razão da necessidade de alterações no Edital**, mais precisamente na redação do Termo de Referência impulsinada por medidas interpostas pelas empresas licitantes, **os autos retornam a esta Diretoria-Geral** para análise e aprovação do novo Termo de Referência e publicação de Novo Edital, a fim de dar continuidade ao processamento do certame para contratação do objeto pretendido por esta Administração.

De antemão registra-se que **a tramitação do feito continuará seguindo o regime jurídico de licitações e contratos administrativos pretérito** (Lei n. 8.666/93 e Lei n. 10.520/2002) tendo em vista a disposição expressa na Medida Provisória n. 1.167/2023 que trouxe a possibilidade por licitar ou contratar pelo regime antigo desde que tenha sido feita esta opção até a data de 31/3/2023, e a publicação do Edital seja materializada até 31/12/2023.

No que diz respeito as alterações operacionalizadas no Termo de Referência, a fim de dar seguimento ao certame, quando submetidas ao crivo da Assessoria jurídica deste Tribunal, todas foram tidas como pertinentes, essenciais e adequadas nos termos dos regramentos que regem a matéria, a fim de viabilizar a continuidade do processamento do certame licitatório de forma regular, uma vez que se tratam de esclarecimentos técnicos.

De acordo com a tramitação dos autos, houve um primeiro **pedido de esclarecimento** protocolado pela empresa **KR BUSINESS - KRIMATECH** ([0991320](tel:0991320)) acerca da questão envolvendo **vedação do somatório de atestados de capacidade técnica**, ocasião em que se detectou que no edital do pregão, realmente, houve apenas menção expressa a vedação quando se tratasse de pessoa jurídica, não havendo redação que tratasse da mesma vedação para pessoa física do engenheiro.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A AJSAOFC no tocante a questão do somatório dos atestados de capacidade técnica, trouxe informações acerca da jurisprudência permissiva do TCU no que diz respeito a capacidade técnica-operacional e profissional, anotando que tal medida só poderia ser imposta em caráter excepcional no edital, necessitando ser amparada por justificativa de ordem técnica e expressamente previstas no edital da licitação.

Após análise da questão, a unidade técnica informou haver erro na nomenclatura adotada no Termo de referência com o objetivo de vedar a somatória de Certidões de Acervos Técnicos – CAT, de modo que fixou nova redação no TR não permitindo o somatório de Atestados ou Certidões de Acervos Técnicos no que diz respeito a qualificação operacional e profissional.

Da leitura da nova redação dos itens **11.1.1, alínea "c"** e **11.2.1, alínea "c"** (TR 5/20223- 1002730), verifica-se, de fato, que unidade de engenharia ao incluir a vedação acima mencionada, cuidou de inserir as devidas justificativas técnicas para fundamentar a vedação, motivo pelo qual entende-se que, sob o aspecto formal, a exigência está em harmonia com a Lei n. 8.666/93 e a jurisprudência atual do TCU, sem qual a restrição seria irregular.

Da leitura do novo TR ([1002730](#)), verifica-se, também, que houve alteração nos quantitativos mínimos das potências em Kwp E KVA, agora estabelecidos no patamar mínimo de 261(duzentos e sessenta e um) Kwp (quilo watt pico) e 250 (duzentos e cinquenta) KVA, valores estes que correspondem exatamente a 50% (cinquenta por cento) do item de maior relevância técnica e financeira que integra o lote único, no caso, representado pela usina de Ariquemes, que tem capacidade total de 523 (quinhentos e vinte e três) kwp, nos termos da letra “d” do item 11.1 e “d” do item 11.2.

Outra ocorrência de destaque no certame diz respeito a impugnação impetrada pela empresa **AGROMOTORES MÁQUINAS E IMPLEMENTOS LTDA.** ([0993459](#)) acerca da exigência que a licitação fosse desmembrada de menor preço por lote para menor preço por item a fim de possibilitar a participação do maior número de licitantes.

Em razão da suspensão do certame, a impugnação foi recebida como informação pelo Pregoeiro, e da leitura de seu teor, verifica-se que a impugnante questiona o fato de que mesmo o serviço podendo ser executado de forma conjunta ou separadamente, há no edital exigência de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

atestado único para fornecimento e instalação de energia solar e fornecimento e instalação de subestação.

Como anotado no parecer da AJSAOFC, a unidade técnica/demandante de engenharia, optou, lastreada em vasta fundamentação, pela **unicidade dos serviços**, ou seja, pela **junção** dos serviços de implantação das usinas de micro geração de energia fotovoltaica e dos serviços de instalação dos postos de transformação elétrica.

Dessa forma, optou-se pela formação de **lote único** para a contratação de todos os sistemas de geração de energia solar fotovoltaica que serão instalados nas localidades descritas no **anexo III** (Evento [0952711](#)) do Termo de Referência, uma vez que a divisão do objeto poderia causar prejuízo ao conjunto ou complexo licitado, mediante as justificativas inseridas no item 4.3 do TR.

Analisados os pontos retrocitados, a nova versão do Termo de Referência sob análise encontra-se apta a produzir todos os efeitos jurídicos, podendo compor a minuta do Novo Edital do Pregão a ser divulgado contendo as alterações no referido anexo que o compõe.

Registra-se que na minuta do instrumento contratual, conforme anotado no parecer da AJSAOFC, não incidiram qualquer alterações resultantes das mudanças operacionalizadas no Termo de Referência/Edital do Pregão, de modo que já se encontra aprovado pela Assessoria Jurídica, não havendo retoques a serem feitos no referido documento.

Com essas considerações, reforça-se que a **instalação do sistema de geração de energia solar fotovoltaica**, objeto da eventual contratação, deverá iniciar-se pelas unidades das Zonas Eleitorais do interior que já possuem sede própria e, em sendo viável economicamente, considerando o lapso temporal de um quinquênio, seja instalada nas unidades da Capital, de modo que mesmo havendo mudança de sede possa ser aproveitada a fonte geradora de energia em prol da Justiça Eleitoral de Rondônia, evitando-se assim aplicação de recursos financeiros desnecessários.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da aquisição do objeto para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

1 – Ratifico a aprovação do ETP ([0952478](#)) e, aprovo o Termo de Referência nº 5/2023 - ASSENGE ([1002730](#)), porquanto



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

possuem os elementos essenciais definidos no [art. 3º, IV e XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019](#);

2 - Ratifico a aprovação do valor estimado constante da informação conclusiva de evento 0952496, em cumprimento ao item 21.3 do Anexo II da [Resolução CNJ n. 215/2015](#) e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 – Autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço para o lote único, na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, com fundamento na Lei nº 10.520/02 e no art. 1º, § 1º do Decreto nº 10.024/2019;

4 – Autorizo a utilização do sistema de registro de preços, sem divulgação da intenção de registro de preços, em razão das justificativas constantes do item 4.6 do TR, com fulcro no [inc. II do art. 15 da Lei n. 8.666/93](#) c/c [art. 4º do Decreto 7892/2013](#), e adotado no âmbito deste Tribunal pela [Resolução n. 01/2006 do TRE-RO](#);

5 – Ratifico a determinação relativa à inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's para o futuro certamente, haja vista que o valor estimado da contratação excede o patamar de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). Também, **não será aplicada** a reserva de cota, com fundamento no **art. 49, III, da LC 123/06** e pelo **art. 10, II, do Decreto n. 8.538/2015**;

6 – Ratifico a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante **itens 7 e 7.2** do Termo de Referência ([0972706](#)); e

7 – Determino a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 15 do Decreto nº 10.024/2019](#), uma vez que não se trata de critério de julgamento pelo maior desconto.

À SAOFC para a continuidade, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 30/05/2023, às 17:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1012769** e o código CRC **9D429836**.

0002507-03.2022.6.22.8000

1012769v41



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002507-03.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - ASSENGE da Coordenadoria de Obras, Manutenções e Serviços Gerais - COMSEG

ASSUNTO: Análise final – Pregão n. 06/2023 - Recurso - Contratação de empresa de engenharia para o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 162 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo iniciado pela Assessoria de Engenharia - ASSENGE da Coordenadoria de Obras, Manutenções e Serviços Gerais - COMSEG deste Tribunal, para a formação de registro de preços, com vistas à eventual contratação de empresa de engenharia para executar serviços de fornecimento e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede (tipo On-Grid) em alguns imóveis da Justiça Eleitoral do Estado de Rondônia, na forma descrita inicialmente no termo de abertura do processo ([0886759](#)) e solicitação da contratação ([0886760](#)).

02. O relato completo do procedimento até a sua aprovação pela autoridade administrativa está reproduzido no **Parecer Jurídico n. 14**, de 03/02/2023 ([0973630](#)). Na sequência, as minutas de edital e de contrato foram aprovadas por esta Assessoria Jurídica da SAOFC por meio do **Parecer Jurídico n. 44**, de 15/03/2023 ([0987832](#)). Contudo, após publicação do edital, o **certame foi suspenso** para ajustes de redação ([0993873](#)), motivo pelo qual os documentos da contratação foram novamente analisados por meio do **Parecer Jurídico n. 105**, de 17/05/2023 ([1011307](#)), culminando na determinação de retomada do



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

certame ([1011392](#)). Em função das referidas ocorrências, novas minutas do contrato e do edital vieram ao processo, sendo, por fim, analisadas e aprovadas por esta unidade por meio do **Parecer Jurídico n. 125**, de 07/06/2023 ([1019905](#)).

03. Concluída, enfim, a longa fase interna, reiniciou-se a fase externa do Pregão Eletrônico n. 06/2023 ([1021597](#)), por meio de sua publicação, conforme documentos comprobatórios da divulgação juntados no evento ([1021599](#)).

04. Vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) pedido de esclarecimento manejado pela empresa Ourolux Comercial LTDA, CNPJ sob o nº 05.393.234/0001-60, respondido pelo Pregoeiro com apoio da unidade técnica por meio dos eventos ([1025613](#) [1024594](#)):

b) impugnação avariada no dia 26/06/2023 pela empresa Mvo Soluções em Engenharia LTDA - CNPJ 50.625.712/0001-74 ([1025862](#)), que questionava a cláusula 9.3.1, “b” do edital, elaborada com base no item 11.1.1, “b” do anexo VII - Termo de Referência. **Julgada improcedente**, o Pregoeiro argumentou, em síntese, que o edital observou os princípios que regem o processo licitatório, contendo exigências baseadas no art. 30 da Lei 8.666/93 ([1025862](#)).

c) relatório de propostas – Comprasnet ([1026513](#));

d) propostas e documentos de habilitação das licitantes juntados nos volumes IV e V do processo, a saber:

J. L. M. CONSTRUTORA E PROJETOS EIRELI - CNPJ 17.107.098/0001-83 - ([1027102](#)) que foi aceita.

VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA - CNPJ: 26.795.225/0001-75 - ([1027412](#)) que foi aceita.

ANÁLISES DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PELO PREGOEIRO:

PROPOSTAS:

J. L. M. CONSTRUTORA E PROJETOS EIRELI:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Proposta juntada no evento ([1026516](#)) ([1026518](#)) ([1026519](#)) ([1026521](#)) ([1027102](#)). Unidade demandante manifestou-se pela aceitação da proposta, após diligências, conforme se verifica nas manifestações ([1026738](#)) ([1027130](#)).

VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA:

Proposta juntada no evento ([1027412](#)). Unidade demandante manifestou-se **favoravelmente** à aceitação da proposta ([1030426](#)).

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

J. L. M. CONSTRUTORA E PROJETOS EIRELI:

Documentos de habilitação técnica juntados nos eventos ([1027170](#) [1027173](#) [1027174](#)). Unidade demandante manifestou-se pelo **não atendimento** das exigências editalícias e detalhou os pontos em desacordo com o edital ([1027314](#)).

VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA:

Documentos de habilitação técnica juntados nos eventos ([1030836](#) [1030837](#) [1030838](#)). Unidade demandante manifestou-se pelo **atendimento**, após **diligências**, das exigências editalícias ([1031006](#) [1032180](#)).

e) ata do Pregão Eletrônico ([1032288](#)).

FASE RECURSAL:

As licitantes **NOBREGA & ASSIS SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA** ([1036246](#)) e **SGP ENGENHARIA LTDA** ([1036248](#)) registraram intenção de recurso, que foram aceitas pelo Pregoeiro.

A licitante **NOBREGA & ASSIS SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA** apresentou razões recursais, nas quais, em síntese, ataca a decisão que habilitou a licitante vencedora **VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA** pelo não atendimento aos requisitos de habilitação técnica ([1036246](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a licitante **SGP ENGENHARIA LTDA**, em suas razões recursais, sustentou que a empresa vencedora descumpriu as normas do edital, em especial, a não apresentação da CERTIDÃO DE FALÊNCIA, do ATESTADO e ACERVO, a potência nominal mínima de 250 KVA para o Posto de Transformação Trifásico ([1036248](#)).

Nas suas contrarrazões, a licitante vencedora **VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA** defendeu que as peças recursais das recorrentes não sejam conhecidas e no mérito INDEFERIDAS INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos em suas razões ([1036294](#)). O Pregoeiro, com apoio técnico da unidade demandante, manifestou-se pela improcedência do recurso apresentado ([1036505](#) [1037721](#) [1037722](#)).

05. Por fim, o pregoeiro registrou as principais ocorrências do **certame** em seu Relatório 44/2023, no qual manifestou-se pela improcedência dos recursos administrativos apresentados ([1037721](#)) ([1037722](#)), além de remeter os autos à apreciação, decisão e deliberação superior quanto à homologação do certame por parte da autoridade administrativa ([1037734](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta Assessoria Jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1037754](#)).

É o necessário relatório.

II – DA ANÁLISE JURÍDICA

06. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas ([1021597](#)), em atendimento ao disposto no citado Decreto.

07. Nas publicações dos avisos constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19.

08. Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:

Pedido de esclarecimento: Como já registrado no relatório deste parecer, tratou-se de mera elucidação de especificações técnicas, respondida tempestivamente pelo Pregoeiro ([1025613](#)) com apoio técnico da unidade demandante ([1024594](#)).

Impugnação aviada no dia 26/06/2023 pela Mvo Soluções em Engenharia LTDA, Julgada improcedente pelo Pregoeiro ([1025862](#)):

Análise: Esta Unidade entende como legal e provida de lastro normativo a decisão do Pregoeiro, pois, conforme será demonstrado adiante neste parecer, a capacidade técnico-operacional (art. 30, inciso II, da Lei 8.666/1993) não se confunde com a capacidade técnico-profissional (art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993), uma vez que a primeira considera aspectos típicos da pessoa jurídica, como instalações, equipamentos e equipe, enquanto a segunda relaciona-se ao profissional que atua na empresa.

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([1026513](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([1032288](#)).

d) Item deserto: Não houve;

e) Cancelados na Aceitação: Não houve;

f) Aceitação/negociação: Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

ANÁLISE: As diversas ocorrências foram registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([1037734](#)), cujas justificativas - também alinhavadas no relatório deste parecer - demonstram a aplicação objetiva dos critérios de recusa e aceitação de proposta.

Os atos contaram com a oitiva prévia da unidade demandante, determinante para a aceitação da proposta no valor total de R\$ 3.512.196,00 (três milhões, quinhentos e doze mil cento e noventa e seis reais) da licitante segunda colocada na fase de lances **VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA**. Após tentativa de negociação promovida



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo Pregoeiro, a empresa não aceitou a redução de preços proposta, de acordo com os registros que constam na página 11 da ata do Pregão ([1032288](#)).

Assim, esta Assessoria Jurídica não vê reparos nas decisões do Pregoeiro.

g) Fase de Habilitação: Como referido no relatório deste parecer, após a juntada dos documentos de habilitação técnica, a unidade demandante manifestou pelo cumprimento das exigências editalícias ([1031006](#)) ([1032180](#)). Dessa forma, de acordo com os registros que constam na página 13 da ata do Pregão ([1032288](#)), a documentação da empresa **VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA** foi julgada regular, razão pela qual foi declarada vencedora do certame.

Da referida decisão, houve manifestação de intenção recursal.

FASE RECURSAL:

INTENÇÃO DE RECURSO:

As licitantes **NOBREGA & ASSIS SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA** ([1036246](#)) e **SGP ENGENHARIA LTDA** ([1036248](#)) registraram intenção de recursos, que foram aceitas pelo Pregoeiro.

RECURSO:

Relativamente à **intenção de recurso** apresentada pela licitante **NOBREGA & ASSIS SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA**, registrou a licitante, em síntese, o seguinte ([1036246](#)):

Sem mais delongas, requer a inabilitação da licitante recorrida VOLTBRASIL ENERGIA RENOVAVEL LTDA pois não atendeu aos itens 9.3.1. b), b1, b2, b3 por falta de atestado operacional quem comprove execução de subestação, apresentou CAT's irregulares e sem registro de atestado bem como uma suspeita de falsificação na confecção do atestado JEDA, ainda nos itens 9.3.2. a), a3 por não apresentar contrato de prestação de serviços do profissional técnico responsável pela empresa e o item 19.6 que é vedada inclusão de documentação posterior que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação, motivos em que, pede-se a inabilitação dos mesmos para que um licitante que esteja realmente certo e seguiu todas as regras do certame seja declarada como vencedora. Aguarda-se deferimento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em sua manifestação ([1036505](#)) a unidade técnica demandante registrou, em síntese:

Observação:

1. Quanto à **capacidade Técnica Profissional** (engenheiro) da Voltbrasil Energia Renovável Ltda. podemos concluir que:

a) Execução de Implantação de Usina de Micro geração de Energia Fotovoltaico de até 261 KWp: **atende** pelas CAT NET-000020848 (pág. 8/16, do evento [1030868](#)), da Cerâmica Belém e CAT NET-000020848 (Pág. 11/16, do evento [1030868](#)), da JEEDA Comercial Distribuidora de Alimentos;

b) Posto de Transformação Trifásico com potência nominal mínima de 250 kVA, com proteção e medição na média tensão: **atende** por meio da CAT 000016708, evento [1032171](#).

2. Quanto à **Capacidade Técnica Operacional** (empresa) da Voltbrasil Energia Renovável Ltda. podemos concluir que:

a) Execução de Implantação de Usina de Micro geração de Energia Fotovoltaico de até 261 KWp:

* O Atestado de Capacidade Técnica da Cerâmica Belém, pág 7/16, do evento [1030838](#), atende, entretanto a mesma não faz qualquer referência a Acervo Técnico ou Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), portanto não há como considerar válida.

** O Atestado de Capacidade Técnica da JEEDA COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS, fls 10/16, do evento [1030838](#), atende, entretanto a ART nº 2320238500210895 que é citada no Atestado não foi localizada na documentação contida no processo, portanto não há como considerar válida; todavia a ART citada foi objeto de pesquisa no site do CREA/RO (https://creaweb.crearo.org.br/creaweb/checkcert_art/checkart_ok.php), no qual foi identificada a referida ART, assim fica a critério do pregoeiro a decisão sobre a validação do documento.

b) Posto de Transformação Trifásico com potência nominal mínima de 250 kVA, com proteção e medição na média tensão:

** Como já mencionado acima, o Atestado de Capacidade Técnica da JEEDA COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS, fls 10/16, do evento [1030838](#), atende, entretanto a ART nº 2320238500210895 que é citada no Atestado não foi localizada nos autos, portanto não há como considerar válida. porém a ART mencionado no Atestado foi objeto de pesquisa no site do CREA/RO (https://creaweb.crearo.org.br/creaweb/checkcert_art/checkart_ok.php), no qual foi identificada a referida ART, assim fica a critério do pregoeiro a decisão sobre a validação do documento.

Assim, o Pregoeiro conheceu do recurso, dadas a tempestividade, a legitimidade e a adequação do meio, manteve a decisão atacada (habilitação do vencedor), pelos fatos e motivos expostos em sua manifestação e encaminhou os autos à apreciação da Autoridade Superior para decisão definitiva ([1037722](#)).

Análise: Esta unidade entende como legal e provida de lastro normativo e jurisprudencial a decisão do Pregoeiro.

Nessa esteira, para clarificar o tema, cumpre-nos primeiramente recordar que a capacidade técnica a ser comprovada nos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

certames licitatórios divide-se em **capacidade técnico-operacional** e **capacidade técnico-profissional**. O acórdão 1.332/2006 do Plenário do TCU diferencia bem as duas espécies:

A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a **capacidade técnico-operacional**, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada **capacidade técnico-profissional**, referindo-se a existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado.

Quanto à possibilidade de exigir que os licitantes comprovem sua **capacidade técnico-operacional** por meio de atestados registrados no Crea ou que os atestados necessariamente estejam acompanhados de ART do engenheiro que acompanhou o serviço, vale observar novamente os entendimentos da corte de contas com o fito de clarificar o tema:

É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas físicas indicadas pelas empresas licitantes.

(TCU. Acórdão 1542/21-Plenário)

É irregular a exigência de que o atestado de capacidade técnico-operacional de empresa participante de licitação seja registrado ou averbado no Crea (art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009), cabendo tal exigência apenas para fins de qualificação técnico-profissional. Podem, no entanto, ser solicitadas as certidões de acervo técnico (CAT) ou as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, como forma de conferir autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes.

(TCU. Acórdão 3094/20-Plenário)

Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara e o Acórdão 655/2016 do

Plenário:

1.7. Recomendar à UFRJ que exclua dos editais para contratação de empresa para a execução de obra de engenharia a exigência de registro no CREA dos atestados para comprovação da capacitação técnica operacional das licitantes, tendo em conta a recomendação inserta no subitem 1.3 do Capítulo IV combinado com o subitem 1.5.2 do Capítulo III do Manual de Procedimentos Operacionais para aplicação da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, aprovado pela Decisão Normativa CONFEA nº 085/2011”.

(Acórdão 128/2012 – 2ª Câmara)

9.4. dar ciência ao Município de Itagibá/BA, de modo a evitar a repetição das irregularidades em futuros certames patrocinados com recursos federais, de que: (...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

9.4.2. a exigência de comprovação de aptidão técnica devidamente registrada junto ao Crea, dando conta de que a empresa interessada já desenvolveu serviços idênticos/semelhantes ao previsto no objeto do edital, contraria a Resolução 1.025/2009 do Confea e o **Acórdão 128/2012 – TCU – 2ª Câmara; (Acórdão 655/2016 do Plenário)**

Justamente no sentido da orientação do TCU foi construída a regra editalícia atacada no recurso. Veja-se:

9.3.1. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL: As empresas interessadas deverão apresentar a seguinte documentação:

...

b) Pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica, em nome da empresa, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem que a licitante tenha executado Implantação de Usinas de Microgeração de Energia Fotovoltaica de, no mínimo, 235 (duzentos e trinta e cinco) Kwp (quilo watt pico) e Posto de Transformação Trifásico com potência nominal superior à 300 (trezentos) KVA, com proteção e medição na MT (Média Tensão).

...

b.3) O atestado deverá ser apresentado conjuntamente com a referida ART ou CAT, referente ao serviço constante do Atestado de Capacidade Técnico-Operacional.

Na linha dos entendimentos supracitados quanto à **capacidade técnico-operacional**, compulsando os documentos apresentados pela empresa relacionados à qualificação técnica e os recebidos por meio de diligência realizada pelo Pregoeiro, observa-se que as regras editalícias foram cumpridas na medida em que as certidões de acervo técnico (CAT) ou as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) foram emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, conferindo **autenticidade e veracidade** às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes ([1030838](#)) ([1032171](#)).

Em razão do exposto, por fim, opina esta Assessoria jurídica pelo **conhecimento do recurso**, vez que tempestivo, aviado por parte legítima, sendo o instrumento adequado à eventual correção do ato atacado e, **no mérito, por seu total improvimento**, pelos fundamentos que integram a manifestação do Pregoeiro e os demais elementos contidos neste parecer jurídico.

RECURSO:

A licitante **SGP ENGENHARIA LTDA** ([1036248](#)) apresentou razões recursais, nas quais, em síntese, ataca a decisão que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

habilitou a licitante vencedora **VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA** pela não apresentação da CERTIDÃO DE FALÊNCIA, do ATESTADO e ACERVO, a potência nominal mínima de 250 KVA para o Posto de Transformação Trifásico.

Nas suas contrarrazões, a licitante vencedora **VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA** ([1036294](#)) registra que o edital prevê no seu item 10.3 e seus subitens que havendo erro, falha ou eventual necessidade de complementação da documentação do edital quando verificado pelo pregoeiro, poderá ser suprimido através de função PRÓPRIA do sistema Comprasnet denominada de CONVOCAR ANEXO, o que de fato foi feito e adequado. No item 8.9 e seguintes do edital, de forma complementar esclarece ainda que a critério do pregoeiro que vendo a necessidade de complementação de documentação, poderá o fazer. Assim, não há qualquer ilegalidade para tal ato, que já está previsto em edital.

Assim, o Pregoeiro conheceu do recurso, dadas a tempestividade, a legitimidade e a adequação do meio, manteve a decisão atacada (habilitação do vencedor), pelos fatos e motivos expostos em sua manifestação e encaminhou os autos à apreciação da Autoridade Superior para decisão definitiva ([1037721](#)).

Análise: Esta unidade entende como legal e provida de lastro normativo e jurisprudencial a decisão do Pregoeiro.

Como ali registrado, de acordo com o edital, o fato de os documentos de habilitação deverem ser apresentados quando do cadastramento de proposta não impede que o Pregoeiro solicite documentação complementar. Aliás, constitui DEVER do Pregoeiro efetuar diligências que visem sanar erros ou falhas que não comprometam a proposta ou modifiquem a habilitação. Ademais, tal previsão, assim como o ato praticado pelo Pregoeiro, encontra amparo na jurisprudência do TCU, como no Acórdão n. 988/2022 - Plenário citado pelo Pregoeiro na linha do recente do paradigmático **Acórdão n. 1211/2021 - Plenário**, veja-se:

...

9.4. deixar assente que, o pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanar eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea "h"; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; **sendo que a vedação à inclusão de novo documento**, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), **não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro;**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

....

Em razão do exposto, por fim, opina esta Assessoria jurídica pelo **conhecimento do recurso**, vez que tempestivo, aviado por parte legítima, sendo o instrumento adequado à eventual correção do ato atacado e, **no mérito, por seu total improvimento**, pelos fundamentos que integram a manifestação do Pregoeiro e os demais elementos contidos neste parecer jurídico.

h) Adjudicação: Face a interposição de recurso, será analisada pela autoridade administrativa.

09. Assim, deve-se registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública. Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

III – CONCLUSÃO

10. Por todo o exposto, esta Assessoria Jurídica opina:

I - Pelo conhecimento dos recurso manejados pelas licitantes **NOBREGA & ASSIS SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA** ([1036246](#)) e **SGP ENGENHARIA LTDA** ([1036248](#)) e, no mérito, na esteira das manifestações de n. 6/2023 e 7/2023 do Pregoeiro ([1037721](#) [1037722](#)), pela **total improcedência**, com base nos princípios da legalidade, vinculação ao instrumento convocatório e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, e, consequentemente, pela manutenção da decisão do Pregoeiro exarada no PE n. 6/2023, quanto à aceitação da proposta, habilitação e declaração da licitante **VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA - CNPJ 26.795.225/0001-75** como vencedora da licitação, na forma registrada na ata do certame ([1032288](#));

II - Pela **adjudicação** do objeto do lote único em favor da licitante **VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA - CNPJ 26.795.225/0001-75**, face a improcedência dos recursos, na forma apontada no inciso anterior e na análise contida neste parecer;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - pela homologação do certame pela autoridade competente, caso adjudicado pela própria autoridade administrativa em razão do improvimento dos recursos, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02.

11. Registra-se que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

12. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 27/07/2023, às 15:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor(a) Chefe**, em 27/07/2023, às 16:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1038079** e o código CRC **52BA80A4**.

0002507-03.2022.6.22.8000

1038079v34



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0000753-26.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Assessoria de Engenharia - ASSENGE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Análise recursal – Empresas Recorrentes: NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e SGP ENGENHARIA LTDA. Pregão Eletrônico SRP n. 06/2023 - Homologação - Contratação de empresa de engenharia para o fornecimento e instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid.

DECISÃO Nº 1 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Assessoria de Engenharia (ASSENGE), visando a eventual contratação de empresa de engenharia para executar serviços de fornecimento e instalação de Sistemas de Microgeração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede (tipo On-Grid) nos imóveis da Justiça Eleitoral em Rondônia, via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades deste Tribunal no tocante à alocação eficiente de recursos energéticos e a preservação do meio ambiente ([0886759](#)).

Após a realização do certame, vieram os autos para análise e homologação do Pregão Eletrônico n. 06/2023.

Publicado o Edital de Pregão Eletrônico n. 06/2023 ([0989252](#)), houve dois pedidos de esclarecimentos devidamente respondidos ([0993451](#) e [0993454](#)), dos quais um resultou em suspensão de certame ([0993873](#)).

Depois de alterado o Termo de Referência a segunda minuta de Edital foi convertida no Edital de Pregão Eletrônico n. 6/2023 ([1019881](#)), que teve seu extrato publicado no Diário Oficial da União e no Diário da Justiça Eleitoral.

Em relação à primeira publicação houve dois pedidos de esclarecimentos devidamente respondidos ([0993451](#) e [0993454](#)), dos quais um resultou em suspensão de certame;

Houve uma impugnação ao edital. Todavia, como a licitação já havia sido suspensa, a impugnação foi recebida como informação e encaminhada à unidade técnica-demandante para conhecimento ([0993459](#)).

Em relação à segunda publicação, houve um pedido de esclarecimento devidamente respondido ([1025613](#)); e uma impugnação ao edital julgada improcedente ([1025862](#)).

Para instrução do processo, o Pregoeiro trouxe os seguintes documentos: a) pedido de esclarecimento manejado pela empresa Ourolux Comercial LTDA, CNPJ sob o n. 05.393.234/0001-60, respondido pelo Pregoeiro com apoio da unidade técnica por meio dos eventos n. [1025613](#) e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. [1024594](#)); b) impugnação avariada no dia 26/06/2023 pela empresa Mvo Soluções em Engenharia LTDA, CNPJ 50.625.712/0001-74 ([1025862](#)), julgada improcedente pelo Pregoeiro ([1025862](#)); c) relatório de propostas – Comprasnet ([1026513](#)); d) propostas e documentos de habilitação das licitantes juntados nos volumes IV e V do processo; e) ata do Pregão Eletrônico ([1032288](#)); f) intenção de recurso e suas razões interpostas pelas empresas NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e SGP ENGENHARIA LTDA ([1036246](#) e [1036248](#)); g) Contrarrazões apresentadas pela VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA. (1036294); h) Manifestação do pregoeiro, julgando improcedente os recursos mencionados ([1037721](#) e [1037722](#)). Por fim, juntou o Relatório n. 44/2023 – PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1037734](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA.

Na fase recursal, houve 3 (três) registros de intenção de recurso, conforme consta na Ata do Pregão ([1032288](#)). Entretanto, apenas as licitantes NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA e SGP ENGENHARIA LTDA apresentaram suas razões recursais.

Em síntese, a empresa NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ataca a decisão que habilitou a licitante vencedora VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA., pelo não atendimento aos requisitos de habilitação técnica ([1036246](#))

Por sua vez, a empresa SGP ENGENHARIA LTDA sustentou que a empresa vencedora descumpriu as normas do edital, em especial, a não apresentação da CERTIDÃO DE FALÊNCIA, do ATESTADO e ACERVO, a potência nominal mínima de 250 KVA para o Posto de Transformação Trifásico (1036248).

Nas suas contrarrazões, a licitante vencedora defendeu que as peças recursais das recorrentes não sejam conhecidas e no mérito INDEFERIDAS INTEGRALMENTE, pelas razões e fundamentos expostos em suas razões (1036294).

O Pregoeiro conheceu dos recursos, uma vez que tempestivos e adequados. Contudo, no mérito, com apoio técnico da unidade demandante, manteve a decisão atacada e manifestou-se pela improcedência dos recursos (habilitação da licitante vencedora). Assim, não houve juízo de retratação (1036505, 1037721, 1037722).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a Assessoria Jurídica da AJSAOFC opinou pelo conhecimento dos recursos e pela sua improcedência, com manutenção da decisão do Pregoeiro; pela adjudicação do objeto do lote único em favor da licitante VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA; e pela homologação do certame, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02, com devolução dos autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no DOU e DJE, com juntada do comprovante nos autos ([1038079](#)).

É o necessário relatório. Passo a análise dos recursos.

Preliminarmente, verifica-se que as recorrentes participaram do certame, caracterizando o seu interesse. Os recursos foram apresentados tempestivamente e na forma prevista no edital, assim, deles conheço.

No mérito, verifica-se que as razões da recorrente não merecem prosperar, pois são insuficientes e infrutíferas.

Como relatado, a licitante NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA dispõe que a licitante vencedora não teria atendido os requisitos de habilitação técnica, registrando, em síntese, o seguinte ([1036246](#)):

"Sem mais delongas, requer a inabilitação da licitante recorrida VOLTBRASIL ENERGIA RENOVAVEL LTDA pois não atendeu aos itens 9.3.1. b), b1, b2, b3 por falta de atestado operacional quem comprove execução de subestação, apresentou CAT's irregulares e sem registro de atestado bem como uma suspeita de falsificação na confecção do atestado JEDA, ainda nos itens 9.3.2. a), a3 por não apresentar contrato de prestação de serviços do profissional técnico responsável pela empresa e o item 19.6 que é vedada inclusão de documentação posterior que deveria constar originariamente na proposta ou na habilitação, motivos em que, pede-se a inabilitação dos mesmos para que um licitante que esteja realmente certo e seguiu todas as regras do certame seja declarada como vencedora. Aguarda-se deferimento."

Compulsando a manifestação da unidade técnica demandante ([1036505](#)), verifica-se que as regras editalícias foram cumpridas na medida em que as certidões de acervo técnico (CAT) e as anotações e registros de responsabilidade técnica (ART/RRT) foram emitidas pelo conselho de fiscalização em nome dos profissionais vinculados aos atestados, conferindo autenticidade e veracidade às informações constantes nos documentos emitidos em nome das licitantes ([1030838](#) e [1032171](#)).

Quanto ao recurso da licitante SGP ENGENHARIA LTDA ([1036248](#)), essa, em síntese, ataca a decisão que habilitou a licitante vencedora VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA, pela suposta não



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apresentação de documentação exigida no Edital, bem como afirma que o pregoeiro teria ferido as determinações legais e editalícias, tendo em vista que aceitou a inclusão de documentação posterior à diligência.

Nas suas contrarrazões, a licitante vencedora VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA ([1036294](#)) registra que o edital prevê no seu item 10.3 e seus subitens que havendo erro, falha ou eventual necessidade de complementação da documentação do edital quando verificado pelo pregoeiro, poderá ser suprimido através de função PRÓPRIA do sistema Comprasnet denominada de CONVOCAR ANEXO, o que de fato foi feito e adequado. No item 8.9 e seguintes do edital, de forma complementar esclarece ainda que a critério do pregoeiro que vendo a necessidade de complementação de documentação, poderá o fazer.

Com efeito, de acordo com o edital, o fato de os documentos de habilitação deverem ser apresentados quando do cadastramento de proposta não impede que o Pregoeiro solicite documentação complementar. Aliás, constitui dever do Pregoeiro efetuar diligências que visem sanar erros ou falhas que não comprometam a proposta ou modifiquem a habilitação. Ademais, tal previsão, assim como o ato praticado pelo Pregoeiro, encontra amparo na jurisprudência do TCU, como no Acórdão n. 988/2022 - Plenário citado pelo Pregoeiro na linha do recente do paradigmático Acórdão n. 1211/2021 - Plenário.

Dessa forma, agiu corretamente o Pregoeiro ao rejeitar em sua análise as alegações das empresas recorrentes. Conclui-se, portanto, que todas as decisões tomadas pelo pregoeiro foram pautadas em critérios técnicos, avaliando todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto, não merecendo reforma.

Além disso, em que pese o descontentamento via recursal, verifica-se, de modo geral, que no certame foram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e à Lei n. 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018:

a) CONHEÇO DOS RECURSOS interpostos pelas empresas NOBREGA & ASSIS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, CNPJ n. 24.995.315/0001-84, e SGP ENGENHARIA LTDA, CNPJ n. 34.475.260/0001-35, e no MÉRITO NEGO-LHES



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROVIMENTO, mantendo inalterada a decisão do Pregoeiro em todos os seus fundamentos;

b) ADJUDICO o item único em favor da licitante VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA CNPJ n. 26.795.225/0001-75, face a improcedência dos recursos interpostos; e

c) HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO n. 06/2023, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([1032288](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 10/08/2023, às 16:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1040678** e o código CRC **1CD87971**.

0002507-03.2022.6.22.8000

1040678v26



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

CONTRATO N° 23/2023

CONTRATO TRE-RO N° 23/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N° [0002507-03.2022.6.22.8000](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ARP) Nº 28/2023/TRE-RO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2023 (SRP)**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL
REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA -
TRE-RO, E A EMPRESA VOLTBRASIL
ENERGIA SOLAR LTDA, PARA
EXECUTAR O FORNECIMENTO E A
INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE
GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR
FOTOVOLTAICA, CONECTADA À REDE,
DO TIPO ON-GRID, PARA ATENDER AS
NECESSIDADES DO TRE-RO.**

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG ***.893-SSP/RO e do CPF ***.106.849-**, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **VOLTBRASIL ENERGIA SOLAR LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. **26.795.225/0001-75**, com sede na Avenida Transcontinental, nº 1535 – Bairro Cento - CEP: 76.900-129, em Ji-Paraná/RO, Telefone(s): (69) 3422-0027/(69) 99942-9406 e E-mail(s): cidopvhro18@gmail.com, neste ato representada pelo senhor **APARECIDO OLIVEIRA ALECRIM**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. ***573/SESDEC-RO e do CPF nº. ***.648.932-*, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, por força do presente instrumento e em conformidade com: o Edital de Licitação respectivo e seus Anexos; o Ato de Autorização da Licitação constante no Despacho 573/2023-PRES/DG/GABDG, de 30/05/2023(evento [1012769](#)); e o Termo de Homologação da Licitação constante na Decisão 1/2023-PRES/DG/GABDG, de 10/08/2023 (evento [1040678](#)), bem como nas demais normas indicadas na Cláusula “DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL” deste instrumento, têm entre si, justo e acordado, o presente CONTRATO, mediante as seguintes cláusulas e condições,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DO OBJETO

(Art. 55, I e XI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto deste Contrato a contratação de empresa de engenharia para executar serviços de fornecimento e a instalação de Sistemas de Geração de Energia Solar Fotovoltaica, conectada à rede, do tipo On-Grid, nos imóveis do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, especificados no Anexo V do Termo de Referência (evento [0952712](#)), conforme o Anexo I do Termo de Referência – Caderno de especificações (evento [0965673](#)).

Subcláusula Primeira – O objeto do presente contrato compreende o fornecimento de todos os equipamentos, insumos e serviços necessários para sua montagem e ativação, dentre os quais se destacam os seguintes:

- a) elaboração dos **Projetos Executivos** dos sistemas contratados, que resulte na máxima eficiência de geração de energia elétrica;
- b) fornecimento dos **módulos fotovoltaicos** (placas solares) e dos inversores;
- c) aprovação de Projeto Executivo dos sistemas na concessionária local de energia;
- d) fornecimento de todos os demais **materiais, sistema de aterramento e ferramentas** necessários à instalação dos sistemas;
- e) execução dos serviços de montagem e instalação dos sistemas;
- f) eventuais adaptações necessárias nos quadros elétricos que servirão de pontos de conexão com a rede elétrica da concessionária;
- g) fornecimento e instalação do sistema de gerenciamento e monitoramento para atender todos os sistemas instalados, incluindo a estrutura física de comunicação e hardware de controle e supervisão;
- h) realização de configurações, testes, comissionamento, startup, entrega técnica das instalações e do monitoramento remoto dos sistemas;
- i) treinamento operacional para cada sistema;
- j) Manutenção preventiva e monitoramento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

k) elaboração do “As-Built” e do manual de operação e manutenção dos sistemas;

l) todos demais serviços indicados neste documento e aqueles que mesmo não listados vierem a ser exigidos para atender a melhor técnica, com a utilização dos melhores equipamentos e soluções pela CONTRATADA para plena execução do projeto, cumprindo as exigências da concessionária de energia elétrica local.

Subcláusula Segunda – Mediante assinatura do presente instrumento, a CONTRATADA ratifica ter ciência e se compromete com o cumprimento do disposto neste instrumento e no Termo de Referência respectivo, incluindo seus diversos Anexos, os quais devem ser observados na execução deste Contrato, para tanto, o fornecimento e a instalação dos equipamentos a serem realizados nos imóveis do TRE-RO deverão estar em conformidade com as plantas de cobertas e com as especificações técnicas elaboradas pela Assessoria de Engenharia – ASSENGE deste TRE-RO, conforme documentação técnica nos seguintes anexos:

1. **ANEXO I** – Cadernos de Especificações Técnicas (evento [0965673](#));
2. **ANEXO II** – Planilha de Formação de Preços de Referência (evento [0952710](#));
3. **ANEXO III** – Memórias de Cálculo (evento [0952711](#));
4. **ANEXO IV** – Plantas das Cobertas das Unidades onde serão instalados os sistemas fotovoltaicos (evento [0952712](#));
5. **ANEXO V** – Unidades Administrativas passíveis de instalação do Sistema de Energia Solar Fotovoltaica, *On-Grid* (evento [0952713](#)).

Subcláusula Terceira – Por meio da assinatura deste Contrato, a CONTRATADA declara que possui PREPOSTO para representá-la junto ao CONTRATANTE, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE, podendo este não executar suas tarefas nas dependências do CONTRATANTE, observando que:

- a) O PREPOSTO deverá ficar disponível para supervisionar os serviços de forma que os profissionais possam cumprir os prazos e condições previstos neste contrato. A CONTRATADA deverá fornecer, no mínimo, 02 (dois) números telefônicos, 01 (um) Correio eletrônico, para servirem como canais de comunicação entre o CONTRATANTE e o fiscal/gestor da CONTRATADA, podendo ser utilizado outro meio



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de comunicação, desde que seja efetivamente utilizado pelo preposto da CONTRATADA. Os dados previstos neste item devem ser mantidos atualizados pela CONTRATADA por meio do endereço eletrônico: assenge@tre-ro.jus.br.

Subcláusula Quarta - A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental atualmente definidos para esta contratação, conforme detalhado no Item 7.2. do Termo de Referência correspondente.

Subcláusula Quinta – Vinculam-se ao presente Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas nos respectivos Edital de Pregão Eletrônico e seus anexos, incluindo no Termo de Referência e anexos, bem como na proposta da CONTRATADA.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço.

DA SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS

(Art. 72 da Lei n. 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Nos termos do que estabelece o artigo 72 da Lei n. 8.666/93, com suas alterações, admitir-se-á a subcontratação dos serviços, desde que previamente aprovada pelo CONTRATANTE, até o limite de 30% (trinta por cento).

I - A CONTRATADA submeterá à apreciação da CONTRATANTE a proposta de subcontratação, com a descrição dos serviços e comprovação do respectivo limite fixado;

II - CONTRATADA deverá submeter à apreciação do CONTRATANTE a(s) empresa(s) que executará(ão) os serviços, a(s) qual(ais) deverá(ão) fazer prova de regularidade de débitos com a



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Fazenda Federal e Trabalhista, mediante apresentação das respectivas Certidões Negativas de Débito, e da inexistência de impedimento da SUBCONTRATADA em participação de licitações, bem como apresentar comprovação de aptidão técnico operacional para a parte dos serviços subcontratados.

III - As faturas emitidas por eventuais SUBCONTRATADAS deverão sempre estar em nome da CONTRATADA, ficando expressamente vedada a emissão diretamente contra o CONTRATANTE.

DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA QUARTA – Para execução dos serviços deverão ser observadas as seguintes condições:

1. O horário de funcionamentos das unidades do TRE-RO é das 8h às 18h (horário da Administração e das Zonas Eleitorais estabelecidos mediante portaria) nos dias úteis, conforme norma institucional, exceto fins de semana e feriados. Fora destes casos, a possibilidade de serviços extraordinários será analisada individualmente pela Gestão do Contrato.
2. Os serviços que produzam ruído elevado, desligamentos de energia elétrica, ou qualquer outro que interfira no ambiente de trabalho de magistrados, servidores e jurisdicionados, deverão ser realizados, a princípio, fora do horário de expediente da Unidade.
3. Em situações extraordinárias e havendo necessidade para tal, poderá a fiscalização solicitar interrupção temporária dos trabalhos, o que deverá ser imediatamente acatado pela CONTRATADA.
4. A equipe técnica da CONTRATADA deverá ser composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:
 - a) 1 (um) Engenheiro Eletricista, legalmente habilitado, que será o Responsável Técnico pela execução dos serviços;
 - b) Encarregado geral e auxiliares operacionais que farão as instalações, auxiliados e acompanhados pelo engenheiro.
5. A qualquer tempo, a fiscalização poderá exigir a troca de qualquer colaborador da equipe técnica da CONTRATADA de modo a garantir o bom e efetivo andamento na execução dos serviços contratados.
6. No caso de substituição do responsável técnico ao longo do contrato, por qualquer motivo, deverá ser comunicado de imediato ao



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CONTRATANTE e efetuada a baixa ou substituição da ART, conforme indicação do Conselho respectivo. O novo profissional deverá atender às exigências mínimas indicadas para habilitação conforme o Edital de Licitação, devendo ser submetido à Fiscalização seus atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico do CREA.

7. O Responsável Técnico pela execução dos serviços deverá acompanhar a Fiscalização durante as visitas aos locais de instalação do objeto e quando solicitado pelo Fiscal deste TRT, sempre que devidamente comunicado previamente.

8. Na execução dos serviços deverá ser observado o cuidado com a integridade das instalações existentes.

9. Deverão ser colocadas tábuas sobre as telhas, ou item semelhante, durante a execução dos serviços de instalação das estruturas e painéis, de forma a evitar que a intensa movimentação dos funcionários danifique o telhado.

10. Os materiais deverão ser adequadamente acondicionados de modo a evitar acidentes.

11. A CONTRADADA será responsável pelo transporte até os locais de cada instalação de todos os materiais, ferramentas e equipamentos necessários para execução das instalações, assim como a sua guarda e bom acondicionamento, não podendo transferir para o CONTRATANTE qualquer responsabilidade do transporte, descarregamento, acondicionamento e vigilância dos materiais, ferramentas e equipamentos.

12. Todas as ocorrências estranhas ao andamento dos trabalhos deverão ser comunicadas por e-mail pela CONTRADADA, com o detalhamento necessário e com a devida identificação do subscrevente.

13. A CONTRADADA fará um Diário de Acompanhamento dos Serviços, que poderá ser feito por meio eletrônico, onde serão inseridas todas as informações relevantes com respeito à execução de cada etapa dos serviços feitos. Deverá constar no Diário o registro diário do andamento da execução dos serviços, todas as possíveis intercorrências, assim como as formas de soluções para elas. Deverá ser assinado pelo engenheiro da CONTRADADA responsável e ratificado pela Fiscalização do CONTRATANTE.

DA MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA QUINTA – A CONTRATADA deverá apresentar o Relatório de Serviços Executados (medição) conforme as etapas concluídas para a FISCALIZAÇÃO conferir, servindo o mesmo como fundamento da Nota Fiscal de cobrança, a ser emitida pela CONTRATADA.

1. Serão efetuadas as medições das etapas, nos prazos previsto na Cláusula Sétima deste contrato, para cada contrato, com percentuais de pagamento abaixo estipulados.

2. O serviço se dividirá em 4 etapas:

ITEM	ETAPA	PORCENTAGEM
1	Elaboração de projeto Executivo com aprovação na concessionária	10%
2	Fornecimento dos equipamentos e Implantação	60%
3	Interligação – Comissionamento – aprovação na concessionária e início da produção com medições e relatórios	27,50%
4	Manutenção/ Monitoramento	2,50%

a) Na etapa de Elaboração de projeto Executivo com aprovação na concessionária a CONTRATADA deverá elaborar todo o projeto executivo, com os detalhamentos exigidos no Termo de Referência e submeter previamente à análise da Fiscalização do TRE-RO que emitirá parecer sobre o projeto, solicitando, ou não, alterações e adequações. Após aprovado pela Fiscalização, a CONTRATADA deverá aprovar o projeto na concessionária de energia, nos prazos estipulados no item 2 da Cláusula Sétima deste contrato.

b) Na etapa de Fornecimento e Implantação da Usina Fotovoltaica, a CONTRATADA deverá adquirir e instalar todos os equipamentos, quadros, cabos, materiais, acessórios, peças, conectores, inclusive o gerenciamento remoto e demais itens necessários e essenciais à ativação de todo o sistema, com prazo máximo estipulado no item 2 da Cláusula Sétima deste contrato.

c) Na etapa de Interligação à rede da concessionária e início da produção com medições e relatórios a empresa deverá colocar em



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

funcionamento, testes, relatórios de ativação comissionamento, configuração de sistemas, ajustes de erros, etc. Somente após o correto funcionamento de todo sistema como um todo, é que será solicitada da concessionária a interligação e início da produção de energia. Após aval e vistoria da concessionária é que será dado por concluída esta etapa, permitindo sua medição final concomitantemente com a elaboração do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO e medição desta etapa nos percentuais estipulados no quadro acima. Inclusa nesta etapa está o Teste do Sistema, a CONTRATADA utilizará o prazo concedido para fins de teste no sistema para o completo funcionamento antes do recebimento definitivo.

d) Nesta Etapa de Manutenção/ Monitoramento a CONTRATADA apresentará relatórios mensais de operação, manutenção e eficiência do sistema. Manutenção preventiva consiste na limpeza (lavagem das placas), entre outros serviços pormenorizados no Anexo I – Caderno de Especificações (evento [0965673](#)).

3. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços efetivamente executados pela CONTRATADA e aprovados pela fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com os projetos e as modificações expressa e previamente aprovadas pelo CONTRATANTE.

DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

(Artigo 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA – Quanto ao recebimento dos serviços ora contratados, deverão ser observadas as seguintes condições:

1. Os equipamentos e materiais deverão ser entregues e instalados pela empresa CONTRATADA nos endereços listados no ANEXO V – Unidades Administrativas passíveis de instalação do Sistema de Energia Solar Fotovoltaica, *On-Grid* (Evento [0952713](#)), sem custo adicional, nos prazos determinados na Cláusula Sétima deste instrumento, a contar da data inicial constante do contrato.

2. O Recebimento Provisório do serviço de cada contrato será realizado da seguinte forma:

2.1. O recebimento provisório é o que se efetua em caráter experimental, relativamente à totalidade do serviço executado após a realização de vistoria, objetivando a verificação do fiel cumprimento de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

todos os aspectos técnicos e das obrigações contratuais, providenciando, se necessário, sua adequação aos termos do contrato.

2.2. Cabe à CONTRATADA comunicar formalmente, por intermédio da Fiscalização, dentro do prazo contratual de execução dos serviços, a conclusão do serviço, solicitar o seu recebimento e apresentar a fatura ou nota fiscal correspondente, conforme contrato.

2.3. Na ocorrência de imperfeições, vícios, defeitos ou deficiências no serviço, não pode ser efetuado seu recebimento provisório ou definitivo, podendo nesse caso, se presente interesses administrativos, ser efetuado o seu recebimento parcial, pelas parcelas realmente executadas a contento.

2.4. No caso de recebimento parcial, as parcelas são recebidas em caráter provisório, sendo necessário o recebimento definitivo que ocorrerá junto com os das parcelas restantes.

2.5. O recebimento dos serviços deve ser feito pelo responsável pela sua fiscalização e gestor do contrato, mediante a termo circunstanciado e assinado pelos fiscais e gestor, dentro de 10 (dez) dias corridos da comunicação escrita da CONTRATADA, após a aprovação da concessionária.

2.6. Após o recebimento da notificação da CONTRATADA sobre a conclusão do objeto do contrato, a fiscalização deverá vistoriar previamente o serviço e verificar se foram atendidas ou não pela CONTRATADA, todas as condições contratuais, observando que:

a) Se tiverem sido atendidas as condições contratuais, a fiscalização deve adotar as medidas necessárias à realização do recebimento provisório como marcação de data e comunicação a CONTRATADA;

b) Em caso de não finalização dos serviços ou da existência de parcelas ainda não executadas/fornecidas, a fiscalização deve impugnar o serviço, apontando as omissões, falhas ou irregularidades que motivaram a impugnação.

2.7. A CONTRATADA deve ser notificada, por escrito, da data em que será realizada a vistoria, para fins do recebimento provisório, podendo acompanhar a sua realização.

2.8. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais a fiscalização ou gestor do contrato deve:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Lavrar relatório circunstanciado, apontando falhas ou defeitos encontrados durante a vistoria, bem como as providências necessárias à respectiva solução;
- b) Solicitar à CONTRATADA, por escrito, a respectiva regularização;
- c) Devolver à CONTRATADA a fatura porventura entregue para pagamento com informações dos motivos de sua rejeição.

2.9. A CONTRATADA deve sanar as falhas apontadas submetendo à nova verificação o serviço ou a parte impugnada, observando o prazo de execução dos serviços que não será interrompido.

2.10. Concluídos os trabalhos relativos às pendências listadas, a CONTRATADA efetuará, por escrito, comunicado à Fiscalização solicitando a realização de nova vistoria.

2.11. Constatada a conclusão das pendências na nova vistoria, a Fiscalização emitirá o Termo de Recebimento Provisório, em até 05 (cinco) dias corridos da comunicação da CONTRATADA, para que sejam efetuadas as providências com vistas ao recebimento definitivo.

2.12. Se porventura, durante a nova vistoria, verificar-se que as pendências apontadas pela Fiscalização não foram sanadas, caracterizar-se-á atraso a partir daquela data.

2.13. O recebimento provisório somente pode ser formalizado após finalizada o serviço e sanadas todas as pendências porventura constatadas durante a vistoria, devendo ser objeto do Termo de Recebimento Provisório.

3. O Recebimento Definitivo do serviço de cada contrato será realizado da seguinte forma:

3.1. O Recebimento Definitivo é o que se faz em caráter permanente, considerando o contrato regularmente executado, e somente deve ser efetivado se a CONTRATADA tiver cumprido as exigências do instrumento convocatório e do contrato.

3.2. O recebimento se dará no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, com observação do funcionamento/produtividade dos equipamentos e/ou instalações e finalizada vistoria por intermédio da Fiscalização designado, com vistas à emissão do Termo de Recebimento Definitivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.3. A CONTRATADA deverá providenciar a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto, quando for o caso e nos termos da legislação municipal:

- a) Os projetos "As Built", elaborado pelo responsável por sua execução, em mídia CAD; e
- b) As guias de comprovação de recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas, tributários e, em especial, o comprovante de quitação de débitos relativos aos serviços/obra concluídos (INSS e FGTS) dos funcionários vinculados ao serviço.

3.4. Havendo indicação de novas pendências, será concedido prazo, limitado a 10 (dez) dias corridos, contados da vistoria, a fim de efetuarem-se as correções necessárias, caracterizando atraso em caso de não cumprimento.

3.5. Sanadas as pendências, após nova comunicação escrita da CONTRATADA, será efetuada vistoria final e após a verificação da perfeita adequação do serviço aos termos do objeto, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 (dez) dias da comunicação da CONTRATADA, bem como o prosseguimento ao pagamento total do serviço.

3.6. Independente do recebimento definitivo, deverá a CONTRATADA prestar todo e qualquer apoio e serviço corretivo, ajustes técnicos e operacionais, bem como as manutenções preventivas, durante 360 (trezentos e sessenta) dias, após o recebimento PROVISÓRIO de cada contrato, para que sejam sanados possíveis problemas de instalação, peças danificadas, problemas técnicos de montagem ou quaisquer outros problemas que somente podem ser detectados após a utilização dos equipamentos e estruturas.

DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

(Art. 55, IV, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SÉTIMA - Este Contrato terá vigência pelo período de até 600 (seiscentos) dias corridos, a contar da última assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, podendo ser prorrogado, com base no artigo 57, §1º, da Lei n. 8.666/93, de acordo com a tabela abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. O prazo de execução para o início dos serviços será de 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura do contrato pela CONTRATADA.
2. O prazo para apresentação da ART dos serviços será de 5 (cinco) dias após o início dos serviços.
3. O prazo para execução dos serviços para cada contrato será de acordo com a capacidade de microgeração, conforme etapas abaixo, admitindo-se prorrogação, desde que previamente solicitada pela CONTRATADA, devendo ser motivada por caso fortuito ou força maior registrados no Diário de Serviço ou por meio de documentos hábeis:

MICROGERAÇÃO ATÉ 75 KWP		
ETAPA	PRAZO DE EXECUÇÃO	PRAZO DE VIGÊNCIA
Elaboração de projeto Executivo com aprovação na concessionária	30 dias corridos	-
Fornecimento dos equipamentos e Implantação	40 dias corridos	
Interligação – Comissionamento – aprovação na concessionária e início da produção com medições e relatórios	20 dias corridos	
Manutenção/ Monitoramento	360 dias corridos	
PRAZO TOTAL	540 dias corridos	570 dias corridos
MICROGERAÇÃO ACIMA DE 75 KWP		
ETAPA	PRAZO DE EXECUÇÃO	PRAZO DE VIGÊNCIA
Elaboração de projeto Executivo com aprovação na concessionária	30 dias corridos	-
Fornecimento dos equipamentos e Implantação	70 dias corridos	
Interligação – Comissionamento – aprovação na concessionária e início da	20 dias corridos	



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

produção com medições e relatórios		
Manutenção/ Monitoramento	360 dias corridos	
PRAZO TOTAL	570 dias corridos	600 dias corridos

4. O prazo para **elaboração do projeto executivo com aprovação na concessionária** considera os seguintes prazos, todos em dias corridos:

- 4.1. Elaboração do Projeto Executivo pela CONTRATADA – 10 (dez) dias.
- 4.2. Análise por parte da Fiscalização – 02 (dois) dias.
- 4.3. Adequação do projeto conforme solicitação da fiscalização – 03 (três) dias.
- 4.4. Aprovação do projeto na Concessionária de Energia – 15 (quinze) dias.

5. O prazo para **Fornecimento dos equipamentos e Implantação da Usina fotovoltaica** é de 40 (quarenta) dias ou 70 (setenta) dias, a depender da capacidade de microgeração, conforme tabela acima. Esta etapa consiste na aquisição e instalação de todo o sistema, estrutura, equipamentos, conectores, softwares, gerenciamento etc.

6. O prazo para **Interligação à rede da concessionária, homologação e início da produção com medições e relatórios** será de 20 (vinte) dias e engloba a interligação, o comissionamento, todos os trâmites de solicitação de vistoria e aprovação junto à concessionária, adequações na rede, e quaisquer outras atividades necessárias para colocar a usina em pleno funcionamento. Concluída essa etapa, será realizado o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO nos termos do item 2 da Cláusula Sexta deste contrato;

7. Todos os prazos da tabela do item 1 referem-se ao prazo total de execução dos serviços.

8. Após o recebimento definitivo de cada contrato, inicia-se a **manutenção e monitoramento** em todos os sistemas, equipamentos, acessórios, peças e demais componentes, que terá a duração de **360 (trezentos e sessenta) dias corridos**.

9. Em caso de atraso na execução dos serviços, por ato imputado exclusivamente a CONTRATADA, esta deverá suportar os ônus

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

decorrentes das despesas associadas à dilação da execução dos serviços, como por exemplo, taxa de administração e controle, consumo de água e energia da unidade administrativa.

10. O término do prazo de vigência da contratação não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas com relação às garantias oferecidas.

DO VALOR**(Art. 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

CLÁUSULA OITAVA – O valor total deste Contrato é de R\$ **1.156.598,20** (um milhão, cento e cinquenta e seis mil quinhentos e noventa e oito reais e vinte centavos), conforme abaixo demonstrado e conforme proposta da CONTRATADA.

LOTE/GRUPO ÚNICO						
Item	Descrição	Unidade	Marca/Modelo	Potência Nominal/Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Preço Total do Item (R\$)
01	Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica ON-GRID, TETO	KWp	a) Geradores fotovoltaicos, com potência individual das placas: PhB – Modelo: Longi LR5-72HPH-545M;	190,8	2.429,00	463.453,20
02	Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica On-grid, SOLO	KWp	- JA SOLAR JAM72S30-550/MR	191,95	2.800,00	537.460,00
03	Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica On-grid, GARAGEM	KWp	b) Inversores: PhB – Modelo: PHB9000F-DT – PHB50K-MT – PHB75K-MT – PHB250K-HT. c) Quadros de proteção:	29,1	5.350,00	155.685,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

			PhB – modelo: Quadro de proteção CA – PHB QDCA 92- Quadro de proteção CA PHB QDCA 68- Quadro de proteção CA - PHB QDCA 69. d) Sistema de Gerenciament o: PhB – modelo: App V.2.16 e atualizações e Solar Portal.			
						Valor Total desta 1ª Contratação R\$ 1.156.598,20

Fonte: Solicitação n. 58/2023/- PRES/DG/SAOFC/ASSENTE (evento [1068629](#) deste Processo Administrativo).

Subcláusula Primeira – No valor supramencionado estão incluídos todos os custos e despesas, diretos ou indiretos, como, por exemplo, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais e trabalhistas, seguros, treinamentos, lucro e todos os outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato, conforme proposta da CONTRATADA.

Subcláusula Segunda – As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa: 44.90.51, conforme Nota de Empenho 2023NE000496, datada de 19/10/2023 (evento [1075028](#)), a ser reforçada durante a vigência desta contratação, caso necessário.

DA FORMA DE PAGAMENTO

(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA NONA – O pagamento desta contratação observará o que segue:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1. O pagamento será realizado, de acordo com as medições apuradas pela fiscalização, com base nos serviços efetivamente executados e aprovados, de acordo com o item 2 da Cláusula Quinta deste contrato.
2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou por OBPIX (ordem bancária por PIX), por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, mediante a apresentação da respectiva fatura ou nota fiscal, em até 10 (dez) dias úteis, contados após o atesto da fiscalização, aplicadas as retenções legais, observando que:
 - a) Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, e-mail, número de celular ou chave aleatória.
 - b) Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe que se tratar de conta corrente ou conta poupança.
 - c) O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.
3. O pagamento dos serviços de Manutenção/ Monitoramento tem forma diferenciada, pois foi destinado o percentual de 2,5% para ser pago durante o período de 360 (trezentos e sessenta) dias, prazo estabelecido para cumprimento de obrigações expostas no Anexo I - Caderno de Especificações do Termo de Referência (Evento [0965673](#)), e dar-se-á nas condições abaixo indicadas:
 - a) 1,25% dividido em 12 (doze) parcelas mensais, mediante a apresentação e aceitação do relatório mensal de manutenção/ monitoramento do sistema;
 - b) 1,25% após a apresentação e aceitação do relatório anual.
4. Para fins de pagamento consultar-se-á *online* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, ou se verificará a validade da documentação apresentada, perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social (INSS), a Justiça do Trabalho (TST) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso alguma certidão esteja vencida, a CONTRATADA será informada para apresentar as certidões em plena validade, no prazo a ser dado pela Administração, sob pena de multa e rescisão contratual, garantido o contraditório e a ampla defesa.
5. Por ocasião da emissão de nota fiscal/fatura para liquidação, a CONTRATADA deverá discriminar os percentuais e os valores dos tributos a que estiver obrigada a recolher em razão de norma legal, bem como indicar o código do Fundo da Previdência e Assistência Social – FPAS, no



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

caso de recolhimento para o INSS, além de anexar e encaminhar à CONTRATANTE a correspondente documentação comprobatória de cada situação particularizada, inclusive quando se tratar de isenção/imunidade tributária.

6. Nos eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = $0,00016438 (6/100/365)$;

N = Números de dias entre a data prevista limite para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação do pagamento em atraso; EM = Encargos moratórios devidos.

7. A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

8. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária ou OBPIX para pagamento.

9. O prazo para pagamento ficará interrompido enquanto houver pendências de responsabilidade da CONTRATADA.

10. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

- a) Descrição do serviço prestado, com sua quantidade, e valor total, conforme medição;
- b) Número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;
- c) Nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e;
- d) Informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1.244/12.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Para pagamento cada medição, a CONTRATADA deverá apresentar os seguintes documentos complementares juntamente com a Nota Fiscal ou DANFE:

a) Guias de recolhimento de encargos previdenciários (GRPS, GFIP e ISSQN), com os devidos recolhimentos nas próprias guias.

12. Caso haja erro na Nota Fiscal, recusa do serviço ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a referida ficará pendente e o pagamento será susinado até que a CONTRATADA tome as medidas saneadoras necessárias.

13. A CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste instrumento.

14. Ficam sob inteira responsabilidade da CONTRATADA, os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido à falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

15. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12 e suas alterações.

DO REAJUSTE DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA – Quanto ao eventual reajuste de preços deste contrato, deverá ser observado o que segue:

1. O valor do contrato, na parcela não executada, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data DA PROPOSTA, aplicável aos reajustes subsequentes.

2. O reajuste será concedido com base na variação do Índice Nacional da Construção Civil – INCC-DI, setor “Materiais e Serviços”, da Fundação Getúlio Vargas, pela coluna “acumulado nos últimos 12 meses”.

3. Serão deduzidos o tempo de eventuais atrasos no cronograma físico financeiro motivados pela CONTRATADA.

4. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, obedecendo sempre o CRONOGRAMA FÍSICO-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

FINANCEIRO. Não serão reajustados serviços executados fora da previsão para que não seja caracterizado jogo de cronograma.

DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VI, da Lei n. 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Para assegurar a plena execução do presente ajuste e com fundamento nos termos do art. 56, *caput*, da Lei n. 8.666/1993, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia, modalidade “Garantia de Obrigações Contratuais do Executor, do Fornecedor e do Prestador de Serviços – Setor Público”; ou
- c) Fiança bancária.

1. Ao optar pelas modalidades de garantia, a contratada estará livre de apresentar a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo, nos termos do art. 31, § 2º, da Lei n. 8.666/93.

2. A garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal, em conta específica.

3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (cinco por cento).

4. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza ao CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos a CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, a título de garantia.

4.1. A retenção efetuada não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira a CONTRATADA.

4.2. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. A CONTRATADA, quando optar pelo seguro-garantia, a fim de garantir eventuais prejuízos indiretos causados à CONTRATANTE e prejuízos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.
6. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual de 60 (sessenta) meses.
7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - b) Prejuízos causados à CONTRATANTE, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA;
 - d) Obrigações fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.
8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior.
9. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
11. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
12. Quando houver atualização do valor contratado, por meio de reequilíbrios e reajustes, ou acréscimo por meio de aditamento de serviços, a CONTRATADA deverá complementar a garantia contratual, de modo que se mantenha a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total do contrato, devendo ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data de assinatura do termo aditivo ou apostilamento.
13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

14. A garantia será considerada extinta:

a) com a devolução da apólice, carta-fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato; e

b) com o término da vigência do contrato que poderá, independentemente da sua natureza, ser estendido em caso de ocorrência de sinistro.

DA GARANTIA DOS MATERIAIS E SERVIÇOS

(Art. 55, VI, da Lei n. 8.666/1993)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Quanto à garantia dos materiais e serviços, deverá ser observado o ANEXO I do Termo de Referência - CADERNO DE ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS/EQUIPAMENTOS (evento [0965673](#)) e que o segue:

1. A Garantia contra Defeitos de Fabricação deve ser atendido diretamente pela CONTRATADA até a conclusão do período de Manutenção/ Monitoramento da performance das usinas, sendo que:

a) Após este período de 12 meses, o acionamento será feito diretamente pelo CONTRATANTE aos respectivos fabricantes, nos prazos mínimos definidos para os Painéis e Inversores já definidos anteriormente como critério mínimo de especificação dos equipamentos.

b) CONTRATADA deverá fornecer a garantia de todos os equipamentos e instalações, inclusive sobre a mão de obra.

2. Dentro do prazo de garantia dos materiais empregados, será obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e defeitos verificados, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo artigo 69 da Lei n. 8.666/93 e o artigo 12 da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

DA GESTÃO, DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL E DO CONTROLE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 67, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A gestão, a fiscalização e o controle, deverá ser observado o que segue:

1. A gestão e a fiscalização, desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo, serão exercidas Assessoria de Engenharia – ASSENGE.

a) A gestão deste Contrato será exercida pelo titular da Assessoria de Engenharia deste Regional - ASSENGE, e, na eventual ausência do titular, essa função será exercida pelo seu respectivo substituto, ao qual compete, nessa condição, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa n. 04/2008/TRE-RO.

b) A fiscalização deste Contrato será exercida por servidores indicados pelo titular da Assessoria de Engenharia deste Regional – ASSENGE, ou por seus respectivos substitutos, nas ausências dos indicados, competindo a esses as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

3. O representante da CONTRATANTE deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

5. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

8. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

9. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

10. Durante a execução do objeto, a fiscalização do CONTRATANTE deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

11. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização do CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

12. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

13. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

14. A administração do CONTRATANTE indicará de forma precisa, individual e nominal, os agentes responsáveis para acompanhar e fiscalizar o objeto contratado, a quem competirá as atribuições e responsabilidades do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções administrativas e penais cabíveis.

15. Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá efetuar manutenções preditivas, preventivas e corretivas, enquanto perdurar o período de garantia, para tanto, deverá fornecer um número telefônico e um endereço eletrônico para abertura de chamados por parte da Assessoria de Engenharia – ASSENGE;

16. O CONTRATANTE poderá paralisar o serviço ou solicitar sua correção, quando executado em desconformidade com o planejamento, norma técnica ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto do contrato;

17. O CONTRATANTE poderá solicitar a realização de testes, exames, ensaios e quaisquer provas necessárias ao controle de qualidade dos serviços objeto do contrato;

18. O CONTRATANTE exercerá rigoroso controle sobre os prazos de execução dos serviços, aprovando os eventuais ajustes que ocorrerem durante o desenvolvimento dos trabalhos;

19. O CONTRATANTE poderá verificar, mediante prévia análise e aprovar eventuais acréscimos ou decréscimos de serviços necessários ao perfeito atendimento do objeto do contrato;

20. Em caso de descumprimento parcial ou integral do contrato, tais como prazos de execução dos serviços, da entrega e instalação dos equipamentos, o gestor deve informar à Administração que adotará as providências cabíveis com vistas à aplicação das sanções impostas por lei;

21. Em situações extraordinárias e havendo necessidade para tal, poderá a fiscalização solicitar a interrupção temporária dos trabalhos, devendo a CONTRATADA acatar imediatamente essa decisão.

22. A atuação ou a eventual omissão da fiscalização durante a execução deste instrumento não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

(Art. 55, VII, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – São obrigações do CONTRATANTE:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento contratual;
2. Realizar reunião presencial, na sede da Justiça Eleitoral de Rondônia, ou por videoconferência, entre o CONTRATANTE (membros da Gestão e Fiscalização) e a CONTRATADA (representante legal da empresa e responsável técnico do contrato), para discussão/definição de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
3. Fiscalizar e orientar, como lhe aprouver e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento. A fiscalização e o acompanhamento da execução do contrato por parte do CONTRATANTE não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA em relação ao mesmo;
4. Manifestar-se sobre a medição dos serviços executados pela CONTRATADA;
5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, depois de verificada a regularidade da nota fiscal, de acordo com as condições, preços e prazos estabelecidos neste instrumento;
6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
7. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares e contratuais, após o devido processo administrativo de apuração de responsabilidade que confirmar eventuais penalidades previstas neste instrumento, observando e garantindo o contraditório e a ampla defesa;
8. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial na aplicação de sanções, alterações e repactuações;
9. Permitir acesso dos empregados da empresa CONTRATADA, e eventuais SUBCONTRATADAS, às suas dependências para a execução dos serviços, portando obrigatoriamente os crachás funcionais da empresa;
10. Efetuar inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais;
11. Exercer fiscalização e supervisão dos serviços prestados podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas neste instrumento;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Efetuar o recebimento provisório e definitivo dos serviços;
13. Comunicar a empresa qualquer falha verificada no cumprimento do especificado neste instrumento;
14. Cumprir e fazer cumprir o disposto nas disposições deste instrumento podendo aplicar as penalidades previstas em lei pelo não cumprimento das obrigações contratuais ou execução insatisfatória dos serviços;
15. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da empresa que ensejaram sua contratação, notadamente no tocante a qualificação técnico-econômico-financeira, bem como as condições de habilitação exigidas na licitação (artigo 55, inciso XIII, da Lei n. 8.666/93).
16. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública;
17. Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DAS RESPONSABILIDADES

(Art. 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – São obrigações da CONTRATADA:

1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução dos serviços nos termos estabelecidas no edital e seus anexos, na sua proposta comercial e neste instrumento contratual;
2. Participar da Reunião Presencial, na sede do TRE-RO, ou por Videoconferência, entre o CONTRATANTE (membros da Gestão e Fiscalização) e a CONTRATADA (representante legal da empresa e responsável técnico do contrato), para discussão/ definição de assuntos relacionados a perfeita execução dos serviços;
3. Apresentar a garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, no prazo e condições estipuladas neste instrumento;
4. Dar início aos serviços a partir da data fixada neste contrato assinado pelas partes;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Providenciar junto ao CREA as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n. 6.496/77;
6. Executar os serviços dentro do prazo contratado obedecendo, integral e rigorosamente, no que for pertinente, às respectivas normas da ABNT, da legislação pertinente, dos projetos, detalhes, normas, memoriais e especificações e demais documentos que compõem este instrumento;
7. Manter Livro Diário de Registro atualizado e à disposição da Fiscalização a qualquer momento, conforme sistema sugerido pelo CONTRATANTE;
8. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o equipamento/serviço/material em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou de materiais empregados;
9. Responsabilizar-se pela perfeita execução dos serviços de acordo com as normas e padrões adotados pela CONTRATANTE e demais órgãos/entidades competentes e apontados nas especificações técnicas e/ou pela ABNT;
10. Fornecer todos os equipamentos pessoais e de segurança do trabalho, obedecendo a orientação da Fiscalização do CONTRATANTE;
11. Executar os serviços durante o horário normal do expediente (das 8h às 18h - horário da Administração e das Zonas Eleitorais estabelecidos mediante portaria) e mediante prévia solicitação da CONTRATADA, comprovada a necessidade, com autorização da CONTRATANTE, executar os serviços em horários estendidos, nos finais de semana, feriados e eventualmente no período noturno;
12. Providenciar a remoção de entulhos e detritos acumulados no local dos serviços durante toda a execução e até o final, respeitando as normas de destinação aplicáveis, inclusive municipais;
12. Informar, de imediato e por escrito, toda e qualquer ocorrência que venha a comprometer a execução do objeto;
13. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como atender as suas reclamações inerentes à execução do objeto;
14. Responsabilizar-se pelos danos causados, direta e indiretamente ao CONTRATANTE ou terceiros decorrentes de culpa ou dolo, quando da entrega, transporte e instalação dos materiais, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da CONTRATANTE;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. Incumbir-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

16. Manter seus empregados uniformizados, quando nas dependências do CONTRATANTE, sujeito às normas e orientações disciplinares desta, sem que isso configure qualquer vínculo empregatício;

17. Responsabilizar-se e responder por todos os encargos, ônus e obrigações, em relação a seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE, tais como: salários; seguro de acidentes; taxas, impostos e contribuições; indenizações; vales-refeição; vales-transporte; encargos previdenciários e obrigações sociais e trabalhistas; seguros e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo;

18. Durante e após a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá manter o CONTRATANTE à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a CONTRATADA, em quaisquer circunstâncias, nesse particular considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por qualquer ônus que o CONTRATANTE venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações;

19. Atender às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, fornecer os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), tais como: capacetes e óculos especiais de segurança, protetores faciais, luvas e mangas de proteção, botas de borracha e cintos de segurança, de conformidade com a natureza dos serviços em execução, além de máscaras individuais, álcool gel e demais itens de proteção para prevenção contra o COVID-19;

20. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

21. Apresentar, para controle e exame, sempre que o CONTRATANTE o exigir, a Carteira de Trabalho e Previdência Social de seus empregados e os comprovantes do cumprimento das obrigações perante a Previdência Social, inclusive o Certificado de Regularidade de Situação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. Manter-se, durante o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da contratação;
23. Responsabilizar-se civilmente pela solidez e segurança dos serviços, no que couber, bem como por eventuais vícios ocultos, pelo prazo de 05 (cinco) anos após o recebimento definitivo, conforme disposição constante no art. 618 da Lei n. 10.406/2002.
24. Considerando o previsto na [Lei 8.666/93](#), art. 40, § 5º, regulamentado pela Resolução 114/2010 do CNJ, artigo 8º, parágrafo único, a empresa deverá absorver, na execução do contrato, egressos do sistema carcerário, e de cumpridores de medidas e penas alternativas em percentual não inferior a 2%.
25. Garantir a performance mínima de 80% da usina, conforme mencionada na proposta comercial, ao fim do prazo de manutenção/ monitoramento de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados da aprovação na concessionária e início efetivo da geração;
26. A CONTRATADA deverá comprovar que possui escritório de representação no Estado de Rondônia e registro no CREA-RO, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da assinatura do Contrato.
27. Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do CONTRATANTE, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total estimado do contrato, na forma do artigo 65, § § 1º e 2º, da Lei n. 8666/93.
28. Comunicar por escrito e imediatamente ao CONTRATANTE a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;
29. Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.
30. CONTRATADA, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente as exigências contratuais, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – São responsabilidades da CONTRATADA:

1. As despesas decorrentes de acidentes de trabalho, inclusive as relativas aos empregados de subempreiteiras e/ou SUBCONTRATADAS, não cobertas por seguro, correrão por conta da CONTRATADA.
2. Correrão por conta, responsabilidade e risco da CONTRATADA as consequências de:
 - a) Sua negligência, imperícia e/ou omissão;
 - b) Infiltração de qualquer espécie ou natureza;
 - c) Ato ilícito seu, de seus empregados ou de terceiros em tudo que se referir ao serviço;
 - d) Acidente de qualquer natureza, com materiais, equipamentos, empregados seus ou de terceiros, no serviço ou em decorrência dele.
3. Ocorrendo incêndio ou qualquer sinistro nas instalações, de modo a atingir trabalhos a cargo da CONTRATADA, terá esta, independentemente da cobertura do seguro, um prazo máximo de 24 horas, a partir da notificação do CONTRATANTE, para dar início à reparação ou reconstrução das partes atingidas.
4. A CONTRATADA obriga-se a manter constante e permanente vigilância sobre os trabalhos executados, materiais e equipamentos, cabendo-lhe toda a responsabilidade, por quaisquer perdas e danos que eventualmente venham a ocorrer.
5. À CONTRATADA caberá a responsabilidade total pela execução dos serviços. Igual responsabilidade também lhe caberá pelos serviços executados por terceiros sob sua administração, não havendo, desta forma, qualquer vínculo contratual entre o CONTRATANTE e eventuais SUBCONTRATADAS.

Subcláusula única - Constituem ainda responsabilidades da CONTRATADA sobre o serviço:

- a) Fornecer todos os instrumentos, ferramentas, mão de obra e demais meios necessários à execução do objeto, sem nenhum ônus adicional à CONTRATANTE, disponibilizando pessoal com qualificação técnica,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sempre em estrita observância às normas de segurança interna da CONTRATANTE e aquelas estipuladas pelo Ministério do Trabalho;

b) Executar os serviços dentro das normas de segurança, com funcionários devidamente equipados com EPI;

c) Assumir a responsabilidade exclusiva por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação que trata sobre acidente do trabalho, quando, em decorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE;

d) Solicitar autorização prévia para a execução do objeto fora do horário normal de expediente da CONTRATANTE, cadastrando todo o seu pessoal e reportando os equipamentos e as ferramentas particulares a serem utilizadas;

e) Entregar o objeto em perfeito estado de uso e funcionamento, nos prazos estabelecidos;

f) Dar garantia no material e no serviço de instalação;

g) Reparar, corrigir e remover, às suas expensas, os defeitos ou incorreções resultantes da instalação dos produtos, ou, caso as incorreções vinculem-se ao material fornecido, substituí-lo por outro de melhor qualidade, reconstituindo o serviço;

h) Assumir, com exclusividade, a responsabilidade pelos impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto contratado, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias à perfeita execução do objeto, inclusive as relativas à entrega do material.

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pela Contratada;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - A Contratada deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

(Artigo 55, VII e IX, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Em caso de descumprimento das condições estabelecidas neste Contrato e nos documentos a este vinculados, a CONTRATADA ficará sujeita às penalidades estabelecidas, conforme segue:

1. A inexecução parcial ou total do objeto deste contrato e a prática de qualquer dos atos indicados na Tabela 2 do item 8 desta Cláusula, além daqueles determinados pela gestão do contrato, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão da CONTRATADA, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na legislação vigente e no contrato, observando-se o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

2. Será aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:

- a) Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, e nas situações que ameacem a qualidade do produto ou serviço, ou a integridade patrimonial ou humana, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Justiça Federal, a critério do Gestor do Contrato, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;
- c) A qualquer tempo, se constatado atraso de serviços de até 20% (vinte por cento), comparando-se o que foi efetivamente executado pela CONTRATADA e o cronograma físico financeiro apresentado e aprovado pela fiscalização.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

- a) Nas ocorrências relacionadas na Tabela 2 do item 8 desta Cláusula;
- b) Caso haja a inexecução parcial do objeto, com ou sem abandono do serviço, será aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor não executado da etapa;
- c) Para o atraso injustificado na execução do objeto será aplicada a multa correspondente a 0,20% (vinte centésimos) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento) do valor total da etapa.

4. Será configurada a **inexecução parcial** do objeto, quando:

- a) A CONTRATADA deixar de executar, ao término do prazo fixado para a conclusão do serviço, 30% (trinta por cento) do valor total da etapa.
- b) Ocorrer a execução, a qualquer tempo, de percentual inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor total acumulado previsto no cronograma físico-financeiro vigente;
- c) A CONTRATADA abandonar a execução dos serviços, sem justificativa, por 05 (cinco) dias úteis consecutivos ou 10 (dez) dias úteis intercalados.

5. Será configurada a **inexecução total** do objeto quando houver atraso injustificado para início dos serviços por mais de 15 (quinze) dias corridos em relação ao cronograma apresentado pela CONTRATADA.

6. Os percentuais referidos no item 4 desta Cláusula serão apurados com base na fórmula abaixo:

$$PE = (VPCE/VPC) \times 100$$

PE = Percentual executado

VPC = Valor a ser executado conforme previsto no cronograma

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma

7. Será configurado **atraso injustificado** na execução do serviço, quando:

- a) A CONTRATADA executar menos de 70% do previsto no cronograma físico-financeiro, no período de cada medição.
- b) A CONTRATADA não concluir o serviço no período previsto no cronograma físico-financeiro, exceto quando aprovada a prorrogação de prazo pela Fiscalização, mediante pedido prévio devidamente justificado pela CONTRATADA.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1. Os dias de atraso injustificado de que trata o item 20.7 serão calculados observando-se o seguinte critério:

$$Da = DPC \times (VPC - VPCE) / VPC$$

Da = dias de atraso

DPC = dias previstos no cronograma para a conclusão

VPC = Valor a ser executado conforme previsto no cronograma

VPCE = Valor efetivamente executado no período previsto no cronograma

8. Além das multas previstas no item 3 desta Cláusula poderão ser aplicadas multas, conforme previsto no *caput* desta cláusula, segundo graus e eventos descritos nas Tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 – Grau e correspondência da Penalidade

GRAU	Correspondência (%)
1	0,5%
2	0,75%
3	2,50%
4	5%
5	7,50%
6	10%

Tabela 2 – Tipos de ocorrências e Grau de Penalidade

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir a presença de empregado sem uniforme, mal apresentado; por empregado e por ocorrência.	1
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços; por empregado e por dia	1

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência	2
4	Fornecer informação pífida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	2
5	Executar serviço sem a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI), quando necessários; por empregado e por ocorrência	2
6	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais; por dia e por tarefa designada	3
7	Reutilizar material, peça ou equipamento sem anuência da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	3
8	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência	3
9	Utilizar as dependências da Justiça Federal para fins diversos do objeto do contrato; por ocorrência	4
10	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência	4
11	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência	6
12	Usar indevidamente patentes registradas; por ocorrência	6
PARA OS ITENS A SEGUIR, <u>DEIXAR DE:</u>		
13	Reparar/ corrigir problemas na usina que interfiram na performance mínima de 80%, indicada na proposta comercial e identificada nos relatórios mensais/ anul de monitoramento.	6
14	Apresentar a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART dos serviços para início da execução, ou Relação de Empregados, por dia de atraso	1

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15	Substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia; por ocorrência	1
16	Manter a documentação de habilitação atualizada; por ocorrência	1
17	Cumprir horário estabelecido pelo contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	1
18	Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO para controle de acesso de seus funcionários; por ocorrência	1
19	Fornecer EPI, quando exigido, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los; por empregado e por ocorrência	2
20	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	2
21	Iniciar execução de serviço nos prazos estabelecidos pela FISCALIZAÇÃO, observados os limites mínimos estabelecidos por este contrato; por serviço, por dia	2
22	Refazer serviço não aceito pela FISCALIZAÇÃO, nos prazos estabelecidos no contrato ou determinado pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência	3
23	Indicar e manter durante a execução do contrato o engenheiro responsável técnico pelo serviço, nas quantidades previstas no Edital e em seus anexos; por dia	4
24	Cumprir com quaisquer obrigações previstas em cláusulas específicas deste instrumento; por ocorrência	4
25	Efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, tíquetes refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas; por dia e por ocorrência	5
26	Executar os serviços de reparos e ajustes pelo período de até 06 (seis) meses, após o recebimento definitivo, no prazo razoável definido pelo gestor do contrato, conforme item 18.2.6 deste instrumento; por ocorrência	5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.1. As faltas cometidas pelos empregados/funcionários das SUBCONTRATADAS serão consideradas como se cometidas pela CONTRATADA.

9. O somatório de todas as multas aplicadas ao longo da execução contratual não poderá ultrapassar o percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato. Atingido este limite, a CONTRATANTE poderá declarar a inexecução total do contrato.

10. Com fundamento no artigo 7º da Lei n. 10.520/2002 e no artigo 49 do Decreto n. 10.024/2019, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da etapa ou da contratação, conforme o caso, a CONTRATADA que:

- a) Não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal; ou
- j) Deixar de executar a totalidade do contrato.

11. Para os fins do disposto na alínea "g", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/93.

12. O contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela CONTRATANTE no caso de inexecução parcial e poderão ser aplicadas as sanções previstas neste contrato e em legislação específica.

13. O CONTRATANTE rescindir o contrato unilateralmente no caso de inexecução total, sem prejuízo da aplicação das sanções prevista neste contrato e em legislação específica.

14. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar com a União e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

15. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA.

15.1. Se o valor do pagamento for insuficiente, a diferença será descontada da garantia contratual.

16. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o compromissário ou CONTRATADA apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

17. As multas previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração Contratante.

18. O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela contratada, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU n. 567/2015-Plenário).

19. O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada a CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação da CONTRATADA.

20. Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado do pagamento da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário).

21. No caso de o valor de pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo pendente do valor das penalidades aplicadas ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União – DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

22. De igual modo, no caso de a CONTRATADA não ter nenhum valor a receber deste Tribunal o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa n. 05/2009/TRE-RO).

23. No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

24. Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

25. Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

26. A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

27. O procedimento para aplicação de sanções observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

28. Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

DA RESCISÃO CONTRATUAL

(Art. 55, VIII e IX, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - O presente Contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção Das Sanções Administrativas deste instrumento.

Subcláusula Primeira – A rescisão contratual poderá ser:

I - Por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

II - Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo administrativo respectivo desde que haja conveniência para o contratante; e

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Subcláusula Segunda – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência deste instrumento, de empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

Subcláusula Terceira – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

Subcláusula Quarta – Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

(Art. 65 e seus §§, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável às aquisições já efetuadas e aos serviços já realizados.

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Subcláusula Quinta – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão deste Contrato, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do Contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

DA PUBLICAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Art. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

(Art. 55, XII, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – À execução do presente contrato e aos casos omissos aplicar-se-ão o disposto no Edital de Licitação respectivo e seus Anexos, nas Leis Federais 8.666/1993 (Licitações e Contratos), 10.520/2002 (Pregão Eletrônico) e 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), Decretos Federais 7892/2013, 9507/2018, 10.024/2019, Resolução TSE 23.702/2022, Instrução Normativa SG/MPDG n. 5/2017, de forma subsidiária, Leis 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), decisões e orientações do Tribunal de Contas da União – TCU, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, e, ainda, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral e Instrução Normativa TRE-RO 004/2008.

Subcláusula única – Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

DO FORO

(Art. 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste Contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo:

Porto Velho/RO, 19 de outubro de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo CONTRATANTE	APARECIDO OLIVEIRA ALECRIM Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: ***.434.482-** Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/10/2023, às 18:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **APARECIDO OLIVEIRA ALECRIM, Usuário Externo**, em 20/10/2023, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 20/10/2023, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 20/10/2023, às 14:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1075099** e o código CRC **EAB67C2D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos